

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

**ALINE GOMES DE JESUS SOUZA**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES NEGRAS IDOSAS SOBRE A  
TRANSMISSÃO DA CULTURA E TRADIÇÃO EM TERRITÓRIO QUILOMBOLA**

**VITÓRIA DA CONQUISTA-BA  
JUNHO DE 2023**

**ALINE GOMES DE JESUS SOUZA**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES NEGRAS IDOSAS SOBRE A  
TRANSMISSÃO DA CULTURA E TRADIÇÃO EM TERRITÓRIO QUILOMBOLA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre Em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas

Projeto Temático: Memória, Envelhecimento e Dependência Funcional: Narrativas de Vida

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Araújo dos Reis

**VITÓRIA DA CONQUISTA-BA  
JUNHO DE 2023**

Souza, Aline Gomes de Jesus

Representações Sociais de mulheres idosas quilombolas sobre a transmissão da cultura e tradição em território quilombola; orientadora Dra. Luciana Araújo dos Reis - Vitória da Conquista, 2023.

107 f.

Dissertação (mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2022.

1.Envelhecimento. 2.Memória. 3.Representações Sociais. 4.Mulheres 5. Quilombo. I. Reis Araújo dos, Luciana. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. IV. Representações Sociais de mulheres negras idosas sobre a transmissão da cultura e tradição em território quilombola.

Título em inglês: Social representations of elderly women on the transmission of culture and tradition in quilombola territory

Palavras-chaves em inglês: Aging; Memory; Social Representations; Women; Quilombo

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Luciana Araújo dos Reis, Tânia Rocha de Andrade Cunha, Thaiza Teixeira Xavier Nobre, João Diógenes Ferreira dos Santos (Suplente), José Patrício Bispo Júnior (Suplente).

Data da Defesa: 15 de junho de 2023

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**ALINE GOMES DE JESUS SOUZA**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES IDOSAS QUILOMBOLAS  
SOBRE A TRANSMISSÃO DA CULTURA E TRADIÇÃO EM TERRITÓRIO  
QUILOMBOLA**

Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação  
em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS,  
como requisito parcial e obrigatório para obtenção do  
título de Mestra em Memória: Linguagem e Sociedade

Local e Data da defesa: Vitória da Conquista/BA, 15 de junho de 2023.

**Banca Examinadora:**

Profa. Dra. Luciana Araújo dos Reis –

Presidente

Instituição: UESB

Ass.: *Luciana Araújo dos Reis*

Profa. Dra. Tânia Rocha Andrade Cunha

Instituição: UESB

Ass.: *TACunha*

Profa. Dra. Thaiza Teixeira Xavier Nobre

Instituição: UFRN

Ass.: *Thaiza Teixeira Xavier Nobre*

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho para meus filhos Brendo, Vitor, Emanuele, Isabele e Gabrielle. Saibam que a educação e o conhecimento te dão o poder de preparar o seu próprio destino.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu amado Deus, por me capacitar nessa minha caminhada, sustentando-me em todos os momentos. A Ti, honras, glórias e louvor.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, especialmente ao Programa de Pós-Graduação Memória: Linguagem e Sociedade, pela rica oportunidade da realizar este mestrado.

À Professora Dra. Luciana Araújo dos Reis, pela valiosa orientação, pela sua generosidade, paciência, competência e pelos ensinamentos que contribuíram para realização desta pesquisa. Obrigada por muitas vezes pegar em minha mão e me direcionar para o caminho. Sem a sua colaboração esse sonho seria impossível.

Ao Professor Dr. Washigton da Silva Santos, pela contribuição nas análises, através do seu conhecimento no uso do *software* Iramuteq. Obrigada por compartilhar tanta sabedoria e conhecimento, por me ouvir e incentivar.

À professora Dra. Edméia Campos Meira, pela doação de livros e materiais didáticos que foram de suma importância e muito utilizados nesse processo de conhecimento. Gratidão.

Aos professores Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos e Dr. José Patrício Bispo Júnior que aceitaram o convite para participarem da banca de qualificação e pelas suas valiosas contribuições para o enriquecimento e aperfeiçoamento desta dissertação.

Às professoras Dra. Tânia Rocha de Andrade Cunha e Dra. Thaiza Teixeira Xavier Nobre que aceitaram o convite para participarem da banca examinadora de defesa, contribuindo grandiosamente para o desfecho deste estudo.

Ao professor Claudio Félix, pelo acompanhamento durante o tirocínio docente. Obrigada pela paciência e pelas orientações valiosas.

Agradeço também aos demais professores do programa, em especial, à professora Dra. Luci Mara Bertoni e à professora Lívia Diana Rocha Magalhães, pelos seus ensinamentos que foram de grande valia para o meu aprendizado. Expresso a minha admiração e respeito a todos vocês.

À minha querida mãe, meu maior exemplo de vida. A senhora me ensinou através da sua história de vida que, com a educação, conseguimos chegar aonde quisermos. Obrigada por tudo. Tudo que sou devo à senhora e ao seu amor imensurável pelos filhos. Te amo.

Ao meu irmão Robson, pelo incentivo e contribuição sem os quais eu não teria chegado até aqui. Obrigada por acreditar que eu poderia. Te amo.

À minha família, meu porto seguro e minha base, na pessoa do meu amado esposo Wilson. Obrigada por me apoiar, incentivar, por enxugar minhas lágrimas e entender os períodos de ausência. Te amo. Aos meus filhos, obrigada por vocês existirem. Tudo que fiz e faço é pensando em vocês e no futuro de vocês. Amo vocês além do infinito.

Aos colegas Felix Tavares, doutorando do PPGMLS e Gisele Leles, mestranda do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde - PPGES da UESB campus Jequié. Vocês foram os únicos colegas que o modo online, frutos da pandemia, me permitiu conhecer durante a coleta de dados para nossas pesquisas. Nossas viagens, nossas conversas e resenhas eram um refrigério para mim. Obrigada pelas contribuições, pela escuta nos momentos de desabafo.

Às Comunidades Remanescentes de Quilombo de São Joaquim de Paulo, Barrocas e Boqueirão, nas pessoas de Luciene, Jamile e Jovelino, presidentes das associações das comunidades respectivamente. Muito obrigada pela disponibilidade e colaboração.

Às mulheres idosas negras quilombolas que prontamente concordaram em participar dessa pesquisa. Que suas vozes cheguem aonde vocês não conseguiram chegar.

Enfim, agradeço a todos que colaboraram direta e indiretamente para a concretização deste sonho.

## Sou feita de retalhos

Sou feita de retalhos, Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que vou costurando na alma.

Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me acrescentam e me fazem ser quem eu sou.

Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior

Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma saudade...

Que me tornam mais pessoa, mais humana, mais completa.

E penso que é assim mesmo que a vida se faz: de pedaços de outras gentes que vão se tornando parte da gente também.

E a melhor parte é que nunca estaremos prontos, finalizado

Haverá sempre um retalho novo para adicionar à alma.

Portanto, obrigada a cada um de vocês, que fazem parte da minha vida e que me permitem engrandecer minha história com os retalhos deixados em mim.

Que eu também possa deixar pedacinhos de mim pelos caminhos e que eles possam ser parte das suas histórias.

E que assim, de retalho em retalho, possamos nos tornar, um dia, um imenso bordado de “nós”.

(Cris Pazziment)

## RESUMO

As pessoas idosas quilombolas possuem um papel muito importante nas comunidades: o de contribuir para a reelaboração de suas histórias, de seguirem passando seu conhecimento aos mais jovens, através de narrativas que contribuem para o sentimento de pertencimento e identidade. Em algumas comunidades quilombola, é a mulher que assume o papel de transmissora dos valores, história, cultura e tradições dos povos tradicionais através de gerações. Nessa perspectiva, a presente dissertação tem como objetivo conhecer as memórias e apreender as representações sociais de mulheres idosas quilombolas sobre a transmissão da cultura e da tradição em seu território. Trata-se de estudo de corte transversal do tipo exploratório, com abordagem qualitativa, e tem como aporte teórico metodológico a Memória Coletiva e a Teoria das Representações Sociais. O estudo foi realizado com 21 mulheres idosas quilombolas residentes em três (3) comunidades quilombolas localizadas na região Sudoeste da Bahia. Foi utilizado um questionário com dados sociodemográficos e um roteiro para entrevista aberta com questões sobre o tema da transmissão da cultura e tradição em território quilombola. A análise e a interpretação dos dados ocorreram por meio de análise lexical no Interface de *R pour les Analyses Multimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRaMuTeQ)*, à luz da Análise de Conteúdo de Bardin. O corpus geral foi constituído por 21 textos, separados em 129 segmentos de texto (ST), com aproveitamento de 98 STs (75,97%). Emergiram 4436 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 845 palavras distintas e 440 com uma única ocorrência. O conteúdo analisado foi categorizado em 06 classes (Classe 1. Representação da identidade e pertencimento quilombola 13,3%; Classe 5. Descontinuidade da transmissão da cultura quilombola 18,4%; Classe 2. O trabalho da roça como memória herdada pelos pais 21,4%; Classe 3. A mulher como referência dos ensinamentos sobre o trabalho doméstico 18,4%; Classe 4. A nova geração e a extinção das tradições em território quilombola 15,3%; e Classe 6. A nova geração e a extinção das tradições em território quilombola 15,3%) distintas que evidenciaram as dimensões teórica e prática das representações sociais e da memória coletiva. Conclui-se que a memória e as representações sociais das mulheres idosas quilombolas sobre a transmissão da cultura e da tradição em território quilombola evocam o convívio com seus antepassados no qual houve o aprendizado sobre o trabalho doméstico, o trabalho na roça, as tradições e a cultura quilombola. Evocam ainda, a perda da transmissão da cultura e tradição no território quilombola ao longo dos anos.

**Palavras-chave:** Envelhecimento; Memória; Representações Sociais; Mulheres Quilombolas.

## ABSTRACT

Quilombola elderly people play a very important role in communities, that of contributing to the re-elaboration of their stories, of continuing to pass on their knowledge to younger people, through narratives that contribute to the feeling of belonging and identity. In some quilombola communities, it is the woman who assumes the role of transmitting the values, history, culture and traditions of traditional peoples through generations. In this perspective, the present dissertation aims to know the memories and apprehend the social representations of elderly quilombola women about the transmission of culture and tradition in quilombola territory. This is an exploratory cross-sectional study, with a qualitative approach, and its theoretical and methodological support is Collective Memory and the Theory of Social Representations. The study was carried out with 21 elderly quilombola women residing in three (3) quilombola communities located in the Southwest region of Bahia. A questionnaire with sociodemographic data and a script for an open interview with questions about the transmission of culture and tradition in quilombola territory were used. Data analysis and interpretation took place through lexical analysis in the Interface de R pour les Analyses Multimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRaMuTeQ), in the light of Bardin's Content Analysis. The general corpus consisted of 21 texts, separated into 129 text segments (ST), with use of 98 STs (75.97%). 4436 occurrences emerged (words, forms or words), 845 of which were distinct words and 440 with a single occurrence. The analyzed content was categorized into 06 classes (Class 1. Representation of Quilombola identity and belonging 13.3%; Class 5. Discontinuity of transmission of Quilombola culture 18.4%; Class 2. Farming work as a memory inherited by parents 21.4%; Class 3. The woman as a reference for teaching about domestic work 18.4%; Class 4. The new generation and the extinction of traditions in quilombola territory 15.3%; and Class 6. The new generation and the extinction of traditions in quilombola territory 15.3%) that showed the theoretical and practical dimensions of social representations and collective memory. It is concluded that the memory and social representations of elderly quilombola women about the transmission of culture and tradition in quilombola territory evoke the interaction with their ancestors in which there was learning about domestic work, work in the fields, traditions and culture quilombola. They also evoke the loss of transmission of culture and tradition in the quilombola territory over the years.

**Keywords:** Aging; Memory; Social Representations; Quilombola Women.

## LISTA DE SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Antropologia  
ADCT - Atos das Disposições Constitucionais Transitórias  
CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional  
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe  
FCP - Fundação Cultural Palmares  
FNB - Frente Negra Brasileira  
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
IRAMUTEQ – Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires  
MEC - Ministério da Educação  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OMS – Organização Mundial da Saúde  
PBQ – Programa Brasil Quilombola  
PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais  
SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial  
UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
UNFPA – Fundo da População das Nações Unidas

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1 – Tabela 1 Projeções do envelhecimento populacional no mundo entre 1950 e 2100.....</b>	<b>22</b>
<b>FIGURA 2 - Tabela 2 Projeções do envelhecimento populacional no Brasil entre 1950 e 2100.....</b>	<b>22</b>
<b>FIGURA 3 – Gráfico panorâmico com projeções do envelhecimento populacional nos países desenvolvidos e em desenvolvimento.....</b>	<b>23</b>
<b>FIGURA 4 – Gráfico com projeções do envelhecimento por sexo no Brasil entre 2000 e 2060.....</b>	<b>27</b>
<b>FIGURA 5 – Quadro com caracterização sociodemográfica das mulheres idosas quilombolas participantes da pesquisa.....</b>	<b>61</b>
<b>FIGURA 6 – Diagrama de classes com as representações e tradições das idosas quilombolas.....</b>	<b>62</b>
<b>FIGURA 7 – Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente.....</b>	<b>63</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 FEMINIZAÇÃO DA VELHICE E AS MULHERES IDOSAS QUILOMBOLAS.....</b>	<b>24</b>
2.1 Feminização da velhice .....	24
2.2 Envelhecimento da mulher negra quilombola: o legado da escravidão.....	27
<b>3 MEMÓRIA, TRADIÇÃO E TRANSMISSÃO DA CULTURA EM TERRITÓRIO QUILOMBOLA.....</b>	<b>35</b>
3.1 Formação dos quilombos no Brasil: lugar de luta e resistência.....	35
3.2 Territórios quilombolas: a luta para continuar a existir.....	39
3.3 Comunidades quilombolas, memória e transmissão da cultura e tradição em seu território.....	44
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>47</b>
4.1 Caracterização do estudo.....	47
4.2 Fundamentação teórica .....	48
4.2.1 Teoria da Memória Coletiva .....	48
4.2.2 Teoria das representações sociais .....	51
4.2.3 Possíveis aproximações entre as teorias .....	53
4.3 Cenário do estudo .....	54
4.4 Participantes do estudo .....	56
4.5 Procedimentos e instrumentos de coleta de dados .....	57
4.6 Análise e interpretação em profundidade .....	58
4.7 Questões éticas .....	60
<b>5 MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES IDOSAS SOBRE A TRANSMISSÃO DA CULTURA E TRADIÇÃO EM TERRITÓRIO QUILOMBOLA.....</b>	<b>61</b>
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>83</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>85</b>
<b>ANEXO A: Protocolo de aprovação do CEP .....</b>	<b>97</b>
<b>APÊNDICE A: Instrumento de pesquisa .....</b>	<b>101</b>
<b>APÊNDICE B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....</b>	<b>103</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre **as representações sociais de mulheres idosas sobre a transmissão da memória e da tradição em território quilombola**. Para tanto, se faz necessário para uma melhor compreensão, iniciar falando de um assunto inerente ao objeto pesquisado, que tem impactado de maneira substancial os países em desenvolvimento como o Brasil, a saber, o envelhecimento populacional.

O envelhecimento populacional é uma das características mais marcantes da atual dinâmica demográfica mundial. Isto é, o aumento do número absoluto e do percentual de idosos no conjunto da população ocorre desde 1950, principalmente, ao longo do século XXI. A transição demográfica caracterizada pelas mudanças nas taxas de fecundidade e mortalidade ocorreu em momentos e ritmos diferentes entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento (ALVES, 2019).

A Organização das Nações Unidas (ONU) considera o período de 1975 a 2025 como a Era do Envelhecimento. Nas nações desenvolvidas, no período de 1970 a 2000, o envelhecimento populacional observado foi de 54%, nos países em desenvolvimento atingiu 123% (SIQUEIRA; BOTELHO; COELHO, 2002). Em 2002, a ONU considerou que o processo de envelhecimento populacional já não era privilégio dos países desenvolvidos, e já estava presente no mundo todo e que não se tratava de um processo passageiro (OLIVEIRA, 2016; IBGE, 2000).

Segundo estimativas das Nações Unidas, os idosos na população mundial totalizavam aproximadamente 800 milhões de pessoas em 2011, o que representava 11% da população. Em 2050, as projeções apontam para um contingente de mais de 2 bilhões de idosos, o que constituirá 22% da população (UNITED NATIONS, 2013).

O Brasil também apresentou um crescimento acelerado da população idosa nas últimas décadas. Estima-se para o Brasil que o aumento da população idosa será da ordem de 15 vezes, entre 1950 e 2025, enquanto o da população como um todo será de não mais que cinco vezes no mesmo período. Tal aumento colocará o Brasil, no ano 2025, com a sexta população de idosos do mundo em termos absolutos. As projeções indicam que em 2040 os idosos serão 27,5% da população brasileira, proporção acima da média mundial, totalizando um contingente de 56,6 milhões. Segundo a ONU, pelos presentes dados apresentados, o Brasil já é um país

envelhecido e está na 3ª fase da transição demográfica<sup>1</sup> (CAMARANO, 2006; KALACHE, 1987).

Uma revisão do Ipea, realizada em outubro de 2021, baseada nas últimas projeções populacionais do IBGE, para o período de 2010 a 2100<sup>2</sup>, aponta um aumento considerável do número de idosos para um período de 90 anos. O levantamento considera cenários distintos para a realidade populacional do país dentro de um horizonte de 90 anos e, em todos eles, é evidente o processo de envelhecimento populacional. Isso indica que, independentemente das hipóteses adotadas, a mudança da estrutura etária no país é inevitável. Em 2010, a população brasileira era composta por 194,7 milhões de pessoas e, em um cenário mais rígido, há expectativa de que haja, em 2100, apenas 156,4 milhões de pessoas no país. A proporção de idosos, que em 2010 era de 7,3%, pode chegar a 40,3% em 2100; enquanto o percentual de jovens (com menos de 15 anos) pode cair de 24,7% para 9% (IPEA, 2021).

Para Faria (1989), a transição demográfica brasileira é reflexo das profundas transformações sociais e econômicas ocorridas ao longo do século XX. Esse período é marcado por um rápido processo de urbanização e industrialização, principalmente, na segunda metade

---

<sup>1</sup> De acordo com Frank Notestein, a dinâmica populacional, a transição demográfica acontece em quatro fases distintas. A primeira fase do processo de transição demográfica é a pré-transição, quando a população se encontra em um estágio de equilíbrio entre as taxas de natalidade e mortalidade. Entretanto, esse equilíbrio se dá por meio da elevação dessas taxas. Ou seja, à medida que nascem muitas pessoas, muitas também morrem. Essa é a característica principal das sociedades que vivem em um baixo nível de desenvolvimento socioeconômico. A qualidade de vida também é pequena e as condições sanitárias e de saúde são precárias. Na segunda etapa da transição demográfica ocorre um fenômeno conhecido como explosão ou “boom” demográfica. Ou seja, em um curto período de tempo a população cresce a níveis exponenciais. Ao contrário de outras teorias, a transição demonstra que esse processo não acontece pelo aumento das taxas de natalidade, mas sim pela diminuição da mortalidade. Isso se dá, principalmente, por meio das melhorias sociais nos campos da saúde, saneamento e outros. Ao longo do processo de desenvolvimento das sociedades, tende-se à entrada em uma fase de desaceleração das taxas de natalidade. Isso é explicado, principalmente, pela difusão de ideias como o planejamento familiar, a entrada feminina no mercado de trabalho, a urbanização, o aumento do custo de vida, entre outros fatores.

Assim, a tendência é que a sociedade que se encontra no processo de desaceleração demográfica entre em um gradativo e constante declínio da quantidade de nascimentos, ao passo que a queda da mortalidade começa a entrar em um processo de estabilização. Por fim, a última fase da transição demográfica se dá quando a sociedade atinge a estabilidade. Esse cenário equivale ao equilíbrio das taxas de natalidade e mortalidade em patamares muito mais baixos que no início do processo, apesar de uma ou outra oscilação conjuntural. Nesse panorama, o crescimento populacional está contido e controlado. Apesar disso, a população atinge, nessa etapa, um processo de envelhecimento populacional, com elevada expectativa de vida e baixas taxas de natalidade. O resultado é uma sociedade que enfrenta maiores gastos em previdência e saúde, além de queda na população economicamente ativa.

<sup>2</sup> A análise avaliou três possíveis cenários: IBGE/Ipea, com projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 a 2060 – ao considerar hipóteses de continuidade das tendências de projeção realizadas pelo instituto, na revisão de 2018 –, e do Ipea, de 2060 a 2100; choque populacional, no qual a fecundidade declina para níveis abaixo daqueles previstos pelo IBGE na revisão de 2018, além de estimativas geradas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2017 e; fecundidade constante, que é um cenário de referência média, já que há baixíssima probabilidade de se concretizar. As taxas de crescimento estimam que, no cenário IBGE/Ipea, a população brasileira apresentará crescimento negativo a partir de 2050, com expectativa de chegar a 177,9 milhões de pessoas, ocorrendo o mesmo no cenário de fecundidade constante. E, no cenário de choque, a taxa de crescimento torna-se negativa já a partir de 2040, com a diminuição do tamanho da população de maneira mais precoce e com um ritmo mais intenso, podendo chegar aos 156,4 milhões de pessoas (IPEA, 2021).

do século. Uma de suas consequências foi a transformação do papel social da mulher na sociedade brasileira.

Apesar de as diferenças sociais e econômicas entre homens e mulheres ainda persistirem, podemos notar que as transformações sociais produzidas pelo processo de modernização possibilitaram às mulheres autonomia maior no uso do próprio corpo, bem como ganhos sociais e econômicos. Essas transformações produziram importantes impactos na dinâmica populacional do Brasil, sobretudo, no que se refere ao declínio da fecundidade e ao consequente envelhecimento populacional (FARIA, 1989).

Pode-se dizer que, de modo geral, o envelhecimento da população brasileira é reflexo direto da queda da fecundidade. Cabe ressaltar que, entre as décadas de 1940 e 1960, houve significativa redução das taxas de mortalidade, o que, por sua vez, acarretou um relativo aumento da taxa de crescimento populacional. Esse fato, porém, não provocou mudanças notáveis na estrutura etária da população. Só a partir dos anos de 1960, quando se iniciou o declínio da fecundidade no Brasil (proporcionando uma diminuição do ritmo de crescimento populacional), é que se pode considerar uma real mudança na distribuição etária brasileira (CARVALHO, 1993).

Outro fator preponderante para o envelhecimento populacional no Brasil foi a redução da mortalidade. Nesse pormenor, destacam-se os avanços na área saúde pública<sup>3</sup>. Esses avanços possibilitaram a redução das taxas de mortalidade infantil e o aumento considerável da expectativa de vida dos brasileiros. Nos últimos 70 anos, período no qual as estimativas são mais confiáveis, no Brasil, a esperança de vida ao nascer aumentou 32 anos, passando de 40 anos em 1940 para 72 anos em 2010 (ORTIZ FLORES, 2016).

Junto a essas transformações na sociedade, houve também a transição epidemiológica que engloba a substituição de doenças transmissíveis por doenças não transmissíveis e causas

---

<sup>3</sup> O Brasil, até os anos de 1940, se caracterizou por apresentar taxas muito elevadas de natalidade e mortalidade. A partir do pós-guerra, com a importação de antibióticos, que possibilitaram um efetivo combate às doenças infectocontagiosas, o País passa pela primeira etapa da transição demográfica, caracterizada por queda acentuada da mortalidade. A taxa bruta de mortalidade, estimada em 24,8 por mil, em 1920, diminui para 9,8 por mil, em 1940, uma redução de mais de 60% em apenas 20 anos. A partir dos anos de 1950, o País são registradas profundas transformações que se relacionam com mudança de padrão das causas de morte, que a literatura descreve como a Transição Epidemiológica. O grupo formado pelas doenças infecciosas, respiratórias e parasitárias começa a perder importância relativa, dando lugar às doenças degenerativas, como o câncer e as doenças cardiorrespiratórias, doenças próprias do envelhecimento da população. Em anos mais recentes, diversas ações, como campanhas de vacinação em massa, atenção pré-natal, aleitamento materno, aumentos da renda, da escolaridade e da proporção de domicílios com saneamento adequado, entre outras, tem contribuído para reduzir a mortalidade aumentando significativamente a esperança de vida ao nascer. (ORTIZ FLORES, 2016).

externas, maior carga de morbi-mortalidade<sup>4</sup> passada dos mais jovens para os mais idosos e a transformação de uma situação de mortalidade para morbidade (CHAIMOWICZ, 2006).

Ainda segundo Chaimowicz (2006), no Brasil a transição epidemiológica ainda apresenta outras características especiais, como a reintrodução de doenças consideradas erradicadas, a exemplo da dengue, cólera e a hanseníase. Dessa forma, os idosos sofrem mais do que as outras faixas etárias, tendo que conviver com vários tipos de doenças e por maior período de tempo, modificando o perfil de saúde da população. Isto é, ao invés de processos agudos que se resolvem logo ou que resultam em óbito, as doenças crônicas e suas complicações tornam-se predominantes.

Um fenômeno que acompanha o envelhecimento populacional é a feminização da velhice. Portanto, há maior proporção de mulheres que de homens na população idosa, especialmente em idades mais avançadas, fenômeno este que abordaremos com mais detalhes nos capítulos que seguem (CAMARANO, 2006; SOUZA, 2008).

Como podemos observar, o envelhecimento populacional é um fenômeno extremamente complexo, causado por diversos fatores que produzem tendências e consequências das mais diversas. Por isso, esse fenômeno está exigindo, cada vez mais, estudos multidisciplinares para seu melhor entendimento e compreensão.

Nesse ínterim, o envelhecimento carrega consigo as desigualdades sociais. Em um recorte mais específico, a população negra, devido ao racismo e seus desdobramentos, tem uma vida com mais desvantagens do que a população branca. O envelhecimento é uma experiência mais difícil para a população negra. As mulheres vivem mais que os homens. Entretanto, quando o conjunto de desigualdades sociais, fomentadas pelo racismo, se somam às desigualdades de gênero, o envelhecimento da mulher negra idosa, e quilombola, é ainda mais desafiador (PAPALÉO NETTO, 2002).

A categoria “envelhecimento” estabelece uma intrínseca influência junto à questão racial nas comunidades quilombolas. Ela determina tanto demandas por espaços coletivos de resposta às necessidades sociais, quanto o resgate da tradição cultural e da história das comunidades. Há, portanto, desafios e limites estruturais “que impactam negativamente na

---

<sup>4</sup> Morbimortalidade é um conceito da medicina que se refere ao índice de pessoas mortas em decorrência de uma doença específica dentro de determinado grupo populacional. A formação do conceito da morbimortalidade consiste na relação entre a morbidade e a mortalidade, sendo que a primeira é referente ao número de indivíduos portadores de determinada doença em relação ao total da população analisada. Já a mortalidade é a estatística sobre as pessoas mortas num grupo específico. Assim, a morbimortalidade observa o número de indivíduos que morreram como consequência de uma enfermidade, em relação ao número de habitantes de dado lugar e período de tempo. (BRASIL, 2020).

melhoria das condições de vida e saúde dos idosos quilombolas, e conseqüentemente em sua qualidade de vida (ALVES, 2015, p.31).

De acordo com Fernandes e Santos (2016), as precárias condições de vida nas comunidades quilombolas devem-se às formas estruturais de exclusão vividas, historicamente, por essas comunidades no Brasil. Violações estruturais e negligência aos seus direitos constitucionais aumentam os níveis de vulnerabilidade<sup>5</sup> dessa população. Dispondo de poucos recursos para solução de seus problemas, possuem repostas menos resolutivas às problemáticas enfrentadas em seu cotidiano.

Estas condições de vulnerabilidade tornam-se ainda mais presentes quando se trata da vida das mulheres quilombolas. As experiências de desigualdade vividas pelas mulheres quilombolas e a negação de seus direitos básicos são, cotidianamente, atravessados por esta interseção racial e de gênero (FERNANDES; SANTOS, 2016).

Assim, pensar sobre a mulher idosa quilombola é levar em consideração a problemática interseccional<sup>6</sup> em consonância às categorias raça e gênero. Acrescenta-se a isso o eixo interseccional da velhice que torna esse grupo mais vulnerável e, conseqüentemente, vislumbrando velhices com menos qualidade de vida. Como Teixeira (2008) afirma, as desigualdades sociais e econômicas, sofridas pelo indivíduo ao longo da vida, são ampliadas na velhice.

Desse modo, o envelhecimento em comunidades de remanescentes quilombolas é um tema pouco pesquisado, apresentando um número reduzido de publicações. No tocante à categoria “envelhecimento feminino”, especificamente em comunidades quilombolas, as publicações são praticamente inexistentes. Assim, partindo do entendimento de que a cultura e a tradição dessas comunidades são importantes para compreensão da cultura no Brasil, se fazem necessárias pesquisas nesse segmento populacional, pois são as idosas dessas comunidades que

---

<sup>5</sup>Vulnerabilidade social traduz-se na dificuldade no acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade, resultando em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores. As desvantagens com respeito às estruturas de oportunidades resultam em um aumento das situações de desproteção e insegurança, o que põe em relevo os problemas de exclusão e marginalidade (KAZTMAN, 2001). Vulnerabilidade social é um conceito multidimensional que se refere à condição de indivíduos ou grupos em situação de fragilidade, que os tornam expostos a riscos e a níveis significativos de desagregação social. Relaciona-se ao resultado de qualquer processo acentuado de exclusão, discriminação ou enfraquecimento de indivíduos ou grupos, provocado por fatores, tais como pobreza, crises econômicas, nível educacional deficiente, localização geográfica precária e baixos níveis de capital social, humano, ou cultural, (XIMENES, 2010).

<sup>6</sup> A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

são consideradas as “guardiãs da memória” e responsável pela transmissão geracional (BOSI, 2012).

Desse modo, entendemos se as representações sociais e a memória coletiva são fenômenos sociais que envolvem os sujeitos em suas relações como ser social, então a cultura e a tradição se mantêm viva, no decorrer do tempo, entre as comunidades de remanescentes de quilombo, por intermédio dessas representações e memória. Para tanto, usaremos a Teoria das Representações Sociais de Moscovici e a Teoria da Memória Coletiva de Halbwachs para uma melhor compreensão desse processo. Portanto, a proposta aqui apresentada é aprofundar os estudos sobre as representações sociais e a memória coletiva como constituintes de um processo que é coletivo.

Por sua vez, Halbwachs (2006) propõe que a lembrança está condicionada a nos localizar no ponto de vista do grupo, significa que não pode haver lembrança sem considerar o homem como um ser social. Na verdade, a própria capacidade de pensar e recordar depende da nossa natureza social.

Para esse autor, a “memória coletiva” é inerente a nossa existência, já que, mesmo quando pensamos que estamos tendo uma lembrança individual, ela foi produzida em um contexto grupal, seja na escola, seja na família, no trabalho ou com os amigos. Na medida em que consideramos que somos produtos de um contexto social, fica mais claro entendermos que a lembrança também é construída a partir das experiências de grupo, ou seja, a recordação individual é apenas uma perspectiva sobre uma memória que é coletiva.

Por seu turno, Moscovici (2003) afirma que as relações sociais que são estabelecidas no cotidiano são fruto de representações que são facilmente apreendidas. Portanto, a Representação Social, para Moscovici, possui uma dupla dimensão, sujeito e sociedade, e situa-se no limiar de uma série de conceitos sociológicos e psicológicos.

Moscovici (2003) acredita que as representações são impostas sobre nós e transmitidas são como produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são os resultados de sucessivas gerações. Todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas, implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na “memória coletiva” e reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente. Sob muitos aspectos, o passado é mais real que o presente. O poder e a claridade peculiares das representações sociais derivam do sucesso com que elas controlam a realidade de hoje através da de ontem e da continuidade que isso pressupõe (MOSCOVICI, 2003, p37-38).

Ambos os autores reconhecem a intervenção da sociedade e da cultura na construção das representações e da memória, delineando o papel da linguagem, da cultura, dos grupos ou das instituições, fazendo dessas operações psicológicas fenômenos psicossociais (ALBA, 2011, 558-59).

Neste pormenor, a presente dissertação torna-se relevante, pois o envelhecimento populacional do Brasil é uma realidade. As projeções indicam um crescimento cada vez maior desse segmento, necessitando de estudos que envolvam, também, as questões de gênero. A maioria das pessoas que adentram a velhice é composta por mulheres. Além disso, este trabalho busca correlacionar envelhecimento quilombola, questões de gênero, cultura e tradição desses povos para a sociedade brasileira. Na busca por dar voz a esses atores sociais que são silenciados pelo duplo estigma social de serem mulheres negras e quilombolas, esta dissertação apresenta a seguinte questão-problema: quais as memórias e representações sociais de mulheres idosas quilombolas sobre a transmissão da cultura e da tradição em território quilombola?

Assim, para responder à questão-problema, estabelecemos como objetivo geral do estudo: Conhecer as memórias e apreender as representações sociais de mulheres idosas quilombolas sobre a transmissão da cultura e da tradição em território quilombola.

Com vistas a contemplar o objetivo geral do estudo, definimos como objetivos específicos: traçar o perfil sociobiodemográfico das mulheres idosas quilombolas; compreender a representação das mulheres idosas quilombolas sobre a identidade e pertencimento à comunidade quilombola; desvelar as memórias das mulheres idosas quilombolas sobre as tradições quilombolas; analisar as representações sociais das mulheres idosas quilombolas sobre as dificuldades para a transmissão da cultura e da tradição em território quilombola.

Para a consecução dos objetivos, adotamos uma metodologia baseada em estudo de corte transversal do tipo exploratório, com abordagem qualitativa. Como aporte teórico metodológico, valemo-nos da Memória Coletiva e a Teoria das Representações Sociais.

O estudo foi realizado em três comunidades de remanescente quilombola localizadas no interior da Bahia, na região do município de Vitória da Conquista. De acordo com dados oficiais da prefeitura desse município, existem 28 (vinte e oito) comunidades de remanescentes quilombolas, sendo o município baiano com maior número de comunidades de remanescentes quilombola (PMVC, 2020). A escolha das comunidades para esse estudo (Quilombo de São Joaquim de Paulo, Quilombo das Barocas e o Quilombo do Boqueirão) foi feita a partir da aceitação das próprias comunidades. Cumpre salientar que durante o período desse estudo estávamos em pandemia, o que dificultou a aceitação de algumas comunidades. Também foi levada em consideração a questão da acessibilidade.

O grupo de participantes deste estudo é composto por mulheres idosas com 60 anos ou mais, moradoras das comunidades de remanescentes de quilombos. A amostra foi do tipo intencional, não probabilística, composta por 21 idosas de uma população de 37 idosas convidadas para participar da pesquisa. Os critérios de composição da amostra foram: (1) ser residente desde o nascimento na comunidade remanescente quilombola; (2) apresentar cognitivo preservado, avaliado pelo Mini-Exame do Estado Mental (MEEM).

No primeiro momento, nós mantivemos contato com os presidentes das associações das comunidades selecionadas para a pesquisa para solicitar autorização. Posteriormente, foi feito contato com os agentes de saúde de cada comunidade para o conhecimento do número da população de idosos cadastrados e assistidos no posto de saúde de referência de cada comunidade. Após o levantamento da população de idosos, foram realizadas visitas aos domicílios para exposição do projeto e convite para participação da pesquisa. O processo de coleta de dados ocorreu com os indivíduos que aceitaram voluntariamente participar do estudo.

Esta pesquisa foi desenvolvida em duas etapas consecutivas. Na primeira, fizemos uso do questionário sociobiodemográfico e do questionário relacionado ao projeto piloto. Na segunda, utilizamos o roteiro semiestruturado para a entrevista em profundidade.

As entrevistas foram gravadas com auxílio de um dispositivo eletrônico e transcritas literalmente para submissão da técnica de Análise de Conteúdo Mecanizada Lexical com o auxílio do *software* IRAMUTEQ.

O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Independente do Nordeste (Protocolo nº 5.340.843) em atendimento à Resolução nº 466/12, do CNS, que disciplina a realização de pesquisas com seres humanos.

Quanto à organização e estruturação, o estudo foi subdividido em seis seções.

A primeira seção introduz a temática do envelhecimento apresenta uma breve discussão sobre o envelhecimento da população no mundo, com ênfase no envelhecimento no Brasil. Em seguida apresentamos a delimitação do objeto de estudo. Na mesma seção, explicita-se a forma de aproximação com a temática do objeto em estudo com base na justificativa e relevância do trabalho. Além disso, são apresentados os pressupostos teóricos e os objetivos.

Por sua vez, na segunda seção apresentamos a questão do envelhecimento sob uma perspectiva de gênero, abordando a questão do fenômeno da feminização da velhice aprofundando na questão do envelhecimento da mulher negra e conseqüentemente da mulher idosa quilombola e suas interseccionalidades.

A seu turno, a terceira seção é dedicada ao diálogo acerca da transmissão da memória em território quilombola e da importância do papel social do idoso nessas comunidades. Para

tanto apresentamos uma breve abordagem sobre o processo de formação dos quilombos, enfatizando sobre a importância do território para essas comunidades. Por fim, apresentamos a importância da transmissão oral das tradições em território quilombola.

A seção de número quatro revela a abordagem metodológica que orienta toda a pesquisa por meio da caracterização deste estudo e seu cenário, bem como de seus participantes com seus critérios de elegibilidade, os instrumentos e procedimentos para a coleta de dados, a análise e interpretação dos dados e as questões éticas observadas.

A quinta seção expõe os resultados da pesquisa e as discussões das análises realizadas por meio das classes que emergiram das entrevistas.

Na última seção, apresentamos as considerações finais do estudo que descortinam o seu desfecho, bem como as sugestões para pesquisas futuras.

Salientamos, por fim, que o interesse pelo tema da dissertação surgiu das histórias contadas pela minha avó materna e minha mãe sobre o lugar onde moravam, uma zona rural do município de Jequié. Segundo minha avó, o meu bisavô foi um negro fugitivo encontrado nas matas da região. Quando encontrado, estava muito assustado e não sabia se comunicar porque não falava a nossa língua. Minha avó contava ainda que ela cresceu em uma casa de Sinhá, vendo minha bisavó, fruto dos resquícios do regime escravagista, trabalhando sem salário, em troca apenas do alimento. Meu bisavô era referência na região por sua sabedoria com as plantas, raízes e com as rezas. Essas histórias ataçavam o meu imaginário de criança. Desde cedo eu sabia quais eram minhas raízes, qual era minha origem. Portanto, negritude e envelhecimento já faziam parte de minha história desde a tenra idade.

Na minha graduação em enfermagem, por exemplo, afetada intimamente por esses temas, participei de projetos de pesquisas na área do envelhecimento. Essa vivência me permitiu perceber como essa fase da vida é permeada de conflitos, preconceitos, isolamento, solidão. Questões potencializadas pelos vértices raciais e de gênero.

Sou mulher. Sou negra. Filha e neta de mulheres negras conhecedoras de desafios de ser mulher e negra em uma sociedade com um legado histórico da escravidão, com o racismo estrutural<sup>7</sup> sustentando todas as bases de sua formação. Diante de tudo isso, me tornei

---

<sup>7</sup>Para Almeida, há três concepções do racismo: o racismo individual, que trata o racismo como uma atitude do indivíduo que pode ter um problema psicológico, comportamental etc; o racismo institucional, uma concepção mais sofisticada que considera o racismo como resultado de um mau funcionamento das instituições; e por fim o racismo estrutural que tem o racismo como normalidade, funcionando tanto como uma ideologia quanto como uma prática de naturalização da desigualdade. Em seu livro **Racismo Estrutural** (2018) afirma que o racismo não é um ato ou um conjunto de atos e tampouco se resume a um fenômeno restrito às práticas institucionais; é, sobretudo, um processo histórico e político em que as condições de subalternidade mostram de forma clara, as classes subalternas sendo uma parte da sociedade que é submetida às margens pela classe dominante/hegemônica,

pesquisadora dos assuntos que envolviam as questões raciais, os remanescentes quilombolas e as questões sociais.

**FIGURA 1: Tabela com projeções do envelhecimento populacional mundial entre 1950 e 2100.**

**População absoluta e relativa de idosos de 60 anos e mais, 65 anos e mais e 80 anos e mais  
Mundo: anos selecionados entre 1950 e 2100 (em mil)**

Anos	Total	60 anos e +	65 anos e +	80 anos e +	% 60 e +	% 65 e +	% 80 e +
1950	2.538.381	202.157	128.709	14.281	8,0	5,1	0,6
2000	6.145.494	610.886	422.209	71.715	9,9	6,9	1,2
2020	7.796.819	1.049.748	727.606	145.504	13,5	9,3	1,9
2050	9.735.034	2.079.639	1.548.852	426.367	21,4	15,9	4,4
2100	10.874.902	3.069.374	2.456.436	881.008	28,2	22,6	8,1
2100/1950	4,3	15,2	19,1	61,7	3,5	4,5	14,4

UN/Pop Division: World Population Prospects 2019 <https://population.un.org/wpp2019/>

**FIGURA 2: Tabela com projeções do envelhecimento populacional do Brasil entre 1950 e 2100.**

**População absoluta e relativa de idosos de 60 anos e mais, 65 anos e mais e 80 anos e mais  
Brasil: anos selecionados entre 1950 e 2100 (em mil)**

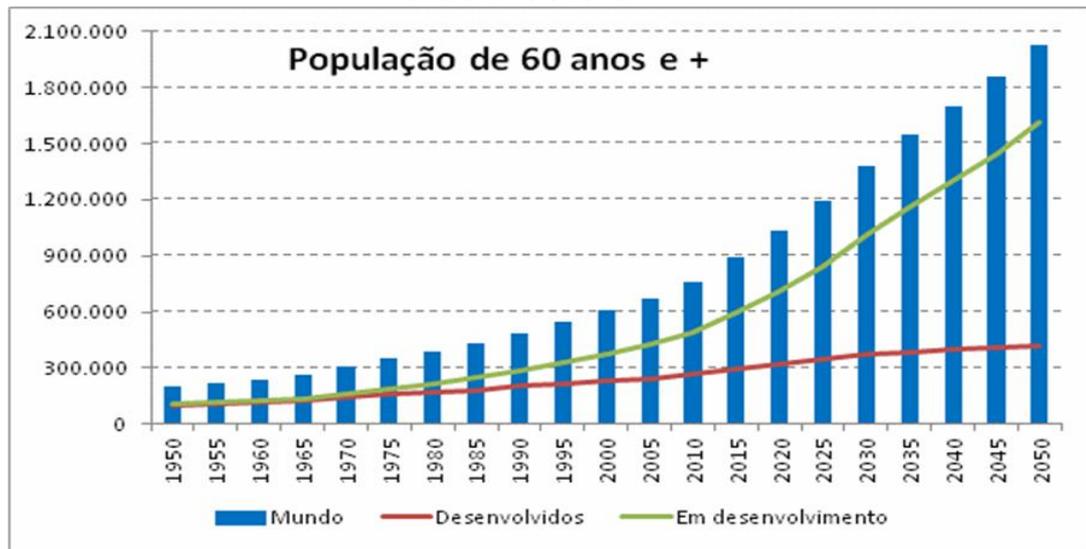
Anos	Total	60 anos e +	65 anos e +	80 anos e +	% 60 e +	% 65 e +	% 80 e +
1950	53.975	2.627	1.606	153	4,9	3,0	0,3
2000	174.790	13.874	9.175	1.429	7,9	5,2	0,8
2020	212.559	29.857	20.389	4.159	14,0	9,6	2,0
2050	228.980	67.361	52.026	15.376	29,4	22,7	6,7
2100	180.683	72.386	61.544	28.210	40,1	34,1	15,6
2100/1950	3,3	27,6	38,3	184,8	8,2	11,5	55,2

UN/Pop Division: World Population Prospects 2019 <https://population.un.org/wpp2019/>

---

encontrando-se nas mãos da exploração e opressão constantes. O racismo estrutural é o racismo que está presente na própria estrutura social. Segundo essa concepção, o racismo não seria uma anormalidade ou "patologia", mas o resultado do funcionamento "normal" da sociedade. Deste modo, nas palavras de Silvio Almeida, a sociedade seria uma "máquina produtora de desigualdade racial" (ALMEIDA,2018)

**FIGURA 3: gráfico do envelhecimento de países desenvolvidos e em desenvolvimento entre 1950 e 2050.**



Fonte: IBGE, projeções populacionais revisão 2013

## **2 FEMINIZAÇÃO DA VELHICE E AS MULHERES IDOSAS QUILOMBOLAS**

Esta sessão apresenta uma breve discussão sobre o fenômeno da feminização da velhice. Intentamos analisar a complexidade e diversidade do envelhecer sobre uma visão de gênero. Posteriormente, apresentaremos uma reflexão sobre o envelhecimento da mulher negra no Brasil e em particular o envelhecimento das mulheres negras quilombolas.

### **2.1 Feminização da velhice: uma jornada de percalços e preconceitos**

O envelhecimento não é um fenômeno homogêneo e abstrato e ele se manifesta de maneira desigual entre a população. Condições como classe social, raça, orientação sexual, religião e gênero são fortes determinantes e desenham diferentes velhices. (OLIVEIRA, 2016). Uma generalização do significado da velhice pode nos levar a entender que todas as pessoas envelhecem igualmente, o que entendemos ser, uma abordagem do processo do envelhecimento como uma universalidade abstrata.

O envelhecimento populacional traz consigo problemas de saúde que desafiam os sistemas de saúde e de previdência social. Entretanto, envelhecer não significa necessariamente, adoecer. A menos que exista doença associada, o envelhecimento está associado a um bom nível de saúde.

Diante deste contexto, o Brasil vem vivenciando um processo crescente de socialização da gestão da velhice que tem se transformado cada vez mais em uma questão pública. Dentro desse processo, tem-se o fenômeno da feminização<sup>8</sup> da velhice. A proporção de mulheres é maior que de homens na população idosa, especialmente em idades mais avançadas. Dados do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) (2012) mostram que para cada 100 mulheres com 60 anos ou mais em todo o mundo, há apenas 84 homens; e para cada 100 mulheres com 80 anos ou mais, existem apenas 61 homens (UNFPA, 2012). Na revisão do Ipea (2021), as mulheres permanecem com a tendência de maior representatividade no tamanho populacional. O sexo feminino terá maior peso entre os idosos em 2100 (IPEA, 2021).

---

<sup>8</sup> Ao fazer a análise da razão de sexo para grupos etários, identifica-se que o grupo de idosos é o que apresenta menor razão de sexo, ou seja, é um grupo em que, normalmente, há predominância de mulheres. Numa população em que o fluxo migratório é pouco expressivo, a maior concentração de mulheres nas idades mais avançadas está relacionada com a sobremortalidade masculina, fenômeno presente em quase todos os grupos etários. No grupo de idosos, fica mais evidente o efeito da maior mortalidade masculina, uma vez que um quantitativo menor de homens atinge essa idade (IBGE, 2010, p.30).

Segundo Nicodemo e Godoi (2010), as mulheres constituem a maioria da população idosa em todas as regiões do mundo. As estimativas são de que as mulheres vivam, em média, de cinco a sete anos a mais que os homens. Um estudo feito pela OMS revela que embora as mulheres tenham uma esperança de vida maior que a dos homens, a proporção de anos vividos com doenças e algum tipo de dependência também é maior (CHAIMOWICZ, 2006).

A menor mortalidade feminina explica essa diferença e faz com que essa taxa cresça cada vez mais. Como consequência disso, quanto mais velho for o contingente estudado, maior será o número de mulheres (CAMARANO, 2006). Isso se deve a comportamentos específicos do homem e da mulher. Mulheres frequentam mais os centros de saúde. Os homens estão mais expostos a acidentes de trabalho e de trânsito somados à prevalência de alcoolismo, drogas e tabagismo, vícios que afetam também mulheres, mas em menor proporção (CHAIMOWICZ, 2006).

O envelhecimento não é vivenciado da mesma forma para homens e mulheres. Esta é uma questão de gênero que tem a ver com uma construção social. Tal construção define papéis e atribui características consideradas naturais a homens e a mulheres, mas que não são naturais. São características construídas socialmente. São produtos históricos. “Sabe-se que, em uma sociedade, é melhor ser homem do que ser mulher. Ser jovem do que ser velho. Portanto, ser mulher e ser velha é ser duplamente desvalorizada” (SALGADO, 2002, p. 12).

Ainda nesse sentido, Vale (2005, p.53) destaca que a sociedade estabelece papéis para os dois gêneros, o feminino e o masculino, nos quais se fabricam “[...] ideias de masculinidade e feminilidade aos quais os indivíduos se referem para agir e se comportar a partir do pertencimento a um sexo ou ao outro. Em algumas sociedades o sexo biológico determina o sexo social [...]”.

As mulheres acumulam, no decorrer da vida, sobretudo, por efeito das relações de gênero, desvantagens como: violência, discriminação, salários inferiores aos dos homens, dupla jornada, baixa escolaridade, solidão pela viuvez. Essa estrutura social influencia o acesso a recursos e oportunidades, gerando impactos contínuos e cumulativos na vida social e econômica. Por essa razão, elas apresentam maior probabilidade de serem mais pobres do que os homens, dependendo, assim, de mais recursos externos e dificuldade ao acesso à previdência social (NICODEMO; GODOI, 2010; CAMARANO, 2006). Dessa forma, podemos afirmar que viver mais não é sinônimo de viver melhor.

Salgado (2002) aponta que as desigualdades que formatam o ser mulher também recaem no envelhecimento:

Infelizmente, as mulheres idosas continuam sendo parte de uma maioria invisível cujas preocupações emocionais, econômicas e físicas permanecem, em grande parte, ignoradas. As desigualdades sociais, políticas e econômicas que são enfrentadas por todas as mulheres se agregam à mulher idosa, também, pela discriminação pela idade, que caracteriza uma sociedade orientada para a juventude. (SALGADO, 2002, p.16-17).

Com relação às mulheres idosas, o processo de construção da desigualdade se dá por dois fatores. Primeiro, por serem mulheres, segundo por serem idosas, conformando, assim, uma situação de “dupla vulnerabilidade” (DEBERT, 1994, p. 33), que pode, ainda, ser agravada por outros marcadores sociais e raciais.

Camarano et al. (2004), ao analisar o processo de envelhecimento populacional brasileiro, afirma que a heterogeneidade do envelhecimento feminino apresenta especificidades às mulheres idosas. “A heterogeneidade desse segmento extrapola a da composição etária. Dadas as diferentes trajetórias de vida experimentadas pelos idosos, eles têm inserções distintas na vida social e econômica do país” (2004, p. 25/26). Entre as questões sinalizadas nesse estudo, as mulheres idosas apresentam condição socioeconômica desvantajosa, pois a maioria das idosas brasileiras de hoje não possuía algum tipo de trabalho remunerado durante a fase de sua vida produtiva, tornando-se mais vulneráveis financeiramente e, conseqüentemente, menos autônomas.

Além disso, Baldin et al. (2008) afirmam que a proporção de viúvas aumenta com a idade. “Os diferenciais por sexo quanto ao estado conjugal devem-se à maior longevidade das mulheres e ao fato da prevalência da cultura de os homens casarem novamente e com mulheres mais jovens” (BALDIN et al., 2008, p. 44). Em virtude disso, o número de mulheres viúvas e que se tornam mais vulneráveis a situação de pobreza e isolamento social é expressivo.

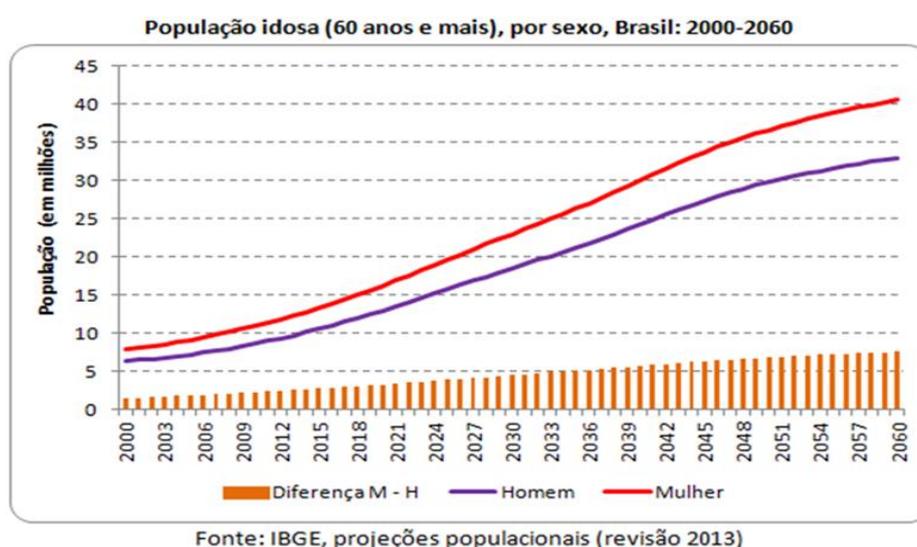
Para as autoras, diversas são as perdas vivenciadas na velhice, mas a perda de um companheiro traz consigo mudanças comportamentais que podem ser inesperadas no cotidiano, na família, na sociedade por parte da idosa viúva.

Motta (1999, p.208) aponta que “o envelhecimento se torna, realmente, uma questão global e particularmente “feminina”, demandando pesquisas sobre as características e conseqüências desse “desequilíbrio” em sua complexidade social e subjetivas.” De fato, o envelhecimento tem um forte componente de gênero, com dimensões e significados que extrapolam a esfera cronológica (CAMARANO, 2006; DEBERT, 1997).

Apesar dos muitos avanços conquistados para a vida das mulheres idosas como sua maior representatividade numérica, longevidade, avanços da tecnologia, acesso ao lazer, avanços nos medicamentos e tratamentos, maior participação das mulheres na sociedade, ainda

é comum a existência de dilemas. Esses dilemas são velhos sob novas roupagens, a saber, idosas vivem isoladas socialmente, possuem dependência financeira, baixa escolaridade, não são autônomas, vivem sozinhas por serem solteiras ou viúvas, convivem com o preconceito social por causa da condição de velha, convivem com problemas familiares, possuem carências afetivas, doenças crônicas, possuem dificuldades em se adaptar aos novos papéis desempenhados pelos idosos na cena contemporânea. Isso reflete a desigualdade de gênero que tem sido efetivada ao longo da experiência de vida. Situações essas que revelam a heterogeneidade da velhice, principalmente, por causa das diferentes trajetórias de vida experimentadas pelos idosos no cenário econômico, político e social brasileiro (NERI, 2011).

**FIGURA 4: Gráfico da população idosa por sexo entre 2000 e 2060**



## 2.2 Envelhecimento da mulher negra quilombola: o legado da escravidão

A pobreza brasileira tem cor, tem gênero e tem raça/etnia. Ela é feminina e negra. Os idosos negros apresentam baixa renda, baixa escolaridade, maior índice de analfabetismo, vivendo em arranjos domiciliares multigeracionais ou mistos, e com renda familiar percebida pelos próprios idosos como insuficientes para suas necessidades. Este cenário se intensifica quando falamos das mulheres negras. Muitas delas são as mantenedoras do lar e vivem em condição de subemprego (OLIVEIRA, 2016).

Uma pesquisa, realizada pelo FIBRA (2011), indica que as piores condições socioeconômicas da população negra mais jovem continuam até a velhice. Isto sugere a

vigência na privação continuada de benefícios e oportunidades, com impactos negativos na saúde, cognição e bem-estar (NERI, 2013).

O Dossiê das mulheres negras (2013) apresenta pesquisas realizadas pelo Ipea, comprovando que, mesmo a população de mulheres negras sendo maior que a de mulheres brancas, as negras são menor número na velhice. Mulheres negras vivem menos que as brancas. A expectativa de vida das mulheres negras é menor do que a de mulheres brancas, podendo chegar a 6,5 anos de diferença.

Dados mais atuais comprovam o que foi evidenciado no Dossiê das mulheres negras. Os índices verificados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2012) demonstram que as pessoas negras, com idade acima de 65 anos, correspondem a 43,5% da população, enquanto a branca é de 55,3%. Este dado demonstra que a maioria das pessoas que adentram a velhice é branca (PNAD, 2012). Esses dados são o reflexo da realidade do envelhecimento negro brasileiro.

Oliveira (2016) aponta que as diferenças raciais acirram as desigualdades sociais ao longo do ciclo de vida porque a organização social brasileira foi alicerçada no regime escravagista. Esta particularidade germinou e a cisão da população brasileira entre brancos e negros, sendo que, estes últimos, comporiam os estratos mais empobrecidos da população.

Destarte, ser mulher negra e velha conduz a uma trajetória marcada pelas desigualdades, em especial a racial. Portanto, há um real entendimento sobre a perversidade que o povo negro enfrentou ao longo da história. Por isso, é possível entender o motivo pelo qual a mulher negra sofre e sofrerá muito mais em seu processo de envelhecimento do que as mulheres não negras. Além disso, terá que encarar um quadro de gerontofobia<sup>9</sup> muito intensa, pois irá entrar em seu processo de envelhecimento como uma mulher que sempre foi forte e que aguentou todas as dificuldades, mas ao mesmo tempo sabe que suas capacidades físicas e mentais estarão reduzidas, e que não conseguirá manter essa condição (COELHO, 2013).

A mulher negra idosa faz parte de um contingente invisibilizado e cercado de estereótipos que a segrega em um mundo marcado, historicamente, por modos de ser e de viver que tendem a inferiorizá-la ou desqualificá-la em um sistema de hierarquização social

---

<sup>9</sup> Gerontofobia vem da palavra latina “*geron*“, que significa “homem velho”, e a palavra grega “*phobos*” significando “medo”. Gerontofobia é um medo extremo de envelhecer ou medo dos idosos. Gerontofobia é o nome dessa síndrome que define aversão ou medo patológico de pessoas idosas ou do processo de envelhecimento. Os sintomas afetam os pensamentos e causam ansiedade. No geral a pessoa acometida por essa fobia tem sentimentos depressivos, pois a perspectiva do futuro é sempre negativa. ALMEIDA, Romildo, L. Gerontofobia: o terrível medo de envelhecer. Hospital Santa Casa de Misericórdia, 23 jan. 2020. Disponível em: <http://www.santacasasorocaba.com.br/gerontofobia-o-terrivel-medo-de-enve...> Acesso em: 14 mar. 2022.

fundamentado no racismo. Em se tratando das mulheres negras quilombolas, sobretudo pobres, esses estereótipos são reforçados pela sua condição de pobreza, cujo envelhecimento torna-se severo, considerando o acirramento das desigualdades sociais, adensado pela dificuldade em acessar as políticas sociais (SANTOS, 2016).

Importa inferir que a exploração Colonial no Brasil modificou as maneiras de sociabilidade e produziu marcas profundas na organização econômica e sociopolítica brasileira. Os impactos disso na estrutura da sociedade brasileira reverberam no que hoje podemos caracterizar de racismo estrutural. Esse sistema foi estruturado e sustentado por três pilares: escravidão, monocultura e latifúndio. Pode-se dizer que esse sistema foi construído a partir de uma dominação simbólica em que a força do “senhor de escravos” foi alicerçada a partir de um modelo patriarcal de exploração e opressão (PIRES, 2003). Assim, na perspectiva da dominação simbólica de Bourdieu (1989), a dominação masculina foi legitimada pelo poder dado aos “senhores de escravos”.

A sociedade admitiu e naturalizou a escravidão de homens e mulheres negros/as por meio também de suas organizações institucionais, dentre elas a Justiça, materializadas nas vivências sociais como uma prática tolerada por todos. A mulher negra, nesse cenário, foi subordinada a um sistema de dominação e opressão demarcado por uma época de exploração sexual e do trabalho, em que a submissão absoluta à “casa grande” e as marcas deixadas pelo açoite dos feitores conduziram às maiores humilhações físicas e psicológicas que tornaram insuportável sua sobrevivência àquela época (PIRES, 2003).

Considerando a historiografia sobre a escravidão e as mazelas causadas por este sistema que deixou marcas indeléveis e profundas, vê-se que esse processo atinge a qualidade de vida das mulheres idosas negras e contribui para a manutenção dos níveis de desigualdade social e econômica no presente. Também demonstra que o estado brasileiro, por meio das políticas públicas, ainda não efetivou o direito de a população negra envelhecer com dignidade, cuja materialização ocorre por meio do racismo estrutural e da discriminação racial, com consequências à saúde e à garantia dos direitos humanos da população negra quilombola (MUNANGA, 2020).

As mulheres negras escravizadas, ademais, sofriam com o estereótipo de terem corpos rijos, fortes, prontas para suportar a dor, forçadas ao trabalho. O custo de manutenção e exploração era menor do que o dos homens no auge da força física, um tabu para a teoria da feminilidade do século XIX. Ou seja, a ideologia da feminilidade não funcionava para as mulheres negras, pois eram tratadas como instrumentos de reprodução biológica e vistas para

aumentar a renda econômica do seu proprietário. Contudo, estas mulheres foram sobreviventes e resistiram às barbaridades sofridas na escravidão (MUNANGA, 2017).

Diante da luta e resistência aos castigos físicos, da violência psicológica, do trabalho duro e da degradante na juventude, subentende-se que não era garantido à mulher escravizada qualquer sorte que lhe conferisse envelhecer no mínimo com condições de sobreviver na velhice, mesmo para aquelas submetidas ao trabalho doméstico, considerado “mais ameno”. Segundo Ferreira (2014), supõe-se que, com o avançar dos anos, homens e mulheres escravizados/as foram morrendo por causa da velhice e das doenças.

Destarte, após o fim da escravidão no Brasil, o “ex-escravo” foi excluído, marginalizado, sem qualificação, educacional/profissional e largado nas periferias das cidades e nas zonas rurais. Cabral (2010) investigou as condições de envelhecimento nas zonas rurais e urbanas na região nordeste brasileira e pontua que as condições de vida da população idosa que envelhece nas zonas rurais é marcada pela predominância de fatores como: pobreza; isolamento, visto que a migração dos(as) jovens para as áreas urbanas em busca de estudo ou trabalho faz com que em geral permaneçam apenas os(as) idosos(as), no campo; baixos níveis educacionais, já que a educação nas décadas iniciais do século XX era privilégio das elites; residências precárias; limitações de transportes; problemas crônicos de saúde e um acesso mais difícil às políticas de assistência e de saúde (GOMES; CORDEIRO, 2014).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2008), existia cerca de 1,6 milhão de idosos (as) residentes em zonas rurais na região nordeste do Brasil, e que, diferente das áreas urbanas onde existe maior predominância de mulheres, as mulheres idosas são minoria na área rural. Camarano (2004) argumenta a este respeito que uma série de dificuldades são encontradas por estas idosas para manterem seus vínculos sociais ou terem acesso a grupos de convivência, culminando em um dos principais motivos de sua migração para a área urbana.

Segundo Alcântara (2009), há uma predominância de mulheres idosas viúvas no meio rural brasileiro, isso está relacionado ao fato de os homens permanecerem por períodos mais prolongados expostos a agrotóxicos e pesticidas, acarretando seu adoecimento e morte. Quanto à saúde, as mulheres idosas apresentam maior quantidade de queixas relacionadas à saúde. Entretanto, este fenômeno surge associado a baixos índices de visitas aos serviços de saúde, relacionado aos recursos financeiros insuficientes, ausência de transporte, uso de automedicação, escassez de profissionais e postos de atendimento nas áreas rurais (GOMES; CORDEIRO, 2014).

Ainda em relação ao Nordeste brasileiro, essa é a região que tem os maiores índices de analfabetismo do país. O analfabetismo atinge principalmente as populações mais idosas, do sexo feminino, os negros e os residentes nas áreas rurais. Entre os analfabetos, o número de negros e negras é quase três vezes maior do que para a população branca. A região concentra o maior número de analfabetos do país (19,9%). Quanto ao nível de escolaridade do velho nordestino, mais da metade da população é desprovida de instrução. Os percentuais de velhos com baixa escolaridade no Nordeste urbano e rural demarcam cifras expressivas, 40,6% e 70%, respectivamente (IBGE, 2008).

Nesse sentido, Faleiros (2007, p.161) mostra o quanto a população idosa brasileira – sobretudo, a rural – foi excluída da educação formal: “Quanto maior a idade, maior o grau de iletrados, revelando-se o descaso do Estado e dos proprietários rurais pela educação pública, considerando-se que 38% passaram a maior parte da vida no campo e 10% viveram no campo e na cidade”. A constatação dessa conjuntura indica a disparidade em relação ao acesso a direitos fundamentais, bem como a necessidades básicas. Silva adverte (1997) sobre a grande distância entre o urbano e o rural brasileiro quando se examinam, por exemplo, carências essenciais como a privação de água e a escolaridade.

Dessa forma, vê-se que a análise sobre o envelhecimento da mulher negra quilombola, nos dias atuais, passa pela compreensão de como as mulheres escravizadas eram subordinadas ao sistema escravocrata de base patriarcal<sup>10</sup>, de certo modo, “reatualizado” com o acirramento de mecanismos como o racismo, o sexismo e o machismo que se expressam, na sociedade capitalista, para manter os eixos de dominação e opressão de mulheres pobres e negras na condição de sujeitos subalternos (NICODEMO; GODOI, 2010).

Ao se tratar da mulher negra quilombola, há uma relação entre discriminação racial e processo de envelhecimento. Este último é percebido como uma construção social. Assim, as consequências do processo de envelhecimento, em regra, deveriam estar associadas à vida saudável e ativa. Porém, considerando as particularidades do envelhecimento da mulher negra,

---

<sup>10</sup>Patriarcado segundo Saffioti é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens. Saffioti (2004) considera que o patriarcado é um caso específico das relações de gênero, onde estas são desiguais e hierárquicas. A ordem patriarcal de gênero admitiria então a dominação e exploração das mulheres pelos homens, configurando a opressão feminina. representa um tipo hierárquico de relação que está presente em todos os espaços sociais e que é uma relação civil e não privada. O patriarcado concede direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, possui uma base material e corporifica-se. Além disso, diz respeito a uma estrutura de poder que tem por base a ideologia e a violência. Saffioti (2004) acredita que o sistema patriarcal e sua ideologia impregnam a sociedade e o Estado. Para a autora, na ordem patriarcal de gênero, o poder é exercido por quem for homem, branco e heterossexual. A sociedade é perpassada não apenas por discriminações de gênero, como também de raça, etnia, classe social e orientação sexual. Saffioti (2004) acrescenta que a grande contradição da sociedade atual é composta pelo nó patriarcado, racismo e capitalismo.

constata-se que na velhice tem-se uma combinação entre sofrimento, aumento da dependência física e isolamento social. Há outros fatores que, combinados ao racismo, à desigualdade de gênero e com o aumento da pobreza, tornam essa questão muito mais complexa, mesmo diante dos avanços de programas sociais e com a implementação de equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF) que cuidam de idosos que vivem em comunidades (NICODEMO; GODOI, 2010; COELHO, 2003).

No que diz respeito à desigualdade quanto ao envelhecimento de mulheres negras, a III Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento na América Latina e Caribe (2012), realizada no Chile com apoio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), apresentou dados significativos. A saber: as mulheres negras são maioria como chefes de domicílio; maior envolvimento das mulheres negras nas atividades domésticas (inclusive na condição de ocupadas) do que brancas; a universalidade do sistema de seguridade social (previdência urbana, previdência rural, assistência social e as pensões por morte) cobria 77,3% da população idosa negra e 78,3% da branca. Aos 80 anos de idade e mais, 95,5% da população branca recebia algum benefício da seguridade social, enquanto a proporção comparável para os negros foi de 90,5%; mesmo com a redução da pobreza, a proporção da população negra pobre, idosa ou não, é mais elevada do que a branca (SANTOS, 2016).

De modo particular, o processo de envelhecimento da mulher negra quilombola é crivado de discriminação racial e de gênero, reverberando em uma velhice que se torna dura pelas expressões da desigualdade social e de gênero. Conforme os dados apresentados, destaca-se a questão do envelhecer destas pessoas que sofrem preconceito social por meio, também, do idadismo, entendido como “atitudes ou comportamentos negativos em relação a uma pessoa baseadas somente na sua idade” (COELHO, 2003, p.63-73). Esses comportamentos, associados aos estereótipos e preconceitos<sup>11</sup>, trazem consequências negativas para a vida dessas mulheres. Ou seja, além da discriminação por idade, associa-se a isso a questão da discriminação racial.

Para Nicodemo e Godoi (2010), as mulheres idosas negras quilombolas estão numa situação ainda mais problemática. Enquanto os homens migram para as cidades mais próximas em busca de trabalho, elas permanecem ali garantindo o sustento a partir do manejo dos recursos

---

<sup>11</sup> Estereótipo é o conceito ou imagem preconcebida, padronizada e generalizada pelo senso comum sobre algo ou alguém, é utilizado especialmente para delinear e rotular distinções quanto a aparência (idade, cor da pele, tipo de vestimentas, uso de acessórios, etc.), naturalidade (região ou país de origem) e comportamento (religião, cultura, crença, nível educacional, etc.). Preconceito é uma opinião formada precipitadamente, sem maior ponderação, um conceito formado antes de se ter os conhecimentos necessários. É uma opinião favorável ou desfavorável que não é baseada em dados e experiência própria que pode ser baseada ou não em sentimento precipitado, motivado por hábitos de julgamento ou generalizações apressadas (CROCHÍK, 1997).

naturais, atuando para a organização social e transmissão dos saberes ancestrais. As mulheres idosas quilombolas estão expostas às variadas formas de violência (física, psicológica, financeira, dentre outras). Elas são as principais impactadas pelos conflitos territoriais, pelos empreendimentos desenvolvimentistas e pela supressão de direitos. Esses fatores comprometem significativamente o desenvolvimento social e econômico dessas mulheres (NICODEMO; GODOI, 2010).

Em relação ao segmento populacional de idosos, as mulheres idosas negras quilombolas ainda se encontram em situação de maior vulnerabilidade social. As condições de vida são mais precarizadas, pois ainda lutam pelo direito à terra, direito primordial para que possam ter acesso aos demais direitos e políticas públicas (FERREIRA; CARLET, 2017). Destaca-se que as comunidades quilombolas se encontram em condições precárias de vida e saúde, decorrentes do processo histórico de expropriação de sua cultura e de seus direitos sociais (SILVA, 2007).

Portanto, a categoria “envelhecimento” estabelece uma intrínseca influência junto à questão racial nas comunidades quilombolas e determina demandas por espaços coletivos de resposta às necessidades sociais, como o resgate da tradição cultural e da história das comunidades. Ao mesmo tempo, se percebem desafios e limites estruturais “que impactam negativamente na melhoria das condições de vida e saúde dos idosos, e consequentemente em sua qualidade de vida (ALVES, 2015, p.31).

De acordo com Fernandes e Santos (2016), a situação na qual se encontram as comunidades quilombolas é fruto dos mecanismos históricos de exclusão no Brasil. Para essas comunidades, é negligenciado, reiteradamente, o acesso aos seus direitos fundamentais. Tais negligências a esses direitos aumentam os níveis de vulnerabilidade dessa população que dispõe de escassos recursos para solução de seus problemas (FERNANDES; SANTOS, 2016).

Estas condições de vulnerabilidade tornam-se ainda mais presentes quando se trata da vida das mulheres quilombolas, já que estas carregam consigo, marcadores de opressão que determinam suas experiências de desigualdades: ser mulher negra. As experiências de desigualdade vividas pelas mulheres quilombolas e a negação de seus direitos básicos são cotidianamente atravessados por esta intersecção racial e de gênero (FERNANDES; SANTOS, 2016). Em suma, as mulheres negras quilombolas envelhecem em situações de maior vulnerabilidade do que as demais.

Considera-se também que o ambiente decorrente das intersecções de classe, gênero, raça e etnia em que a pessoa está inserida, pode facilitar ou dificultar tanto a realização das atividades cotidianas quanto o processo de adaptação a possíveis necessidades que venham a surgir com o passar do tempo, acelerando ou retardando o envelhecimento. Desta forma, compreende-se

que as condições de vida, e, nisto consideramos fatores como moradia, alimentação, saúde, lazer etc., estão associados à história de vida do(a) idoso(a) e refletem em seu processo de envelhecimento dado ser esta uma experiência singular de cada sujeito (OLIVEIRA, 2016).

### **3 MEMÓRIA, TRADIÇÃO E TRANSMISSÃO DA CULTURA EM TERRITÓRIO QUILOMBA**

Nesta seção, abordaremos, de forma exígua, o processo de formação dos quilombos. Este breve percurso que nos levará a entender sobre os espaços remanescentes na atualidade e a importância destes para seus moradores, para a preservação de sua tradição cultural e para a afirmação da identidade dessas comunidades. Por fim, abordaremos a importância da memória e o papel social do idoso como o guardião da memória em território quilombola.

#### **3.1 Formação dos quilombos no Brasil: lugar de luta e resistência**

O Brasil foi conquistado pelo colonizador europeu. Aqui, ele desenvolveu sua prática de dominação, marcada pela apropriação dos espaços, pela exploração intensa dos recursos naturais e dos povos originários da terra, que foram considerados seres inferiores. Além dos povos nativos que habitavam as terras brasileiras, os europeus comercializavam africanos, vendidos como mercadorias. Estes, trazidos de algumas partes do continente africano, foram por muito tempo objeto de tráfico, transportados em navios em condições sub-humanas, muitos não resistiam às travessias e morriam devido aos maus tratos, à fome e à doenças. O negro, tornado escravo, foi coisificado e desumanizado tendo sua história, cultura e identidade subtraídas pelo colonizador (SILVA, 2011).

Para Moraes (2005) a colonização é, antes de tudo, uma relação sociedade-espço. A relação de uma sociedade que se expande e os lugares onde se realiza tal expansão, num contexto no qual os “nascidos” do lugar são concebidos como atributos do espaço, uma sorte de recurso natural, local. Segundo o mesmo autor (2005), a escravidão, além de base econômica da colonização brasileira, foi também o fundamento de todas as esferas da vida social e política. O escravismo imprime a desigualdade e a exclusão como regras básicas do convívio social. A sociedade escravocrata estabelece o império da violência. O trabalho compulsório prescinde da hegemonia, pois se realiza diretamente pela força (SILVA, 2011).

O Brasil foi o país que mais importou escravos e o último país que aboliu legalmente a escravidão. Cerca de 40% dos africanos escravizados tiveram como destino o Brasil. Atualmente 65% da população negra nas Américas é constituída por brasileiros (FURTADO; SUCUPIRA; ALVES, 2013) . Os primeiros africanos chegaram ao Brasil em 1554. Foram, portanto, 316 anos de escravidão, o que marca os últimos séculos da história brasileira e

representa 63% do tempo desde que os portugueses aqui chegaram até os dias de hoje (FURTADO; SUCUPIRA; ALVES, 2013).

Os escravos brasileiros constituíam-se, em sua maioria, por negros africanos e, ainda que existissem índios, estes eram escassos nos trabalhos mais pesados. Os anos de escravidão refletiram, e continuam a refletir, de forma veemente na realidade sócio-econômica-cultural da sociedade brasileira. Os mais de trezentos anos de práticas exploratórias colonialistas imbuíram na memória social brasileira traços e costumes próprios de nossa identidade (SOUZA, 2008).

Além disso, a distribuição dos escravizados e o tráfico se deram em grandes proporções em nosso território, o que ressalta a relevância da escravidão para a constituição e formação histórico-cultural da identidade brasileira. Esses aspectos, nem sempre visíveis, são relativos à história e à trajetória de inúmeros indivíduos, e não se referem exclusivamente às noções de raça ou de etnia, mas demarcam relações de hierarquia e fronteiras sociais presentes na sociedade brasileira (FURTADO; SUCUPIRA; ALVES, 2013).

Durante o período da escravidão, foram muitos os protestos e insurreições contra essa dominação, em busca pela sobrevivência em um país com costumes diferentes dos oriundos da África. Só foi possível manter o escravismo diante de uma vigilância ferrenha e uma violência de punição preventiva, estruturadas nas relações produtivas diante dos quadros de protestos e resistências por parte dos escravos (RIBEIRO, 2006).

Para Souza (2008), essa lógica de castigos e repressões era necessária para o funcionamento da ordem escravocrata, pois, caso contrário, o escravo poderia recusar-se a trabalhar e se rebelaria ao cativo. Havia legislação, tanto no período colonial quanto no imperial, que reprimia a tentativa de fuga e rebelião e penalizava os que assim se comportassem. O colonialismo escravista encontrava respaldo em práticas europeias de tempos anteriores, em que era permitido que pessoas fossem consideradas propriedades dos seus senhores.

Em decorrência das punições do sistema repressor, os escravos criaram estratégias de defesa clandestinas e fugas em busca de liberdade. Os quilombos representaram formas de resistência e luta contra a opressão vivenciada por africanos e seus descendentes ao longo da história brasileira. Portanto, essas comunidades emergiram diante de uma situação de confronto e conflito. Tido como elemento que caracterizava a libertação, o quilombo assinalava uma reação à existência desse sistema forçado de trabalho (FURTADO; SUCUPIRA; ALVES, 2013).

A manifestação típica da insubordinação negra foi o que se convencionou chamar de Quilombo. Ele era uma forma de sobrevivência e luta contra a escravidão diante das repressões evidenciadas. Inúmeros negros foragidos organizavam-se em localidades distantes o suficiente

para resistirem ao sistema escravista imposto, constituindo-se, assim, os quilombos. Essa era a alternativa possível diante do quadro de escravidão: refugiar-se em local de difícil acesso e manter-se em posição defensiva, lutando para sobreviver (FREITAS, 1984).

Acerca das considerações referentes ao conceito de quilombo, pode-se afirmar que este passa, atualmente, por vários questionamentos, diferindo da ideia de rebeldia, de fuga e de enfrentamento. Oficialmente, o termo quilombo teria surgido na Constituição do século XVIII, quando, em 1740, o Conselho Ultramarino valeu-se da seguinte definição: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (GOMES, 1996)

Outros registros apontam que a palavra quilombo foi trazida para o Brasil, e a toda a América, por negros africanos escravizados, assumindo sentidos diversos em épocas e regiões diferentes. Esse vocábulo, juntamente com seu conteúdo militar e sociopolítico, remete-se a povos africanos de línguas *bantu*, como os *Imbangala*, os *Mbundu*, os *Kongo*, os *Ovimbundue* e os *Lunda*, sendo originariamente da língua *umbundu* (CALHEIROS; STADTLER, 2010)

No Brasil, os quilombos, tidos como núcleos paralelos de poder, organização social e produção de subsistência, eram considerados a expressão mais radical de ruptura com o sistema latifundiário e escravista, e tinham como emblema principal o Quilombo de Palmares<sup>12</sup>. A resistência e luta contra o sistema colonialista escravocrata que os oprimia colocava os negros em uma posição ativa diante do contexto em que estavam inseridos (MIRANDA, 2012).

Souza (2008) relata que apesar da repressão e do empenho do Estado para conter a oposição ao sistema escravista, a resistência se manteve e pôde ser observada em diversos locais onde havia escravidão. Nos morros, chapadas e serras, próximos a engenhos e fábricas de alimentos, os quilombolas abriam suas estradas avançando fronteiras em áreas de plantações e pastagens. Nas inúmeras e diferentes regiões brasileiras, esses ex-escravos criavam estratégias para adaptarem-se e formarem suas comunidades, predominantemente, constituídas por negros.

No entanto, também foi constituída uma mescla de etnias com brancos e indígenas. Viviam de atividades agrícolas, extrativismo e garimpagem, mas possuíam também relações

---

<sup>12</sup> O Quilombo dos Palmares surgiu no final do século XVI, no território da capitania de Pernambuco, mais precisamente em uma região em que hoje está localizado o estado de Alagoas. O quilombo foi formado por escravos que tinham fugido de engenhos da região de Pernambuco e que escolheram a região da Serra da Barriga, na zona da mata de Alagoas. O primeiro registro conhecido que faz menção ao Quilombo dos Palmares remonta a 1597, embora existam algumas teorias que sustentam que o quilombo já existia antes disso. Com o tempo, Palmares cresceu, tornou-se famoso, servindo de inspiração para outros escravos resistirem e fugirem. Teve cerca de 20 mil habitantes. Foi chamado de Quilombo dos Palmares, porque foi construído em uma região que possuía um grande número de palmeiras e essas árvores possuíam inúmeras utilidades, pois forneciam alimento aos quilombolas e suas folhas eram usadas para fazer o telhado dos casebres que eram construídos. Foi destruído em 1694 e seu líder, Zumbi, foi morto no ano seguinte em uma emboscada (ALVES, 2015).

comerciais com a sociedade que os rodeava. O cultivo de pequenas roças e o acesso a um comércio informal foram a base da construção da economia quilombola, tipicamente camponesa e compartilhada por comerciantes, lavradores, escravizados e libertos (SOUZA, 2008).

A Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, instituiu formalmente a proibição da escravidão. Porém, não significou o acesso de negros e negras a direitos ou o fim da segregação desses sujeitos pela sociedade. Ao contrário disso, os ex-escravos foram expulsos das terras em que viviam (LEITE, 2000). Portanto, mesmo o negro libertado não era bem-visto na sociedade brasileira. Os valores nela inculcados continuarão a persegui-lo de forma a gerar preconceitos e injustiças sociais, pois os negros muitas vezes sem emprego e sem acesso à propriedade da terra ocupam uma posição inferior na sociedade.

Restaram aos escravizados duas possibilidades: fixarem-se nas periferias urbanas, opção escolhida por muitos ex-escravos de bairros empobrecidos, ou refugiarem-se nas comunidades quilombolas, embrenhando-se na mata atrás de refúgio. Esta última opção foi eleita pela maioria daqueles pertencentes à área rural. Houve também casos de escravos abandonados por seus senhores e que se organizaram em comunidades para buscar sobrevivência. Consequentemente, os que buscaram refúgio nas áreas rurais, acabaram por se isolar em comunidades quilombolas distantes das cidades, tendo como justificativa o medo de que a Lei Áurea viesse a ser revogada e que o sistema escravocrata retornasse ao país (BARRETO, 2006; FURTADO; SUCUPIRA; ALVES, 2013).

Desta forma, com o passar do tempo era fácil encontrar bairros nas periferias das cidades como também comunidades rurais constituídas por negros que ao longo do tempo, e no desenvolvimento de sua territorialidade, seus habitantes construíram uma identidade. Sob a denominação de ribeirinhos, caboclos, jangadeiros, caiçaras ou caipiras, as comunidades negras assentaram identidades não sobre a cor da pele ou posição social, e sim sobre vínculos parentais, conhecimentos acerca da natureza, compartilhamento de costumes e tradições, ou seja, sobre a cultura. As comunidades rurais formadas por escravos libertos eram comumente chamadas de “terras de preto<sup>13</sup>” (ALMEIDA, 1998).

---

<sup>13</sup> Terras de Preto são terras doadas, entregues ou adquiridas por comunidades negras após a abolição e na desagregação do latifúndio, ou extensões que permaneceram em isolamento relativo, mantendo regras de direito consuetudinário com apropriação comum dos recursos (ALMEIDA, 1988). Para maior aprofundamento desta temática ver ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. “Terras de preto, terras de santo e terras de índio: posse comunal e conflito”. Revista Humanidades, Brasília, UnB, N° 15, 1988, p. 42-48

### **3.2 Territórios quilombolas: a luta para continuar a existir**

A legislação brasileira de 1850 excluía qualquer possibilidade de aquisição de terra que não fosse pela compra. Mesmo diante desses impedimentos legais, os negros quilombolas tomavam posse de pedaços de terras e estabeleciam moradia e trabalho. Dessa forma, revogavam, por meio da luta, a legislação imposta pela classe dominante e colonizadora, que os excluía da condição de possuidores de terra (ROCHA, 1998).

A Lei das Terras de 1850 buscou instituir a noção de propriedade privada da terra e excluiu outras formas de usufruto, ditas coletivas, comum entre os indígenas e os quilombolas. O simples ato de gozar de um espaço para viver foi transformado em ato de luta e guerra. Os negros foram sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que haviam escolhido para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou herdada dos antigos senhores através de testamento lavrado em cartório, pois a referida lei excluía a possibilidade de aquisição de terra que não se desse por compra (LEITE, 2000).

A luta pela preservação e reconhecimento legal das terras que residem os descendentes dos moradores dos antigos quilombos foi um desafio ao longo do século XX. Mesmo antes da promulgação da Constituição Brasileira de 1988, alguns dos remanescentes dos quilombos já enfrentavam demandas judiciais em alguns Estados do Brasil visando evitar que fazendeiros e empresas conseguissem judicialmente, ou pelo uso da força, as terras historicamente ocupadas por seus antepassados quilombolas.

Atualmente, há registros de comunidades que, mesmo tendo documentos comprobatórios da posse da terra, sofrem expropriações de seus territórios, devido a pressões de fazendeiros residentes em regiões vizinhas ou grileiros interessados no valor desses territórios. O registro de posse, não sendo um registro formal de propriedade de terra, não garante a propriedade às famílias habitantes das regiões por inúmeras gerações. Essa realidade nos remete a esse passado de exclusão e à antiga Lei das Terras, que alijava esses sujeitos dos direitos de possuir a terra. Mesmo quando herdada e com testamentos lavrados em cartório, os negros eram expulsos e removidos de seus territórios, fato similar ao contexto atual das comunidades quilombolas nas diversas regiões do território brasileiro (FURTADO; SUCUPIRA; ALVES, 2013).

Vale ressaltar que para as comunidades remanescentes quilombolas, as terras significam mais que um pedaço de terra, pois territorializar-se consiste, muitas vezes, na luta para continuar a existir, para exercer plenamente seu modo de vida (SILVA, 2012). Ainda segundo Leite (2000), a terra é o que propicia condições de permanência, de continuidade das referências

simbólicas importantes à consolidação do imaginário coletivo, e os grupos chegam por vezes a projetar nela sua existência.

Assim, entendemos que o conceito de território aqui empregado não é exclusivamente como apenas um espaço físico, mas sim como território socialmente construído e o espaço do vivido – base para a reprodução da cultura de um grupo. É através da relação memórias/narrativas que a discussão sobre território se baseia, não apenas porque está no presente sob disputa, mas principalmente no fato de constituir o suporte da memória, visto que os eventos fundamentais na história dessas comunidades estão inscritos no território (DUTRA, 2016, p. 100).

O espaço geográfico produzido na comunidade negra, com seus modos de vida e sua organização social, agrega também os conflitos sociais, políticos e econômicos demonstrando a reprodução de uma territorialidade. Portanto, é a partir de uma territorialidade que o indivíduo se apodera e controla certos espaços em relação às suas necessidades materiais e imateriais e assim cria o sentimento de pertencimento e de identidade (HAESBAERT 1999, p.78).

Halbwachs (2006, p.159) aborda sobre a importância dos espaços para a constituição da memória e da identidade de um grupo: “Assim se explica como as imagens espaciais desempenham esse papel na memória coletiva. O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro-negro no qual se escreve e depois se apaga números e figuras. Como se a imagem do quadro-negro pudesse se recordar o que nele traçamos [...] Mas o local recebeu a marca do grupo e vice-versa.” (HALBWACHS, 2006 p. 159).

O autor afirma ainda que “cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo. Todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que nela havia de mais estável” (HALBWACHS, 2006 p. 159).

Para Halbwachs, o grupo e o espaço por ele construído tornam-se indissociáveis. “Quando inserido numa parte do espaço, um grupo o molda à sua imagem, mas ao mesmo tempo se dobra e se adapta a coisas materiais que a ela resistem. O grupo se fecha ao contexto que construiu. A imagem do meio exterior, e das relações estáveis que mantém com esta, passa ao primeiro plano da ideia que tem de si” (HALBWACHS, 2006, p.159).

Desse modo, o reconhecimento legal dos territórios quilombolas tornou-se um símbolo de luta, libertação e conquista por parte da comunidade negra brasileira, mostrando o papel importante do território e da territorialidade como subsidiária do reconhecimento da identidade e dos valores constituídos dentro da história de luta dos negros no Brasil.

Importante salientar que somente a partir de 1931 começam a ser organizados movimentos negros em todo país na luta contra o racismo e por direitos. Dentre eles está a Frente Negra Brasileira. Em 1936 este movimento acabou se tornando um partido político e que veio a ser extinto um ano depois pelo então presidente Getúlio Vargas. Em 1987 o movimento negro do Brasil encaminha proposta de capítulo para Assembleia Constituinte, que pedia o direito de garantia às terras para comunidades quilombolas (TERRAS DE DIREITO, 2018).

A Constituição Federal de 1988 inaugura no Brasil um novo marco na luta pelo direito à terra, ao território e ao respeito à identidade construída no decorrer da história de formação do povo brasileiro. O Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, trata do reconhecimento da posse e da titulação das terras ocupadas pelos descendentes de quilombos. Diz o texto, “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

O Texto Constitucional trata essas respectivas comunidades como “remanescentes das comunidades dos quilombos”. Porém, uma questão foi levantada: quem seriam esses remanescentes de quilombo? O termo quilombola induz a estereótipos que indicam quilombos e comunidades do passado que, supostamente, tenham desaparecido depois da abolição da escravidão em 1888, ou ainda a comunidades que possuam uma africanidade intocada.

Miranda (2012) aponta que foi necessária uma organização, por parte das populações rurais negras e também de pesquisadores e militantes envolvidos com o tema, que proporcionou uma abertura maior do conceito de quilombo e também a possibilidade de inclusão de variadas populações rurais negras sob esta denominação. Essa reformulação do conceito permitiu a inclusão de inúmeras maneiras de acesso à terra pela população negra escravizada, incluindo: heranças, doações, fugas e ocupação de terras livres, permanência em terras cultivadas no interior das grandes propriedades e recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado. A ressemantização do conceito de quilombo possibilitou a criação de uma nova identidade afirmativa, a do quilombola, esta portadora de direitos (SILVA, 2011).

Em relação ao termo “remanescente”, Arruti (2006, p.82) argumenta que, ao serem identificadas como “remanescentes”, as comunidades passam a ser reconhecidas como símbolo de uma identidade, de uma cultura e, sobretudo, de um modelo de luta e militância negra, dando ao termo uma positividade, onde o que está em jogo é a manutenção de um território como reconhecimento de um processo histórico de espoliação. Desta forma, infere-se que a identidade quilombola está estreitamente ligada à ideia de pertença. Um pertencimento étnico e uma

territorialidade específica. Pois, como preconiza Santos (2004), “a territorialidade não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos”.

A fim de amparar essa discussão, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), na tentativa de orientar e auxiliar na aplicação do Artigo 68 do ADCT, anunciou um balanço que define um conceito para o termo quilombo:

Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebeldes, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. A identidade desses grupos também não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo. Nesse sentido, constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão. (O'DWYER, 1995, p. 1).

Um dos requisitos para o reconhecimento e titulação das terras remanescentes de quilombos foi a exigência de organização das comunidades em torno de Associações formadas pelos moradores das áreas quilombolas. Esse processo possui um aspecto importante no que diz respeito ao reconhecimento feito pelos próprios moradores dessas áreas, enquanto descendentes dos quilombolas, que lutaram para poder ocupar e reproduzir sua dinâmica social naquele respectivo território. Esse processo revela um contexto de autoconhecimento da identidade construída do povo negro no decorrer da História do Brasil (COSTA, 2016).

Contudo, a garantia de direitos constitucionais esbarrava nos entraves burocráticos e dificultava o reconhecimento das comunidades rurais negras como descendentes de quilombolas. Somente após sete anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, uma série de atos normativos (leis, decretos, portarias, medidas provisórias) foi editada para dar efeitos práticos ao direito subjetivo previsto no artigo 68 do ADCT. Entretanto, todos estes atos mostraram-se infrutíferos e as comunidades remanescentes de quilombos do Brasil, em sua grande maioria, permanecem sem o devido e regular título de propriedade de suas terras (SILVA, 2011).

Como exemplo, podemos citar o Decreto nº 3.912/01 que, ao regulamentar o procedimento para titulação das terras de quilombo, restringiu o alcance do Artigo 68 ADCT. O decreto determinou que somente seriam contempladas pelo artigo 68 as “terras que eram

ocupadas por quilombos no ano de 1888” e as que estavam “ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos em 5 de outubro de 1988”. Tal classificação temporal, que não encontrava qualquer respaldo no texto constitucional, restringia enormemente os potenciais beneficiários do artigo 68 (BRASIL, 2003).

Os principais atingidos pela medida foram os quilombolas de áreas de conflito que na data da promulgação da Constituição não se encontravam na posse de seus territórios, justamente em decorrência das disputas. O resultado do Decreto 3.921 de 2001 foi a completa paralisação das titulações das terras de quilombo pelo Governo Federal. Nenhuma terra de quilombo foi regularizada na vigência desse decreto.

Até dezembro de 2003, o processo de reconhecimento era regulado pelo Decreto nº 3.912, de 10/09/2001. Nele, o Governo Federal exigia comprovação documental da descendência de escravos fugidos e da posse histórica ininterrupta sobre o território. Estabelecia diversas instâncias de chancela, com duração mínima de oito meses. Além disso, a necessidade de laudo antropológico era outro empecilho, uma vez que a Fundação Palmares não dispunha de antropólogos suficientes para realizar esta tarefa. Em janeiro de 2003, algumas reivindicações do movimento negro começaram a se concretizar, a exemplo da criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPPIR. Com a publicação do decreto nº 4.887/03, a autoidentificação passou a ser o critério principal para certificar uma comunidade na condição de quilombola, sem representar ruptura com os princípios da antropologia (ANDRADE, 1998, p.18). Do ponto de vista antropológico, o depoimento oral dessas comunidades, a explicação que dão para a sua origem, é tão válido como os documentos históricos, muitas vezes inexistentes.

Em 2003 o Decreto nº 4.887/03 que regulamenta o artigo constitucional, em termos legais foi criado para desburocratizar, criando condições para a retomada das titulações. Segundo o decreto 4.887/03, “a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade”. Por definição, esses “grupos étnicos-raciais, segundo critérios de autoatribuição, têm trajetória histórica própria, são dotados de relações territoriais específicas, possuem presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (ABREU; MATOS, 2011).

Após a promulgação do decreto 4.887/03 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação do território dos remanescentes de quilombos, inúmeros grupos começaram a se reconhecer como quilombolas no Brasil, criando uma nova identidade e essa portadora de direitos.

Nesse sentido, nos aproximamos da proposta de Stuart Hall (1999, p.49-50) que entende a identidade como um conjunto de representações culturais, construída em contextos específicos. Em outras palavras, identidade seria “um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto ações quanto a concepção que temos de nós mesmos”. As identidades não se constroem na abstração, mas em situações localizadas historicamente e geograficamente. De acordo com Hall (2006), as identidades não são fixas. Elas são formadas e transformadas a partir de determinados contextos e estão sempre em processo de construção.

É na construção dessa nova identidade sociopolítica quilombola que o idoso aparece como responsável pela reelaboração do passado para ressignificar o presente e o futuro dessas comunidades. É através dos mais velhos que a autodeclaração é possível e confirmada, através das narrativas orais destes. Parte-se do pressuposto de que “o depoimento oral dessas comunidades, a explicação que dão para a sua origem, é tão válido como os documentos históricos, muitas vezes inexistentes” (ANDRADE, 1998, p.18).

Nesse sentido, a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204).

### **3.3 Comunidades quilombolas, memória e transmissão da cultura e tradição em seu território**

Para Paulino (2017), Culturas, Identidades e Memórias são dimensões fundamentais na formação e caracterização de um povo. É por intermédio da cultura, da identidade e da memória que se forma a consciência de indivíduo, de grupo social, de coletividade e de nação e, conseqüentemente, o fortalecimento do ser cidadão. O ajuntamento de costumes e crenças, as manifestações artísticas, os hábitos cotidianos, as experiências, os conhecimentos pessoais e coletivos acumulados e transmitidos entre gerações, as relações entre seres humanos e o seu ambiente são o que podemos entender como componentes formativos de cultura.

Comunidades tradicionais como as de remanescentes quilombolas valorizam os saberes dos antepassados, a participação dos mais velhos na comunidade, pois compreendem que são eles que detêm a memória do lugar e têm conseguido ao longo do tempo manter viva sua história. A afirmação da identidade contribui para que a comunidade defina o seu futuro, desenvolva os seus projetos de vida no território e fortaleça a sua cultura. É a identidade que afirma quem somos, onde estamos o que queremos, de forma a envolver as pessoas

individualmente e o grupo enquanto coletivo (SILVA, 2012, p. 21). Pois a “[...] memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas. São os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo” (HALBWACHS, 2006, p. 69).

Para Andrade (1998, p.18), o papel da pessoa idosa nas comunidades quilombolas é de extrema importância para os territórios em que residem esses povos, assim como para o entendimento-entrosamento da sociedade civil brasileira nas relações sociais com este segmento. O papel da pessoa idosa, nesses espaços de construção e relação social, se volta intimamente à questão da memória por meio da transmissão da oralidade. Em relação ao papel social do idoso, Bosi (2012, p. 82) afirma que:

[...] o idoso tem a função social própria de rememorar. Sua imaginação faz longos voos em direção ao passado e, com maturidade, seleciona aspectos que considere importantes no presente. A rememoração é espontânea e natural. No entanto, muitas vezes se volta a espaços estéreis onde a escuta é negativa. Mas, o ancião não sonha quando rememora. Ele desempenha uma função para a qual está maduro. A religiosa função de unir o começo ao fim e de tranquilizar as águas revoltas do presente alargando suas margens [...] O idoso, nas tribos antigas, tem um lugar de honra, como guardião do tesouro espiritual da comunidade, a tradição.

Nesse sentido a memória coletiva é um alicerce para a preservação dessas comunidades, tanto no sentido político como instrumento de validação dos seus direitos, quanto no sentido social de grupo. A memória significa a manutenção da identidade que foi construída por seus antepassados. Essas comunidades têm os mais velhos como elo de preservação da cultura e tradições. É através da transmissão oral que os idosos passam as memórias para as futuras gerações. Em muitas comunidades são reconhecidos como os “guardiões da memória”.

Em algumas sociedades africanas, a oralidade desempenha um papel central na preservação e difusão de saberes, como nos demonstra o historiador malinês Amadou Hampaté Bâ:

A fala é considerada como a materialização ou exteriorização das vibrações, das forças... Lá onde não existe a escrita..., o homem está ligado à palavra que profere. Está comprometido por ela. Ele é a palavra, e a palavra encerra um testamento daquilo que ele é. A própria coesão da sociedade repousa no valor e no respeito pela palavra. (HAMPATÉ, 2008).

A oralidade torna-se assim importante fonte histórica e exige técnicas diferenciadas para reconstituição do passado. A figura do ancestral é primordial como guardião da memória e responsável por ativar o passado às novas gerações: “Desde a infância, éramos treinados a

observar, olhar e escutar com tanta atenção que todo acontecimento se inscrevia em nossa memória como cera virgem” (HAMPATÉ, 2008).

Os mais velhos são vistos como aqueles detentores de uma soma de poderes decorrentes do seu conhecimento acumulado. Numa sociedade sem escrita, os mais velhos têm funções como a de uma “biblioteca pública”. O ancestral é a referência grupal comum, a tradição viva acrescida em cada novo tempo pela contribuição de cada geração (HAMPATÉ, 2008). Esse pensamento vai ao encontro da concepção de Halbwachs (2006, p. 81-82), quando pontua que: a memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo, ou capaz de viver, na consciência do grupo que a mantém.

Por sua vez, em muitas comunidades quilombolas, a mulher idosa é a matriarca. Ela assume o papel de “griô”. Ela é a transmissora de valores, história e cultura dos povos tradicionais através de gerações. Sempre ocupando a função de preservar a história e repassá-las a outras gerações por meio do conhecimento de genealogias de famílias, mitos, histórias, costumes e culturas antigas das regiões e locais onde nasciam e residiam. Os/as Griôs transformaram-se em referência de tradição, identidade e cultura no Brasil (LIMA; COSTA, 2015, p. 229-37).

A tradição griô chegou ao Brasil junto com os africanos. Aqui ela foi adaptada e se tornou tanto instrumento para a conservação das culturas africanas em terras brasileiras, quanto ferramenta de resistência e transmissão dos saberes e fazeres das comunidades negras. Segundo Machado (2013), a palavra *griot* é de origem africana e significa contador de histórias. É a forma como os anciões transmitem suas histórias para os mais jovens e como mantêm o conhecimento de seus antepassados através da oralidade. O Mestre Griô é uma pessoa de mais idade, um ancião que tem a missão de contar histórias e isso deve ser passado de pai para filho, de geração para geração, como um legado. Os griôs são, portanto, considerados guardiões da memória e da história oral de um povo ou comunidade. São líderes que têm a missão ancestral de receber e transmitir os ensinamentos das e nas comunidades (ALMEIDA; MIRANDA, 2015).

Diante do exposto podemos depreender o quanto a memória coletiva é importante para esse grupo social, tanto nos processos de luta quanto na perpetuação da cultura e tradição em território quilombola. Por essa razão, usaremos a Teoria da Memória Coletiva de Maurice Halbwachs.

## **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esta seção detalha o percurso metodológico que embasa a construção desta dissertação. Ela subdivide-se em: caracterização do estudo, cenário do estudo, participantes, instrumentos para coleta dos dados, procedimentos, análise e interpretação dos dados, questões éticas e resultados. A seguir, apresentamos a descrição de cada etapa e os procedimentos utilizados nesta pesquisa.

### **4.1 Caracterização do estudo**

Trata-se de estudo de corte transversal do tipo exploratório, com abordagem qualitativa, e tem como aporte teórico metodológico a Memória Coletiva e a Teoria das Representações Sociais. Esta pesquisa faz parte de um anteprojeto intitulado: Determinantes de saúde, doença e agravos das pessoas idosas negras vivendo em remanescentes dos antigos quilombos. A pesquisa foi realizada no período de julho a agosto de 2022, por pesquisadores integrantes do anteprojeto no período de julho a agosto de 2022.

A pesquisa qualitativa, busca a “intensidade do fenômeno”, ou seja, trabalha muito menos preocupada com os aspectos que se repetem e muito mais atenta com sua dimensão sociocultural que se expressa por meio de crenças, valores, opiniões, representações, formas de relação, simbologias, usos, costumes, comportamentos e práticas (MINAYO, 2007).

O estudo observacional transversal realiza a análise de dados qualitativos coletados ao longo de um determinado período. São coletados dados de uma população amostral ou em um subconjunto predefinido que possuem características comuns. É um tipo de estudo em que o pesquisador não interage com a população amostral de modo direto senão por análise e avaliação conseguidas através da observação. Essas investigações são usadas para determinar o que acontece em tempo real, em um determinado momento (GIL, 2008).

Ainda segundo o mesmo autor (2008), o objetivo de uma pesquisa de caráter exploratório é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido ou explorado e que, ao final, o pesquisador compreenderá mais sobre o tema estudado e estará apto a construir hipóteses. O mesmo autor afirma ainda que, “a pesquisa exploratória desenvolve, esclarece e modifica conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Essa pesquisa proporciona ao pesquisador maior vivência do problema. Os métodos mais usados são: entrevista não padronizadas, estudo de caso, levantamento bibliográfico e documental (TRIVIÑOS, 1987).

Como a proposta aqui apresentada é conhecer as representações sociais de idosas quilombolas sobre a transmissão da tradição e cultura em território quilombola, entendendo esse processo como um fenômeno social que envolve sujeitos e suas relações sociais, usaremos como aporte teórico metodológico as Teorias da Memória Coletiva, de Maurice Halbwachs, e a Teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici. Intentamos compreender como a cultura e a tradição se mantêm vivas no decorrer do tempo entre as comunidades de remanescentes quilombolas.

Halbwachs (2006) postula que o fenômeno de recordação e localização das lembranças não pode ser efetivamente analisado se não forem levados em consideração os contextos sociais que atuam como base para o trabalho de reconstrução da memória. É, portanto, na categoria de “memória coletiva” de Halbwachs que a memória deixa de ter apenas a dimensão individual. Para ele, as memórias de um sujeito nunca são apenas suas. Nenhuma lembrança pode coexistir isolada de um grupo social.

De acordo com Moscovici (2003), as relações sociais que estabelecemos no cotidiano são fruto de representações que são facilmente apreendidas. Portanto, a Representação Social, para Moscovici, possui uma dupla dimensão: Sujeito e Sociedade. Para este autor, a Representação Social situa-se no limiar de uma série de conceitos sociológicos e psicológicos.

## **4.2 Fundamentação Teórica**

O aporte teórico metodológico da presente dissertação baseia-se na Memória Coletiva e a Teoria das Representações Sociais.

### **4.2.1 Teoria da Memória Coletiva**

Maurice Halbwachs nasceu na França em 1877 e foi morto em 1945 em um campo de concentração nazista na Alemanha. Consagrou-se como um importante sociólogo da escola durkheimiana. Antes de se interessar pela sociologia, estudou filosofia na *École Normale Supérieure* em Paris com Henry Bergson, tendo sido influenciado por este. Halbwachs é também responsável pela inauguração do campo de estudos sobre a memória na área das ciências sociais. Até então, as áreas que se ocupavam dos estudos da memória eram a psicologia e a filosofia.

Para Halbwachs (2006), o fenômeno de recordação e localização das lembranças não pode ser efetivamente analisado desconsiderando os contextos sociais que atuam como base

para o trabalho de reconstrução da memória. Para ele, memória não é apenas a dimensão individual. As memórias do indivíduo nunca são apenas suas. Nenhuma lembrança pode coexistir a não ser em um grupo social. Portanto, pensar e recordar dependem da nossa natureza social.

Para Halbwachs, a “memória coletiva” é inerente à nossa existência. Mesmo quando pensamos que estamos tendo uma lembrança individual, ela foi produzida em um contexto grupal, seja na escola, na família, no trabalho ou com os amigos. Na medida em que consideramos que somos produtos de um contexto social, fica mais claro entendermos que a lembrança também é construída a partir das experiências de grupo. A recordação individual é apenas uma perspectiva sobre uma memória que é coletiva.

Mas nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Para este pensador, a lembrança necessita de uma comunidade afetiva, cuja construção se dá mediante o convívio social que os indivíduos estabelecem com outras pessoas ou grupos sociais. A lembrança individual é então baseada nas lembranças dos grupos nos quais esses indivíduos estiveram inseridos. Desse modo, a constituição da memória de um indivíduo resulta da combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais está inserido e, conseqüentemente, é influenciado por eles, como por exemplo, a família, a escola, igreja, grupo de amigos ou no ambiente de trabalho. Nessa ótica, o indivíduo participa de dois tipos de memória: a individual e a coletiva.

Segundo Halbwachs, o indivíduo que lembra está inserido na sociedade na qual sempre possui um ou mais grupos de referência. A memória é sempre construída em grupo. “Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Como se pode ver, o trabalho do sujeito no processo de rememoração não é descartado. Dessa maneira, a lembrança é resultado de um processo coletivo, estando inserida em um contexto social específico. Isso acontece porque o indivíduo está sempre inserido em um grupo social.

Ainda que apenas um indivíduo tenha a percepção de ter vivenciado certos eventos e contemplado objetos, acontecimentos, etc., nos quais apenas ele viu/presenciou, mesmo assim as lembranças acerca desses continuam sendo coletivas, podendo ainda ser evocadas por outros que não necessariamente vivenciaram e/ou presenciaram tais acontecimentos. Para “confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou

seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível” (HALBWACHS, 2006, p.31). Em outra passagem, o sociólogo assinala a contribuição da memória coletiva no processo de rememoração:

Uma ou mais pessoas, juntando suas lembranças, conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas. Conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso. (HALBWACHS, 2006, p. 31).

No entanto, é preciso assinalar que para recordar um evento passado, não é necessário apenas que ele seja evocado por outros para que o sujeito se lembre dele. É preciso que o indivíduo traga consigo algum “resquício” da rememoração para que os conjuntos de testemunhos exteriores se constituam em lembranças. No processo de rememoração, é importante que a memória individual esteja em consonância com a memória de outros membros do grupo social. Para o autor, somente se pode falar em “memória coletiva” se evocarmos um evento que também fez parte da vida do grupo no qual fazemos parte. No processo de rememoração é necessário que os dados sejam comuns entre os membros do grupo.

Segundo o autor, para se recordar, é necessário que o nosso pensamento não deixe de concordar, em certo ponto, com os pensamentos dos outros membros do grupo. Desse modo, esquecer determinado período/fato/evento de nossa vida é perder também o contato com aqueles que compunham nosso grupo social. Halbwachs (2006, p. 39) afirma:

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento do passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa. Isto só será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo.

Dessa forma, corroborando o que afirma Halbwachs (2006), para a memória se manter viva é necessário fazer parte de um grupo afetivo, um grupo de referência.

Para Moscovici (2003), as relações sociais que estabelecemos no cotidiano são fruto de representações que são facilmente apreendidas. Nesta perspectiva, os remanescentes quilombolas vivem em comunidades e têm a convivência em comum no trabalho com a terra, nos usos e costumes, nas tradições, fazendo com que sua origem e ancestralidade permaneçam vivas e atualizadas entre as gerações.

#### 4.2.2 Teoria das representações sociais

A Teoria das Representações Sociais foi proposta por Serge Moscovici (1961), psicólogo social, romeno, naturalizado francês, nascido em 1928. Foi ele quem investigou e divulgou a Psicanálise. Em 1961 publicou a tese *La psychanalyse, son image, son public*. Neste estudo, ele propôs a Teoria das Representações Sociais. Em seu livro “Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social” reúnem-se as principais ideias de Moscovici sobre a Teoria das Representações Sociais e a contribuição desta para a Psicologia Social.

Ao situar a Psicologia Social na encruzilhada entre a Psicologia e as Ciências Sociais, partindo do conceito de representações (coletivas), de Durkheim, e dele se distinguindo, Moscovici renova o modo tradicional de análise da sociedade capitalista. Ele insiste na especificidade dos fenômenos representativos que ocorrem nas sociedades contemporâneas. Tais fenômenos se caracterizam pela intensidade e pela fluidez das relações, pelas comunicações, pelo desenvolvimento da ciência e pela mobilidade social. Isso permite ao autor cunhar a Teoria das Representações Sociais (TRS), como uma concepção teórico-metodológica de pesquisa no campo das Ciências Sociais Aplicadas, que vem se difundindo amplamente nos espaços acadêmicos brasileiros desde o final da década de 1980 (SANTOS, 2013).

Tal teoria parte do princípio de que “toda representação é de alguém tanto quanto de alguma coisa. Em outras palavras, representação é uma forma de conhecimento pelo qual aquele que conhece se substitui no que é conhecido” (MOSCOVICI, 2003, p.11). Representação Social é uma teoria ou ciência coletiva destinada à interpretação e à intervenção no real. Ela vai além do que é imediatamente dado na Filosofia e na Sociologia acerca da classificação de eventos e fatos sociais. Em suma, as representações sociais seriam verdadeiras teorias do senso comum que se elaboram coletivamente nas interações sociais sujeito-sujeito e sujeito-instituição, num determinado tempo, em uma cultura e espaço próprios, na tentativa de tornar o estranho familiar e dar conta do real. Em curtas palavras, o autor procurou entender como as representações intervêm em nossa atividade cognitiva e até que ponto as nossas atividades cognitivas dependem das representações (SANTOS, 2013).

Concordando que temos uma certa quantidade tanto de autonomia quanto de condicionamento em cada ambiente, seja natural ou social, o autor apresenta duas funções para as representações: Em primeiro lugar, elas convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em determinada categoria e, gradualmente, as colocam como um modelo distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Em segundo lugar, representações são prescritivas. Isto é, elas se impõem

sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado (MOSCOVICI, 2003, p.37).

Moscovici (2003) acredita que as representações são impostas sobre nós, transmitidas e são produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são os resultados de sucessivas gerações. Todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas, implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na “memória coletiva” e reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior que quebra as amarras da informação presente (MOSCOVICI, 2003, p. 37-38).

Segundo o autor (2003), a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade. Para ele, os universos consensuais são locais onde todos querem sentir-se em casa, salvos de quaisquer riscos, atritos ou conflitos. Tudo que é dito ou feito apenas confirma as crenças e as interpretações adquiridas, corrobora, mais do que contradiz a tradição. Em seu todo, a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização. Os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas. Como resultado disso, a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo e as imagens sobre a “realidade” (MOSCOVICI, 2003, p. 54-55). O autor afirma ainda que o pensamento social deve mais à convenção e à memória do que à razão; deve mais às estruturas tradicionais do que às estruturas intelectuais ou perceptivas correntes (MOSCOVICI, 2003, p. 57).

Ainda para o autor, não é fácil transformar palavras não-familiares, ideias ou seres, em palavras usuais, próximas e atuais. Para isso é necessário pôr em funcionamento dois mecanismos de um processo de pensamento baseado na memória e em condições passadas. O primeiro mecanismo é a ancoragem. A ancoragem é um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriadas. Ancorar é, pois dar nome a alguma coisa.

O segundo mecanismo é a objetivação, ela une a ideia de não-familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira a essência da realidade. Objetivá-los, isto é, transformar algo abstrato em algo quase concreto. Transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico. As coisas que o olho da mente percebe parecem estar diante de nossos olhos físicos e um ente imaginário começa a assumir a realidade de algo visto, algo tangível. Esses mecanismos transformam o não-familiar em familiar, primeiramente, transferindo-o a nossa própria esfera

particular, onde nós somos capazes de compará-lo e interpretá-lo; e depois, reproduzindo-o entre as coisas que nós podemos ver e tocar, e, conseqüentemente, controlar (MOSCOVICI, 2003, p. 58-59).

#### **4.2.3 Possíveis aproximações entre as teorias**

Moscovici e Halbwachs são autores que, por meio de suas teorias, permitem entender que as representações e memórias estabelecem laços com o passado, conforme as necessidades que são criadas no presente. Essa relação entre as teorias é também evidenciada quando os autores defendem que não existe apenas individualismo em suas teorias e que as duas teorias são criadas conjuntamente.

Conforme Oliveira e Bertoni (2019), o que relaciona a teoria da memória coletiva de Halbwachs e a TRS de Moscovici é um fio condutor de origem durkheimiana entendido por representações coletivas, visto que os autores das teorias apresentadas se baseiam no pensamento de Durkheim. Tanto Halbwachs quanto Moscovici tiveram influências nos comportamentos dos grupos sociais em suas teorias. Ambos os autores usam a linguagem como forma de expressão que une o indivíduo aos grupos. González (2016) descreve que os autores sobreditos reconhecem a interação existente entre o grupo, seus membros e a comunidade, bem como o envolvimento das teorias em demonstrar o compromisso que há entre o binômio indivíduo-sociedade.

Além disso, Alba (2011) entende que existe um elo entre o indivíduo e a sociedade. A autora ainda compreende as representações como material necessário para a manifestação da memória coletiva. Nessa direção, Oliveira e Bertoni (2019) mostram que as vivências partilhadas nos grupos se efetivam no presente mediante as recordações de acontecimentos do passado. Para tanto, acreditam que essa é uma condição pertinente que se configura como uma ligação existente entre as duas teorias, sendo que ambas comungam de realidades baseadas nos pensamentos e crenças construídas em comum.

Desse modo, as representações sociais executam uma função importante para a memória coletiva, sendo que essas [...] dotam o sujeito de insumos para ter uma visão do passado que faça sentido para ele e para os grupos em que participam, posto que, em conformidade com as necessidades exigidas pelo momento presente, pode ser que a memória venha a sofrer transformações (ALBA, 2011, p.554). Desse modo, na reestruturação da memória coletiva, as representações sociais tornam-se essenciais, tendo em vista que se evidencia ainda a importância do sujeito e dos grupos que são ponto em comum das teorias, sinalizando para uma

interação social como fator relevante para a criação delas. Neste sentido, Moscovici (2003) ressalta que pode não ser uma tarefa simples tornar familiar aquilo que não é familiar. Assim, destaca que os processos de ancoragem e objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória (MOSCOVICI (2003, p.78).

Alba (2011) afirma que, em geral, a “memória coletiva” e a TRS estabelecem uma relação, considerando o espaço ocupado pela memória nas representações sociais. Para a autora, esses processos permitem essa aproximação, podendo concatenar o que já é passado com o que acontece no momento presente, firmando as teorias. Assim, fica evidente que ambas as teorias se relacionam e estão embasadas nos aportes sociológicos de Émile Durkheim, sobretudo, ao se considerar que as elaborações teóricas de Halbwachs e de Moscovici estão fundamentadas nas relações sociais.

González (2016, p.146) conjectura que, como Moscovici e Halbwachs embasaram e expandiram a construção de suas teorias na ideia de representações coletivas de Durkheim, é possível admitir que a “memória coletiva” é um modo de representação social construída a partir do presente por indivíduos e grupos. Em corroboração, Meireles (2016) sinaliza que as duas teorias destacam a importância do indivíduo e do grupo na construção da sociedade, da mesma forma que nos auxiliam a compreender como os fenômenos sociais ocorrem (p.105).

Um traço evidente nas teorias é a comunicação existente entre os grupos. São os grupos os responsáveis por manterem as memórias e representações, sendo que ambas orientam suas práticas. O próprio Moscovici (2003) afirma que as representações sociais dependem de uma “memória coletiva” bem elaborada para existir.

### **4.3 Cenário do estudo**

Como já aludido outrora neste trabalho, realizamos este estudo em três comunidades de remanescentes quilombolas localizados no interior da Bahia. Especificamente na região do município de Vitória da Conquista, onde há, segundo dados oficiais do município, 28 (vinte e oito) comunidades autodeclaradas. Este é o município baiano com maior número de comunidades de remanescentes quilombolas (PMVC, 2020). Ressaltamos que foi partir da aceitação dos próprios moradores que escolhemos as comunidades: Quilombo de São Joaquim de Paulo, Quilombo das Barrocas e o Quilombo do Boqueirão. Também levamos em consideração a questão da acessibilidade.

A Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo fica localizada na zona rural, no povoado de Capinal, a 15 km do município de Vitória da Conquista. Dados da

última pesquisa realizada pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional do Estado da Bahia apontaram para uma população de 750 pessoas, agrupadas em 176 famílias, nas quais cerca de 30% são de mulheres, 20% de homens, 20% de jovens e 25% de crianças. Entre os 5% de idosos, 3,73% são mulheres negras idosas, que vivem em uma área com cerca de 1.000 hectares (CAR, 2011).

A comunidade foi reconhecida pela Fundação Cultural de Palmares em 2006, mas até o momento não teve a demarcação e titulação<sup>14</sup> de seu território. Essa comunidade possui uma Agente Comunitária de Saúde para atender todas as famílias. Possui também um Posto de Saúde que funciona só para entrega das medicações dos hipertensos e diabéticos, os outros atendimentos são realizados em Capinal, fora da comunidade. Há uma escola de ensino infantil e fundamental I. Os jovens do fundamental II e do ensino médio precisam sair da comunidade para ter acesso ao ensino.

Segundo os relatos de um dos moradores, Robério Salgado, “a formação da Comunidade teve origem na ocupação de terras por ex-escravos, no século XIX, mesmo em um período pós-abolicionista”. Como afirma Tanajura (1992), os senhores latifundiários não viam a liberdade dos escravos com bons olhos, pois esta representava prejuízos econômicos, gerando, dessa forma, aversões, e, conseqüentemente, com o fim da escravidão, propiciou a formação de quilombos como símbolo da resistência. O fundador do quilombo de São Joaquim de Paulo foi Paulo Salgado, popularmente conhecido por Paulo Preto, que, por sua vez, fugiu do sertão baiano da cidade de Caetité, no início do século XIX e migrou para a cidade Imperial Vila da Conquista, atual Vitória da Conquista. A origem do nome da comunidade que foi dado em homenagem a Paulo Salgado e ao padroeiro da comunidade São Joaquim (ROCHA, 2015).

O quilombo das Barrocas, segundo informações dos moradores durante a pesquisa, os primeiros habitantes foram oriundos do quilombo de São Joaquim de Paulo. Portanto, as comunidades são vizinhas e tem a origem e ancestralidade em comum. Situado a 12 km do município de Vitória da Conquista/BA. A origem do nome surgiu quando a comunidade ainda era conhecida como Fazenda de Pedro Ferraz e nela descobriram que a área era formada por uma argila favorável a construção de telhas. A partir de então, a região foi explorada e escavada para construção de fornos e telhas deixando o terreno com vários buracos, o proprietário assim

---

<sup>14</sup>Em 2003 é promulgado o Decreto 4.887 que atribui a Fundação Cultural Palmares a responsabilidade dos procedimentos de identificação, reconhecimento das comunidades que se auto reconheçam como remanescentes de quilombos, seja rural ou urbano. O Incra, por sua vez é a autarquia competente, na esfera federal, pela delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas (INCRA, 2023).

denominou de Fazenda das Barrocas. Mais tarde, os moradores registraram a região como Povoado das Barrocas, como é conhecido atualmente.

O Quilombo das Barrocas foi reconhecido em 2015, através de mobilizações feitas pelo então presidente da Associação da Comunidade de São Joaquim de Paulo (Robério Salgado) e por moradores antigos do Povoado das Barrocas. Segundo o sistema do Programa de Saúde da Família, fornecido pelas agentes comunitárias de saúde, a Comunidade das Barrocas possui 325 famílias cadastradas, assistidas por duas agentes comunitárias de saúde. O posto de saúde da comunidade não funciona, está em reforma. Todos os atendimentos e entrega de medicações são realizados na unidade do Capinal. O processo de demarcação e titulação de seu território pelo INCRA, até o momento da pesquisa, ainda não havia sido concluído (SOUZA, 2016).

Por sua vez, o quilombo do Boqueirão fica situado na zona rural do distrito de José Gonçalves, a 32 km do município de Vitória da Conquista/BA. Foi reconhecido pela FCP em 2005. Segundo relatos de uma moradora antiga, contido em um artigo escrito em 2010 pela professora Romilda de Assunção Souza, os primeiros moradores do local foram fugitivos do regime escravagista que vieram de uma região bem longínqua. Desbravaram a região, construíram ranchos e denominaram a região como Boqueirão. Por se tratar de um local de difícil acesso, puderam desfrutar da liberdade e se organizarem em comunidade. Ainda no mesmo artigo, os moradores do local são constituídos por descendentes de escravos e por índios (SOUZA, 2010).

Com 128 famílias cadastradas no Programa de Saúde da Família, a comunidade é assistida por apenas um agente comunitário de saúde. Possui um posto de saúde que faz entrega de medicações e tem atendimento médico uma vez por mês. Há uma escola do ensino infantil ao fundamental I. Os jovens se deslocam para José Gonçalves para completarem os estudos. A comunidade não possui saneamento básico. O abastecimento de água é feito através de cisternas, por captação de água das chuvas. A maioria das famílias convive com a escassez de água. Até o momento da pesquisa, o quilombo do Boqueirão não havia concluído o processo de demarcação e titulação de suas terras.

#### **4.4 Participantes do estudo**

Este estudo é composto por mulheres idosas com 60 anos ou mais, moradoras das comunidades de remanescentes de quilombos. A amostra foi do tipo intencional, não probabilística, composta por 21 idosas de uma população de 37 idosas convidadas para participar da pesquisa. Os critérios de composição da amostra foram: (1) ser residente desde o

nascimento na comunidade remanescente quilombola; (2) apresentar cognitivo preservado, avaliado pelo Mini-Exame do Estado Mental (MEEM) (APENDICE 01).

A saber, o MEEM completo é composto por duas seções que avaliam as funções cognitivas. A primeira seção avalia a orientação, a memória e a atenção, totalizando 20 pontos. A segunda parte avalia a capacidade de nomeação, de obediência a um comando verbal e a um escrito e de cópia de um desenho complexo, no caso um polígono, totalizando nove pontos. O escore total é de 30 pontos, e o ponto de corte é 23/24, sendo esta uma pontuação sugestiva de déficit cognitivo (FOLSTEIN; FOLSTEIN; MCHUGH, 1975). O MEEM possibilitaria a exclusão dos idosos que não possuíssem cognição para participar do estudo. Porém, destacamos que após a avaliação do estado mental, todos os 20 idosos foram definidos como aptos para participar do estudo.

#### **4.5 Procedimento e Instrumento de coleta de dados**

No primeiro momento, mantivemos contato com os presidentes das associações das comunidades selecionadas para a pesquisa para solicitar autorização. Contactamos os agentes de saúde de cada comunidade para o conhecermos o quantitativo da população de idosos cadastrados e assistidos no posto de saúde de referência de cada comunidade. Após este levantamento, foram realizadas visitas aos domicílios para exposição do projeto e convite para participação da pesquisa. O processo de coleta de dados ocorreu com os indivíduos que aceitaram, voluntariamente, participar do estudo.

Esta pesquisa foi desenvolvida em duas etapas consecutivas, por meio dos seguintes instrumentos de coleta: na primeira etapa, foi aplicado o questionário sociobiodemográficos (APÊNDICE 01) e o questionário relacionado ao projeto piloto. Na segunda, o roteiro semiestruturado para a entrevista em profundidade (APÊNDICE 01).

O questionário para coleta de dados sociobiodemográficos foi composto com perguntas envolvendo questões demográficas, psicossociais e epidemiológicas. Entre estas, destacam-se perguntas referentes a: idade, sexo, raça/cor, escolaridade, estado conjugal, quantidade de filhos e histórico de saúde.

A entrevista semiestruturada foi aplicada com todos os participantes do estudo e foi baseada em um roteiro que apresentou questões sobre a transmissão da cultura e tradição em território quilombola, com o intuito de conhecer as memórias e as representações sociais de mulheres idosas quilombolas. As entrevistas duraram em média 30 minutos.

As entrevistas foram gravadas utilizando-se um gravador de voz avançado *Easy voice recorder* instalado no celular. Todas com o conhecimento e consentimento dos entrevistados. Posteriormente, foram arquivadas em computador no formato Som *wave*, no *Software Windows Media Player*, ouvidas e transcritas na plataforma *online Reshape*. As entrevistas foram gravadas e transcritas literalmente para submissão da técnica de Análise de Conteúdo Mecanizada Lexical com o auxílio do *software IRAMUTEQ*.

#### **4.6 Análise e interpretação em profundidade**

A análise textual, empregada aqui, trata, especificamente, de material verbal transcrito. Por tratar-se de dados que são compostos essencialmente pela linguagem, os mesmos mostram-se relevantes os estudos por expressarem pensamentos, crenças e opiniões que são conteúdos simbólicos produzidos em relação a determinado fenômeno. A análise desses textos é corroborada pelas Ciências Humanas e Sociais (NASCIMENTO; MENANDRO, 2006).

Lahlou (1994) propõe que se supere a dicotomia clássica entre quantitativo e qualitativo na análise de dados à medida que se quantifique e empregue cálculos estatísticos sobre variáveis essencialmente qualitativas nos textos. Sugere, também, descrever um material produzido por determinado produtor, individual ou coletivamente, utilizando a análise textual com a finalidade comparativa, relacional, comparando produções diferentes em função de variáveis específicas que descrevem quem produziu o texto.

Assim, a partir da década de 1980, a criação de programas computacionais que oferecem auxílio na análise de dados em pesquisas qualitativas aumentou em quantidade e possibilidades aos pesquisadores. Esses programas são denominados CAQDAS (Computer Aided Qualitative Data Analysis Software), e o debate quanto ao seu uso tem crescido, sendo de consenso a sua eficiência no gerenciamento e recuperação de dados qualitativos. Entre as vantagens no processo de análise dos dados por meio de softwares, estão o auxílio na organização e separação de informações, o aumento na eficiência do processo e a facilidade na localização dos segmentos de texto, além da agilidade no processo de codificação, comparado ao realizado à mão. Dentre os vários softwares disponíveis, estão os de uso livre, que advêm de um movimento pelo compartilhamento do conhecimento tecnológico baseado em princípios como liberdade de uso, cópia, modificações e redistribuição. Esses fundamentos são efetivados pela distribuição do código-fonte dos programas, transformando-os em bens públicos. Um desses softwares livres é o IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), criado por Pierre Ratinaud e mantido até 2009 na língua francesa, mas que

atualmente conta com dicionários completos em várias línguas. O IRAMUTEQ é desenvolvido na linguagem Python e utiliza funcionalidades providas pelo software estatístico R (SOUZA et al, 2018). No Brasil, ele começou a ser utilizado em 2013 em pesquisas de representações sociais, entretanto, outras áreas também se apropriaram do seu uso, e contribuem para a divulgação das várias possibilidades de processamento de dados qualitativos, visto que permite diferentes formas de análises estatísticas de textos, produzidas a partir de entrevistas, documentos, entre outras (CAMARGO; JUSTO, 2013; SOUZA et al, 2018). No IRAMUTEQ é possível realizar análises de textos - (corpus textual) e tabela de dados (matriz de dados). Na análise de texto o Iramuteq processa: (1) Estatísticas textuais, (2) Especificidades e Análise Fatorial Confirmatória (AFC); (3) Classificação Hierárquica Descendente (CHD); (4) Análise de Similitude; e (5) Nuvem de Palavras. Na matriz de dados, veremos: (1) Frequências; (2) Análise de Similitude; e (3) Análise prototípica (MELO,s.d; SOUZA et al, 2018). A classificação hierárquica descendente (CHD), foi a opção escolhida para análise do presente estudo.

O Método da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) – Os segmentos de texto são classificados em função dos seus respectivos vocabulários, e o conjunto deles é repartido em função da frequência das formas reduzidas. A partir de matrizes cruzando segmentos de textos e palavras (em repetidos testes do tipo  $\chi^2$ ), aplica-se o método de CHD e obtém-se uma classificação estável e definitiva (Reinert,1990). Esta análise visa obter classes de segmentos de texto que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si, e vocabulário diferente dos segmentos de texto das outras classes (CAMARGO, 2005). A partir dessas análises em matrizes o software organiza a análise dos dados em um dendograma da CHD, que ilustra as relações entre as classes. O programa executa cálculos e fornece resultados que nos permite a descrição de cada uma das classes, principalmente, pelo seu vocabulário característico (léxico) e pelas suas palavras com asterisco (variáveis). Além disto, o programa fornece uma outra forma de apresentação dos resultados, através de uma análise fatorial de correspondência feita a partir da CHD. Com base nas classes escolhidas, o programa calcula e fornece-nos os segmentos de texto mais característicos de cada classe (corpus em cor) permitindo a contextualização do vocabulário típico de cada classe

Três etapas são percorridas para realizar a CHD: a preparação e a codificação do texto inicial, a classificação hierárquica descendente, realizada pelo processamento dos dados, e a interpretação das classes. Preparar o texto inicial na pesquisa qualitativa significa transcrever as entrevistas, que é um conjunto de textos e que constitui o corpus de análise; recomenda-se que este corpus tenha pelo menos 20 textos (CAMARGO; JUSTO, 2013; SOUZA et al, 2018).

#### **4.7 Questões Éticas**

O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Independente do Nordeste (Protocolo nº 5.340.843) em atendimento à Resolução nº 466/12, do CNS, que disciplina a realização de pesquisas com seres humanos. Durante todas as fases de execução do projeto, foi mantido o sigilo e preservadas as informações confidenciais e direito de não identificação dos participantes. Os participantes, envolvidos nesta pesquisa, foram esclarecidos sobre os objetivos deste estudo e somente participaram após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE 02).

## 5 MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES IDOSAS SOBRE A CULTURA E TRADIÇÃO EM TERRITÓRIO QUILOMBOLA

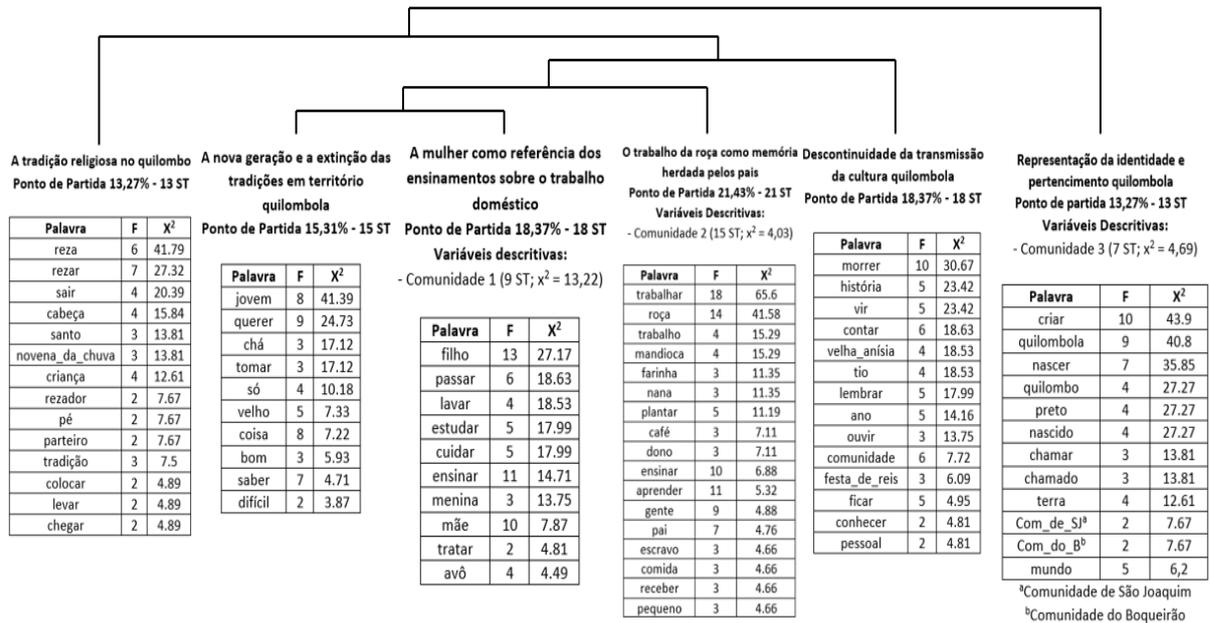
Segundo os dados apresentados no quadro 1, é possível inferir que há um predomínio de mulheres idosas quilombolas, casadas (n=13), que não sabem ler e escrever (n=15), católicas (n=14), com profissão referente a lavradoras (n=19) e aposentadas (n=16).

**FIGURA 5: Quadro com a caracterização sociodemográfica das mulheres idosas quilombolas. Vitória da Conquista/BA, 2023.**

Variáveis	Número
Estado Civil	
Solteira	2
Casada	13
Viúva	4
Divorciada	1
Outra	1
Escolaridade	
Não sabe ler e escrever	15
Sabe ler e escrever	5
Ensino Profissional	1
Religião	
Católica	14
Evangélica	7
Profissão	
Lavradoras	19
Professora	1
Artesão	1
Situação atual de trabalho	
Aposentada	16
Trabalha	1
Afastada do trabalho	1
Cuida da casa	1
Outros	2

A partir do corpus, os segmentos de textos (ST) apresentados em cada classe foram obtidos das palavras estatisticamente significativas, permitindo que a análise qualitativa dos dados fosse realizada. O *corpus* geral foi constituído por 21 textos separados em 129 segmentos de texto (ST), com aproveitamento de 98 STs (75,97%). Emergiram 4.436 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 845 palavras distintas e 440 com uma única ocorrência. O conteúdo analisado foi categorizado em seis classes (Figura 6).

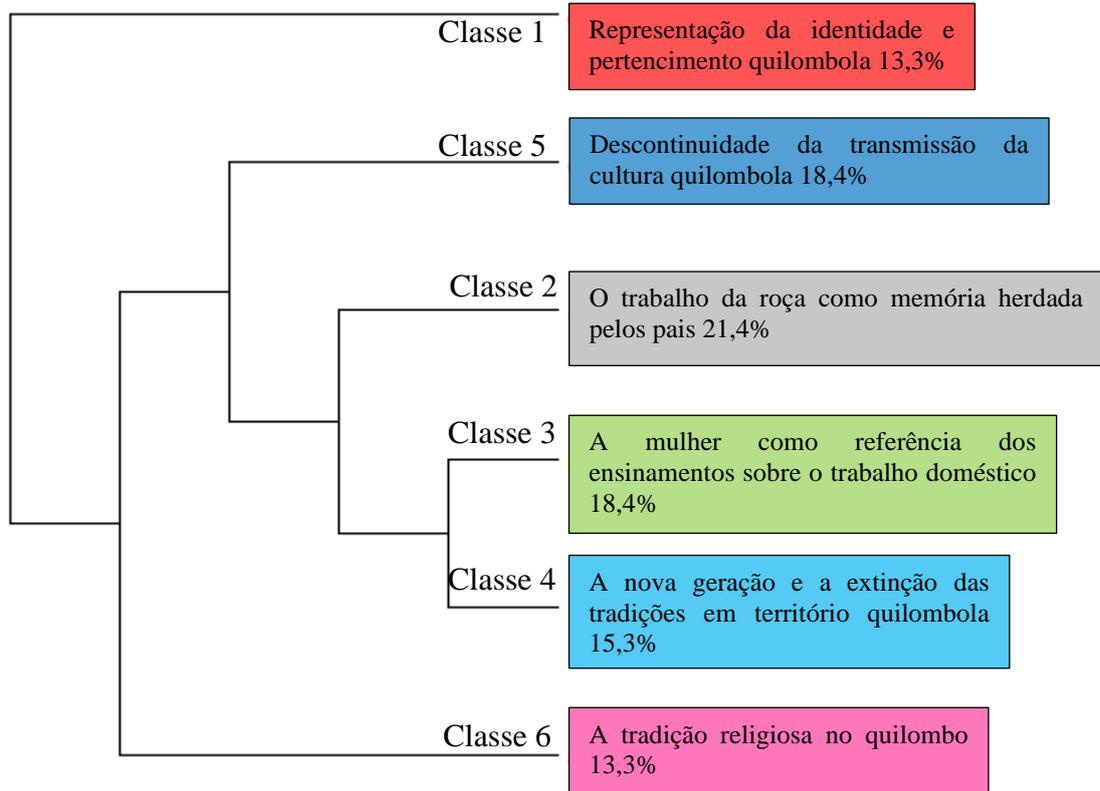
**Figura 6: Diagrama de classes com a representação sobre a vida e as tradições quilombolas.**



Após o processamento e o agrupamento quanto às ocorrências das palavras, a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) cria o dendograma das classes. Esta figura, além de apresentar as classes, demonstra a ligação entre elas, pois estão associadas entre si. Cada classe possui uma cor diferenciada, e os ST de cada uma possui a mesma cor da classe, conforme a Figura 7.

A discussão das classes seguirá a ordem do dendograma da CHD.

**Figura 7: Dendograma com a Classificação Hierárquica Descendente (CHD).**



Classe 1. Representação da identidade e pertencimento quilombola.

Compreende 13,27% (f = 13 ST) do *corpus* total analisado, e é composta por palavras como “Criar” ( $\chi^2 = 43,9$ ); “Quilombola” ( $\chi^2 = 40,8$ ); “Nascer” ( $\chi^2 = 35,85$ ); “Preto” ( $\chi^2 = 27,27$ ); “Nascido” ( $\chi^2 = 27,27$ ); “Chamar” ( $\chi^2 = 13,81$ ), “Chamado” ( $\chi^2 = 13,81$ ); “Terra” ( $\chi^2 = 1,61$ ); “Comunidade de São Joaquim” ( $\chi^2 = 7,67$ ); “Comunidade do Boqueirão” ( $\chi^2 = 7,67$ ); e “Mundo” ( $\chi^2 = 6,2$ ).

Verifica-se que a maioria das mulheres idosas definem o significado do ser quilombola atrelado a cor da pele negra e ao fato de ter nascido e ter sido criado na comunidade quilombola. Muitas relatam o orgulho de serem negras e pertencentes à comunidade quilombola.

Ser quilombola somos nós que fomos nascidos e criados aqui que é todo mundo preto nós somos chamados quilombola porque mora todo mundo aqui na comunidade todo mundo junto tudo da mesma cor de pele. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

Eu moro na xxx e sou quilombola com muito orgulho, nós somos negros que nascemos e fomos criados nessa terra, nossa mãe nos criou nessa terra, os mais velhos morreram mas nós estamos plantados nessa mesma terra que existia com eles e hoje é nossa moradia. (Moradora do Quilombo de São Joaquim de Paulo).

Ser quilombola é uma coisa boa, eu tenho muito orgulho de ser quilombola. Aqui é chamado de quilombo porque é o lugar onde todo mundo é da mesma cor preto. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

Quilombolas são negros e foram criados no tipo de escravidão. Meu bisavô foi criado na base da escravidão. Sempre me falavam que meu bisavô carregava madeira nas costas para construir o centro de Vitória da Conquista na época. (Moradora do Quilombo do Boqueirão).

Os discursos das entrevistadas ganham sentidos nas histórias pessoais e coletivas, bem como na memória, relacionando passado e presente, além das representações produzidas e por meio das quais as pessoas se identificam e formam identidades. Essas identidades são construídas dentro de determinados contextos e o que cada grupo reivindica para si, percebendo como essas identidades ganham sentidos através da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas (HALL, 2006).

Dessa maneira, entende-se que a identidade e pertencimento são objeto de representação para as mulheres idosas quilombolas, tendo a cor da pele e o pertencimento ao território como elementos de alta relevância nas falas das entrevistadas.

Doise (1985) (HALL, 2006) define as representações sociais como “princípios geradores de tomadas de posição ligadas a inserções específicas dentro de um conjunto de relações sociais, e que organizam os processos simbólicos que intervêm nessas relações”. Abric (1998) aponta que as representações sociais têm por funções explicar aspectos relevantes da realidade, definir identidade grupal, orientar práticas sociais e justificar ações e tomadas de posição depois que elas são realizadas.

Em consonância com o que pensa Campelo (2006), podemos inferir que a identidade e o sentimento de pertencimento ao território das entrevistadas foram criados de acordo com o entendimento de que a identidade é entendida como uma imagem (representação de si) construída ao longo de experiências de troca com a família, a escola, o grupo de trabalho ou a coletividade a que um indivíduo pertence.

Suspeitamos que identidade e pertencimento, também, parecem se referir a um processo de autoclassificação que envolve manipulação de categorias que incluem e excluem os indivíduos (identidade ideológica). Nesse sistema, é possível perceber as fronteiras nítidas estabelecidas, por exemplo, entre credos religiosos, aparência física (cor da pele, vestimenta, tatuagem, postura corporal etc.), atitude ideológica (partido, religião e comunidade) que por sua vez ajudam a promover ou não a inserção (individual/coletiva) nas diferentes camadas de uma sociedade.

Em relação ao território, as representações perpassam o sentimento de pertencimento ao território, tendo em vista que o sentimento a determinada terra é uma maneira de expressar a identidade através da experiência do sujeito, construído e compartilhado em uma sociedade ou um determinado grupo.

Esse sentimento de pertencimento a um território relaciona-se com o sentimento de pertencimento a um grupo. Dialogando com o conceito de pertencimento do antropólogo D'Adesky (2001), é preciso perceber como o espaço se reflete no indivíduo, pois “é realmente necessário que a ideia de espaço penetre e se organize no indivíduo, que apareça em seu pensamento, que se exprima em seu comportamento cotidiano e influencie sua identidade”. Dessa maneira, a identidade do indivíduo está ligada de forma intrínseca ao espaço em que ele se imagina. “Morar é o traço fundamental de ser” (PELGRINO, 1983). “A autoafirmação aparece realmente através da existência de um espaço de pertencimento e de referência, mas também a partir do grupo social que produz e espacialidade” (D'ADESKY, 2001).

Assim, a constituição da identidade quilombola se dá por meio da relação memória e espaço. “O espaço, no sentido de localização de lugar, é importante para o grupo social, não apenas por estar associado às atividades de reprodução social, mas por ser referências importantes para a construção da identidade cultural” (ALENCAR, 2007).

Essa visão de Alencar (2007) vai ao encontro do que Halbwachs diz em relação à memória/grupo/espaço. O espaço socialmente construído por determinado grupo, no sentido que o grupo e o espaço por ele construído tornam-se indissociáveis: “Quando inserido numa parte do espaço, um grupo o molda à sua imagem, mas ao mesmo tempo se dobra e se adapta a coisas materiais que a ela resistem. O grupo se fecha ao contexto que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém com esta passa ao primeiro plano da ideia que tem de si” (HALBWACHS, 2006, p.159).

Portanto, vamos além de pensar esse território sendo utilizado apenas de maneira material, mas buscando entender esse espaço a partir de indivíduos que o protagoniza e o produz de acordo com sua cultura. Dessa forma, se incluem os vínculos afetivos em relação ao território, à história da sua ocupação guardada na memória coletiva e seu uso social.

Porém, nas falas destas mulheres idosas, fica evidente que muitas delas não sabem definir o porquê de a comunidade ser chamada de Quilombo e desconhecem a história sobre a origem e formação da comunidade.

Eu nasci e fui criada aqui na comunidade xx a vida todinha aqui na xx sei que aqui é terra de quilombo mas não sei por que chamam de quilombo. (Moradora Quilombo do Boqueirão).

Eu nasci e fui criada aqui na xx, eu sei que aqui é chamado de quilombo mas eu não sei por que chamam quilombo, ninguém nunca me falou nada, eu não sei porque chamam aqui de quilombo. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

Eu nasci e fui criada aqui na comunidade xx. Eu sei que chamam de quilombo mas eu não sei por que que chama assim, até agora eu não sei porquê” (Moradora do Quilombo do Boqueirão).

A identidade quilombola, para muitas comunidades negras rurais, apareceu com o advento da ADCT da Constituição de 1988, na qual essa categoria foi reconhecida como comunidades de remanescentes quilombolas e portadoras de direitos. A partir desse marco temporal, as comunidades negras rurais começaram a se identificar como quilombo e começaram se organizar em associações para obterem o reconhecimento de Remanescentes de Comunidades Quilombolas (LEITE, 2000)

Além disso, muitas comunidades não foram criadas por escravos fugitivos. Vale ressaltar que, após a abolição da escravatura, várias comunidades negras se formaram com diversas configurações. De acordo com Mesquita (2000), essas comunidades se constituíram através de diferentes formas de ocupação da terra por grupos de escravos ou ex-escravos, “não necessariamente as do ‘modelo’ de quilombo materializado pela experiência de Palmares, escravos que, através da fuga, criaram comunidades isoladas geograficamente” (p. 59). A formação dessas comunidades advém de doações, alforrias, heranças, compra de terras por escravos alforriados, entre outras situações.

Dessa forma, é compreensível que as mulheres idosas das comunidades estudadas não saibam relacionar a história da comunidade com o termo quilombo. Para a maioria das entrevistadas, esse termo é novo e remete ao fato de ter ou não direitos de receber benefícios.

Em algumas falas, as mulheres idosas relatam que a vida na comunidade quilombola melhorou ao longo dos tempos, quando comparada à vida de seus antepassados.

Hoje nós estamos aqui e graças a Deus. Todo mundo tem sua moradia, todo mundo tem sua terra cadastrada. Quando nasce uma criança você tem liberdade de chegar num advogado, levar aqueles papeis de que é nascido e criado aqui na comunidade quilombola e receber seus 4 mil de benefício. (Moradora do Quilombo do Boqueirão).

Então a terra nossa hoje está abençoada. Nós hoje não estamos mais naquela vida cansada que nós nascemos e fomos criados. Nós já passamos muitas dificuldades aqui. Até passar fome” (Moradora do Quilombo das Barrocas).

Ao compararem sua situação presente com aquela vivenciada no passado, indicam estarem satisfeitas com as condições de vida que possuem hoje, proporcionadas, em grande parte pelos benefícios inclusos nas Políticas Sociais do Programa Brasil Quilombola, voltados às comunidades quilombolas. Dentre esses direitos conquistados, estão o Bolsa Família, auxílio maternidade rural e a aposentadoria rural.

Em relação à aposentadoria, diversos estudos, como o de Delgado (2015) e Valadares e Galiza (2016), têm demonstrado que este valor impacta diretamente na redução da pobreza no meio rural brasileiro, à medida que facilita a reprodução econômica de uma parcela da população que, em muitos casos, não teria condições de sobreviver dignamente sem a proteção proporcionada pela política social.

Segundo Costa (1984), a comparação da atual situação com a de um período anterior, no qual as condições de vida eram mais precárias, é uma das características subjetivas da pobreza. Mesmo aposentadas, quase todas as mulheres entrevistadas continuam a trabalhar em atividades agropecuárias, contribuindo para complementar a renda familiar.

#### Classe 5. Apagamento da transmissão da tradição em território quilombola

Representa 18,37% (f = 18 ST) do *corpus* total analisado, e é composta por palavras como “Morrer” ( $\chi^2 = 30,67$ ); “História” ( $\chi^2 = 23,42$ ); “Vir” ( $\chi^2 = 23,42$ ); “Contar” ( $\chi^2 = 18,63$ ); “Velha Anísia” ( $\chi^2 = 18,53$ ); “Tio” ( $\chi^2 = 18,53$ ), “Lembrar” ( $\chi^2 = 17,99$ ); “Ano” ( $\chi^2 = 14,16$ ); “Ouvir” ( $\chi^2 = 13,75$ ); “Comunidade” ( $\chi^2 = 7,72$ ); “Festa de Reis” ( $\chi^2 = 6,09$ ); “Ficar” ( $\chi^2 = 4,95$ ); “Conhecer” ( $\chi^2 = 4,81$ ); e “Pessoal” ( $\chi^2 = 4,81$ ).

Segundo as falas das mulheres idosas entrevistadas, a transmissão da tradição quilombola era feita de forma oral pelos membros mais velhos da comunidade para as gerações mais novas. Mas esse costume tem se perdido ao longo dos tempos e muitas delas não se lembram mais sobre as histórias a respeito de seus costumes.

O bisavô de meu marido foi escravo, mas nós não lembramos mais. Mas a velha Anísia tinha tudo na cabeça dela, mas ela morreu os nossos netos não sentam para ouvir a gente contar as histórias. Ninguém tem paciência”. (Moradora do Quilombo do Boqueirão).

Eu não sei contar nada das histórias aqui da comunidade, minha irmã mais velha ela sabia tudo sempre contava as histórias para as pessoal que vinha aqui perguntar, eu nunca gravei na cabeça nunca aprendi. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

Não lembro de nenhuma tradição, agora o que a gente aprendeu mesmo foi lidar com a terra. Aqui, antigamente, tinha a festa de reis que as pessoas faziam todo ano minha tia fazia a festa da bandeira, fazia novena dava comida de promessa. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

Só se eu esqueci, mas que eu lembro não tem não, eu não conheci meus avós, tinha uma avó minha que só vinha aqui de passeio, eu aprendi com minha mãe as coisas de casa. (Moradora do Quilombo do Boqueirão).

Quando as idosas foram questionadas a respeito da história do lugar, da ancestralidade negra africana, que os caracterizam como quilombola, dos aprendizados, das tradições ainda hoje praticadas, o que aparece na maioria das falas das idosas é o desconhecimento em relação às origens e ancestralidade. Em relação aos aprendizados, aparecem como memórias vivas: o aprendizado do trabalho na roça, o trabalho doméstico e os tratamentos não medicamentosos à base de folhas, como chás, que ainda hoje são muito utilizados pelas idosas e, também, o benzimento. Em relação à tradição, o que mais aparece é a respeito da tradição religiosa que iremos abordar com mais detalhes na classe seis.

Tomando como base a reflexão de Pollak (1989) sobre o silêncio relativo à “experiência concentracionária”, caberia perguntar se o desconhecimento seria um silenciamento proposital ou não, em que as pessoas se negam a falar das experiências dos seus antepassados relacionados ao tempo da escravidão, bem como dos seus sofrimentos. Desta forma, como argumenta o autor supracitado, o silêncio pode ser facilmente, mas falsamente, associado ao esquecimento, pois os indivíduos, assim como as coletividades, podem ter organizado suas vidas e memórias de forma a não precisar falar de suas experiências, sejam elas concentracionárias ou escravas. O silêncio, neste contexto, atua como um tipo de memória subterrânea que, diante de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória de dominação e de sofrimentos, não podia se expressar publicamente.

Outra reflexão, baseada nos apontamentos de Halbwachs, surgiria como hipótese onde o autor vai dizer que um acontecimento, dependendo da sua dimensão, teria a capacidade de modificar a memória coletiva do grupo, criando outro grupo, com outras memórias coletivas. “Se o acontecimento pelo contrário, se a iniciativa de um ou de alguns de seus membros, ou enfim, se circunstâncias exteriores introduzissem na vida do grupo um novo elemento, incompatível com seu passado, um outro grupo nasceria, com uma memória própria, onde subsistiria apenas uma lembrança incompleta e confusa daquilo que precedeu esta crise” (HALBWACHS, 2006, p. 87-88). As reflexões baseadas em Pollak e em Halbwachs nos inquietam, mas no presente estudo não daríamos conta de respondê-las.

Segundo as mulheres idosas, uma das maiores tradições da comunidade Quilombola era a Festa de Reis, mas com a morte das pessoas idosas responsáveis pela organização da festa, a tradição foi extinta.

A festa de reis que hoje vem aqui não é daqui é da Limeira, quem fazia a festa aqui morreu e não ficou ninguém. Quando eu era moça eu sambava na festa de reis, eu gostava muito. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

Meu pai que era dono da festa de reis aqui da comunidade mas já tem mais de trinta anos que ele morreu. Eu queria ter aprendido, mas eu era muito nova eu acho bonito e eu gosto. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

Hoje não faz mais nada, meu tio morreu e não ficou ninguém no lugar. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

Lá de baixo e subia aqui pra casa da minha tia mas aí ele morreu e não teve mais pessoal das regiões aqui perto, ainda faz, mas aqui não tem mais não. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

Revocando Hampâté Bâ (2003, p. 175), “na África, cada ancião que morre é uma biblioteca que se queima”, ou seja, ao ancião cabe o papel de transmitir de geração em geração os seus saberes como um meio de preservação cultural de um povo e, dessa forma, quando morre um ancião leva consigo todo o arcabouço de conhecimentos que adquiriu dos seus antepassados.

Essa citação é bastante pertinente quando analisamos as falas acima citadas pelas entrevistadas. Se um idoso pertencente a uma comunidade tradicional morre e todo seu saber morre com ele, sem transmitir para a geração futura, poderíamos inferir que a coesão do grupo está comprometida, pois a “memória coletiva” é o alicerce que fundamenta tal coesão (HALBWACHS, 2006).

Ainda baseado nas concepções de Halbwachs (2006), um grupo só pode manter a “memória coletiva” viva e atualizada se os pensamentos dos membros do grupo não deixarem de concordar. “É necessário que o nosso pensamento não deixe de concordar, em certo ponto, com os pensamentos dos outros membros do grupo”. Assim, concluímos que, esquecer determinado período/fato/evento de nossa vida, é perder também o contato com aqueles que compunham nosso grupo social.

Diante das falas das entrevistadas, fica evidente que as comunidades tiveram pessoas idosas que eram a referência da tradição e da cultura do lugar, mas com o passar do tempo essas pessoas idosas morreram e com elas as tradições, a exemplo das festas religiosas e os benzimentos, também parecem morrer. Na comunidade do Boqueirão, uma idosa aparece como

elo entre o passado e presente, a “Vó Anísia”. Ela aparece em muitas falas das mulheres idosas como a detentora do conhecimento do lugar. Essa idosa, conforme relatos no momento da nossa pesquisa, já tinha ido a óbito. Ela foi a responsável pela elaboração da “memória coletiva” do lugar. Memória esta que concedeu ao lugar o reconhecimento da comunidade como remanescentes quilombolas e permitiu a criação de uma nova identidade portadora de direitos.

A “Vó Anísia” foi entrevistada pelos antropólogos, na fase de reconhecimento, juntamente com mais dois idosos que também já morreram. Tudo que se sabe da comunidade partiu dos conhecimentos dela. Ela seria a “guardiã da memória” do local, a matriarca, assumindo o papel de griô. Este papel, assumido pela ‘Vó Anísia’, corrobora com que o aparece nas literaturas sobre a importância das mulheres idosas dentro dessas comunidades.

Nas comunidades de São Joaquim e Barrocas, a referência aparece na pessoa de um homem, identificado pelos moradores como Robério que, através de uma busca documental e relatos de antigos moradores, conseguiu a certificação das comunidades. Vale ressaltar que a comunidade de São Joaquim foi certificada primeiro. Logo depois, começaram as buscas para a certificação da comunidade das Barrocas, já que os primeiros moradores das Barrocas vieram da comunidade de São Joaquim à procura de trabalho na fazenda que se tornou a Comunidade Quilombola das Barrocas.

Outra tradição que emergiu das falas das mulheres idosas foi a “Reza”. Costume que era realizado pelas pessoas idosas: “Meu pai era rezador. Tinha o costume de rezar os netos quando vinha aqui e a família de meu esposo também tinha muitos rezadores. Tudo que nós precisávamos nós pedíamos para rezar. Quase não íamos para o médico e funcionava” (Moradora do Quilombo das Barrocas).

Iremos abordar sobre as rezas e as benzeduras como opção terapêutica na classe três, que aborda o papel das mulheres nas comunidades quilombolas.

#### Classe 2. O trabalho da roça como memória herdada pelos pais.

Compreende 21,43% (f = 21 ST) do *corpus* total analisado, e é composta por palavras como “Trabalhar” ( $\chi^2 = 65,6$ ); “Roça” ( $\chi^2 = 41,58$ ); “Trabalho” ( $\chi^2 = 15,29$ ); “Mandioca” ( $\chi^2 = 15,29$ ); “Farinha” ( $\chi^2 = 11,35$ ); “Nana” ( $\chi^2 = 11,35$ ), “Plantar” ( $\chi^2 = 11,19$ ); “Café” ( $\chi^2 = 7,11$ ); “Dono” ( $\chi^2 = 7,11$ ); “Ensinar” ( $\chi^2 = 6,88$ ); “Aprender” ( $\chi^2 = 5,32$ ); “Gente” ( $\chi^2 = 4,88$ ); “Pai” ( $\chi^2 = 4,76$ ); “Escravo” ( $\chi^2 = 4,66$ ), “Comida” ( $\chi^2 = 4,66$ ); “Receber” ( $\chi^2 = 4,66$ ); e “Pequeno” ( $\chi^2 = 4,66$ ).

O trabalho na roça é intrínseco à “memória coletiva” das mulheres idosas quilombolas e é relatado por estas como um aprendizado herdado de seus pais desde o início de suas vidas, conforme fica evidenciado nas falas abaixo:

O que a gente sabe que aqui muitas pessoas trabalhavam com escravos na fazenda de dona Naninha, trabalhavam pela comida, comia no tacho a comida azeda. O que eu aprendi com meus pais foi trabalhar na roça. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

O que eu aprendi foi trabalhar na roça, eu sou mãe de oito filhos. O que eu consegui ensinar para os meus filhos foi trabalhar na roça, plantar um pé de batata, um pé de mandioca. (Moradora do Quilombo do Boqueirão).

Minha mãe me ensinou trabalhar na roça, plantar feijão. Minha mãe era parteira e eu aprendi com ela, quando ela ia fazer os partos eu ficava perto olhando e aprendendo tudo como ela fazia. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

E assim ela foi criando os filhos, falava pouco, não explicava as coisas para nós. O que minha mãe me ensinou foi cuidar da casa, trabalhar na roça, catar café, pilar o café no pilão, fazer colorau no pilão, fazer farinha de goma. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

O que a nós aprendemos desde cedo é trabalhar na roça e é isso que a gente ensina para os filhos da gente ser trabalhador desde cedo. (Moradora do Quilombo de São Joaquim de Paulo).

Segundo Carril (1995), “o modo de vida camponês foi adotado pelos ex-escravos desde a formação dos Quilombos”. Vários estudos apontam que o lidar com a terra é a atividade mais comum nas comunidades quilombolas. Sendo que a agricultura é desenvolvida de maneira tradicional e familiar, na qual são praticados manuseios sustentáveis, por meio do trabalho coletivo e solidário, com a produção econômica voltada principalmente para a subsistência familiar (LIMA; TUBALDINI, 2009).

Para Fidelis (2006), a importância da grandeza da Agricultura Quilombola reside no sentido que produzir alimentos, é bem mais que satisfazer às necessidades de um mercado específico simplesmente. Produzir alimentos para estes Agricultores é perpetuar a vida e transmitir cultura. A Agricultura Quilombola é a fiel depositária de uma cultura que, por sua prática, se perpetua na transmissão destes saberes aos mais jovens. Mais ao perpetuar-se não se “engessa”, se reinventa sob a base sólida da cultura negra e indígena da qual foi formada. Esta é a Agricultura Tradicional Quilombola, que ao cultivar seus alimentos, transmite saberes acumulados em séculos de história de um povo (FIDELIS, 2006).

Segundo as falas das mulheres idosas moradoras da comunidade de São Joaquim e das Barrocas, o trabalho na roça, que aprenderam com sua família, era um trabalho exaustivo e não remunerado. Todos eles trabalhavam em regime de escravidão. Trocavam o trabalho por comida e moradia. Sendo a comida caracterizada como de péssima qualidade e servida em gamelas.

Eu não sei dizer se algum parente meu foi escravo o que eu sei é que meu pai minha mãe e eu quando era pequena trabalhava na casa de telha de dona Naninha, era explorado igual escravo e não recebia salário. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

A fazenda de dona Naninha trabalhava que nem escravo, trabalhava só pela comida. Todo mundo lá era a mesma coisa, trabalhava só pela comida não recebia salário. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

Trabalhava no sol, na chuva, não recebia salário, a gente trocava o trabalho por comida. Tinha um gerente que ficava vigiando a gente trabalhar, não podia parar para descansar e sem contar a comida que as vezes estava estragada. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

Comia na gamela cinco seis pessoas, com as mãos, era sofrimento minha filha. A gente nem acabava de comer e o povo já estava chamando para voltar ao trabalho tinha um monte de mulher criança. (Moradora do Quilombo de São Joaquim de Paulo).

Relatos presentes nas falas das idosas dessas comunidades deixam claro que, no passado, o cultivo de plantações não era o suficiente para a manutenção das famílias, obrigando-as a prestarem serviços análogos à escravidão em uma fazenda da região, conhecida como fazenda de “Dona Naninha”. Muitas idosas entrevistadas dessa comunidade chegaram a trabalhar nesse lugar. Outras se lembram das falas de seus pais de como as condições de trabalho eram precárias. A alimentação comparada à lavagem de porcos, era servida em gamelas e várias pessoas comiam juntas. O trabalho era realizado em troca de alimentos.

Já em outra fala de uma idosa das Barrocas, subentende-se que o trabalho na roça era feito sob um sistema de mutirão.

O povo trabalhava tudo reunido, né? E aí eles falavam que era mutirão, que o povo era tudo unido, né? Fazia tudo pra todo mundo, né? Aí um ajudava o outro. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

Estudos demonstram que a existência da cooperação legitima o grupo como uma organização, mas também está alinhada a diversos outros autores que destacam o comunitarismo como sendo uma característica comum a quilombos, manifesto na propriedade

coletivizada e cooperativismo, como o mutirão (SCHMIDT; ARAUJO, 2012; MOURA, 1987; MOTTA, 1980).

Ainda nas falas das entrevistadas, podemos apreender a revelação de que já passaram fome e muitas dificuldades. Falta de acesso à moradia digna e alimentação é unânime nas falas das mulheres. Em especial, na comunidade do Boqueirão, esses relatos de dificuldades financeira ainda são uma realidade. A região é de difícil acesso e possui um clima seco. A região sofre com a estiagem e ainda hoje tem muita dificuldade de acesso à água. As famílias sobrevivem com as águas captadas pelas chuvas em cisternas. As chuvas são escassas e não há água suficiente para as necessidades diárias. Muitas famílias precisam recorrer ao abastecimento através de carros pipas. A distribuição não é igualitária entre os moradores, obrigando-os comprar a água.

As crianças que nasciam nas comunidades quilombolas eram, desde cedo, iniciadas no trabalho na roça. Elas não tinham acesso à escola e por isso muitas das mulheres idosas não sabem ler e escrever, segundo relatos abaixo:

É porque nós somos o pessoal que mora na roça, trabalhador da roça, eu não tive oportunidade de aprender muita coisa com meus pais. Naquele tempo não tinha negócio de escola, o pai da gente levava a gente pra roça com aquele trabalho duro. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

Eu tinha 10 anos minha escola foi a roça não aprendi a ler e nem escrever porque eu não ia para escola tinha que trabalhar aqui na comunidade de São Joaquim ninguém faz mais nada não tem mais nenhuma tradição. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

As mulheres entrevistadas, em sua maioria, dispõem de pouca escolaridade ou não foram alfabetizadas. Isso se deve ao fato de que na infância não havia escola perto do local onde residiam. Faltavam condições materiais, como material escolar, roupas e transporte para poderem frequentar a escola. Havia a necessidade de trabalhar na produção de alimentos e na realização de tarefas domésticas. Condições análogas foram verificadas por Tecchio (2012) no Oeste de Santa Catarina no tocante às mulheres integrantes de povos tradicionais.

Esse cenário confirma o que está presente no Censo Demográfico de 2010 (BRASIL, 2010). Este documento indicou que a população brasileira não alfabetizada é marcadamente adulta, idosa, feminina, afrodescendente, indígena, residentes em espaços rurais e no Nordeste.

### Classe 3. A mulher como referência dos ensinamentos sobre o trabalho doméstico

Absorve 18,37% (f = 18 ST) do *corpus* total analisado, e é composta por palavras como “Filho” ( $\chi^2 = 27,17$ ); “Passar” ( $\chi^2 = 18,63$ ); “Lavar” ( $\chi^2 = 18,53$ ); “Estudar” ( $\chi^2 = 17,99$ ); “Cuidar” ( $\chi^2 = 17,99$ ); “Ensinar” ( $\chi^2 = 14,71$ ), “Menina” ( $\chi^2 = 13,75$ ); “Mãe” ( $\chi^2 = 7,87$ ); “Tratar” ( $\chi^2 = 4,81$ ); “e “Avô” ( $\chi^2 = 4,49$ ).

Nesta classe, a mulher surge nas falas como a referência sobre os ensinamentos domésticos.

Eu aprendi com minha avó muita coisa boa, aprendi a ser uma pessoa honesta, direita. Ela me ensinou a cuidar da casa, lavar, passar, naquele tempo a menina era preparada para casar. (Moradora do Quilombo do Boqueirão).

E o que eu sei eu aprendi com ela. Ela me ensinou a lavar, cozinhar, passar, cuidar da casa, até costurar ela me ensinou. No meu tempo de menina as pessoas faziam a novena da chuva. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

Hoje em dia está mais fácil ensinar as coisas para os mais novos, antigamente nós não tínhamos educação, ninguém estudava, era tudo mais difícil, minha mãe me ensinou muitas coisas como cuidar da casa. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

E eu ensinei para meus filhos também, eles sabem tudo de roça e sabem também cuidar da casa. (Moradora do Quilombo de São Joaquim de Paulo).

As memórias das entrevistadas, ligadas à dimensão do trabalho, evidenciam que havia uma divisão trabalhista baseada no gênero ainda durante o período em que desenvolviam agricultura de subsistência. As mães, ou parentes próximos da menina, eram as responsáveis pelos ensinamentos domésticos. Os homens da comunidade eram os responsáveis pelo trabalho da roça. Essas memórias estão de acordo com a realidade presente em estudos como de Ferreira et al. (2016) que aponta que os homens exercem o trabalho na plantação, nas fazendas e em atividades que requerem grande força física. As mulheres, por sua vez, ficam responsáveis pelas tarefas da casa, a pequena produção nos quintais e o artesanato.

Uma característica inerente ao modo de vida camponês são as relações hierárquicas estabelecidas entre os membros da família. Essa hierarquia se expressa na organização e realização do trabalho, nos arranjos familiares, nos diferentes papéis, deveres e direitos atribuídos diferencialmente aos seus membros de acordo com o gênero e a idade. Podemos destacar diversas pesquisas, realizadas em distintas regiões brasileiras, que discutiram a organização e divisão do trabalho e a separação dos espaços de atuação de homens e mulheres

na agricultura camponesa, alicerçada na autoridade masculina e na invisibilidade e subordinação do trabalho exercido pela mulher. Entre elas, destacamos as obras de Garcia Junior (1974), Heredia (1984), Paulilo (1987; 2004), Brumer (2004), Miranda (2013) e Ferreira (2016).

Na sociedade em que vivemos, sob uma organização ocidental, descendente de uma cultura patriarcal, machista, conservadora e centralizadora, o papel da mulher ainda é marcado pela submissão e, prioritariamente, pela responsabilidade em relação aos afazeres domésticos e desenvolvimento dos filhos. Essa realidade não é diferente no ambiente rural. Ainda hoje, as mulheres quilombolas vivem numa sociedade marcada pelo preconceito e pela falta de oportunidades, tanto no campo de trabalho quanto no campo social, político e histórico.

Além do ensinamento sobre as atividades domésticas, as mulheres eram responsáveis também pelos ensinamentos das atividades de parteiras e de rezadeiras.

Meu primeiro parto foi o da minha prima, fiz tudo que minha mãe me ensinou, desse jeito eu fui aprendendo e já fiz tantos partos que eu já perdi as contas, tem filho de todo jeito nesse mundo de meu Deus. (Moradora do Quilombo de São Joaquim de Paulo).

Minha mãe aprendeu com minha vó e eu aprendi com minha mãe. Minha vó também era rezadeira passou para minha mãe e minha mãe passou pra mim. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

O ofício das benzedeadas e benzedores é uma prática comum e bastante antiga entre as comunidades quilombolas. No Brasil, as práticas de rezas e dos benzimentos como terapias de equilíbrio do corpo, de cura de enfermidades e alinhamento espiritual são recorrentes desde o período colonial no século XVI. Tais práticas se espalharam amplamente por quase todas as regiões onde a expansão colonial portuguesa se instalou. A literatura especializada (SANTOS, 2007; RODRIGUES, 2012; FIGUEIREDO, 2008; BEM, 2015; RIBEIRO; SENA; ORESTE, 2018; ALMEIDA; PEROVANO FILHO, 2021) demonstra que os benzimentos e as rezas, como instrumentos terapêuticos, estão presentes no cotidiano do povo brasileiro, tanto do ponto de vista pragmático, quanto presente no imaginário coletivo (NASCIMENTO, 2022).

Essas práticas são bem visíveis nas margens das comunidades interioranas de norte ao sul do Brasil, principalmente nas regiões onde a força cultural de indígenas e africanos é bem marcante. Historicamente, as culturas populares de cura praticadas no Brasil foram constituídas por uma “mistura étnica e religiosa dos povos que aqui se encontravam com os que chegaram” (NASCIMENTO, 2010, p. 17), resultando em receitas, ofícios, habilidades e saberes que se perpetuam oralmente.

Na maioria das vezes, o benzimento é uma prática feminina. Seus saberes tradicionais são repassados entre as gerações, geralmente de mãe para filha, pela oralidade (SOUZA, 2011). Estudos como (SANTOS, 2007; RODRIGUES, 2012; FIGUEIREDO, 2008; BEM, 2015) abordam que a prática de rezas e benzimentos era exclusivamente de mulheres idosas.

Alguns estudos buscaram compreender as experiências (pessoais, religiosas, sociais e culturais) de benzedoras e sua influência para a promoção de saúde em comunidades em São Paulo e Minas Gerais. Estes estudos apontam que “não somente no Brasil essas práticas populares de cura foram as primeiras formas de cuidado e atenção para com os adoentados” (MARIN; SCORSOLINI-COMIN, 2017).

A relação de essas práticas estarem vinculadas a grupos sociais em vulnerabilidade ou marginalizadas no Brasil encontra-se no contexto histórico em que negros escravos foram postos à margem da sociedade mesmo após a abolição da escravatura. O aprendizado das rezas, através da memorização das palavras mágicas, orações e receitas, também pode ser entendido como uma das principais estratégias da população empobrecida para resguardar bens simbólicos pertencentes a uma longa tradição. Isso pode ser ainda mais reforçado pela dificuldade de acesso a médicos e logo o trabalho de rezadeiras e curandeiras nessas comunidades para tratamento de sintomas leves, que não exigem a procura por um profissional da saúde, é fundamental em comunidades distantes de centros de atendimento médico ou de saúde, ou mesmo para pessoas em situação de vulnerabilidade social, que possuem dificuldades de acesso à saúde (ALMEIDA; FILHO, 2021).

Dias et al. (2017), no artigo “Saberes e Fazeres Quilombolas da Comunidade kalunga do Prata Goiás: as benzedoras, seus benzimentos e suas contribuições para a educação do campo”, demonstra que as benzedoras são a primeira opção de tratamento terapêutico na comunidade.

Nas comunidades estudadas, encontramos alguns idosos que eram reconhecidos pelas comunidades como rezadores, benzedores. Pelo menos um em cada comunidade foi indicado pela população local como portador do ofício. Dentre as três comunidades estudadas, duas eram mulheres idosas e uma era um homem idoso. Mas, o que percebemos diante das falas das idosas entrevistadas é que a prática de “rezar”, “benzer”, como alternativa terapêutica, tem sido pouco utilizada pelos moradores das comunidades.

A tese de doutorado do pesquisador Gilberto Orácio de Aguiar (2012), com pesquisa realizada nas comunidades quilombolas de Rio de Contas, também mostrou que esses conhecimentos correm certo risco de extinção. Uma das causas apontadas pelo autor é o

distanciamento das novas gerações dessas práticas, seja pela saída desses jovens da comunidade para os centros urbanos ou até mesmo pela não valorização desses saberes pelos mais jovens.

Em relação ao ofício das parteiras, optamos por abordar na classe seis, na qual as falas das entrevistadas aparecem novamente reforçando o papel das mulheres dentro das comunidades quilombolas.

#### Classe 4. A nova geração e a extinção das tradições em território quilombola.

Apreende 15,31% (f = 15 ST) do *corpus* total analisado, e é composta por palavras como “Jovem” ( $\chi^2 = 41,39$ ); “Querer” ( $\chi^2 = 24,73$ ); “Chá” ( $\chi^2 = 17,12$ ); “Tomar” ( $\chi^2 = 17,12$ ); “Só” ( $\chi^2 = 10,18$ ); “Velho” ( $\chi^2 = 7,33$ ), “Coisa” ( $\chi^2 = 7,22$ ); “Bom” ( $\chi^2 = 5,93$ ); “Saber” ( $\chi^2 = 4,71$ ); e “Difícil” ( $\chi^2 = 3,87$ ).

Segundo as mulheres idosas em nossa pesquisa, a transmissão da tradição na comunidade quilombola tem sido esquecida pelas gerações mais novas, conforme é identificado nas falas abaixo:

Rezava, as pessoas ficavam boas, nós tomávamos chá disso, tomávamos chá daquilo. Antigamente acontecia essa transmissão da cultura mas hoje está difícil porque hoje a juventude os jovens não querem obedecer nem os pais nem os idosos de fora mudou tudo. (Moradora do Quilombo do Boqueirão).

Hoje não tem nada minha filha, ninguém quer fazer mais sacrifício nenhum. os jovens não querem mais saber dessas coisas, hoje está tudo diferente. olha só esse neto meu é o dia inteiro no celular é disso que eles gostam. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

Naquela época do meu pai era melhor ensinar porque agora os jovens estão desse jeito, revoltado com esses negócios, só quer saber de pancadão, eles não estão ligando mais com o negócio dessas coisas não. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

As coisas hoje estão muito diferentes de antigamente porque os jovens não sabem fazer o que os mais velhos faziam e não querem aprender, são mal educados não sabem responder os mais velhos, não sabem conversar tem muita coisa errada. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

Antes se obedecia a pai e mãe hoje ninguém obedece ninguém controla esses jovens. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

Ainda segundo a fala de uma das mulheres idosas, com a morte dos mais velhos a, tradição quilombola tem sido extinta, pois os mais jovens não estão assumindo este papel: “mas

agora ninguém faz quem fazia morreu e ninguém ficou no lugar hoje em dia ninguém quer coisa séria os jovens só querem bagunça e cachaça” (Moradora do Boqueirão).

Nas falas das entrevistadas, podemos perceber que, antigamente, as tradições eram passadas de geração para geração. As crianças eram ensinadas desde pequenas a manterem as tradições da comunidade. Na atualidade, há uma percepção dos mais velhos que os jovens das comunidades estudadas não têm interesse em aprender, em dar continuidade às tradições.

Considerando que uma comunidade quilombola se caracteriza pelo compartilhamento de uma identidade social e étnica extremamente ligada à terra e às relações nela estabelecidas, bem como pelas práticas de resistência que o grupo constrói para garantir a manutenção e reprodução de suas tradições, o distanciamento de jovens quilombolas com as tradições de suas comunidades configura um problema do ponto de vista social e cultural para as comunidades e sua continuidade.

Estudos demonstram que a percepção desse distanciamento dos jovens, com as tradições de suas comunidades de origem, está presente em comunidades quilombolas estudadas em várias partes do Brasil. A partir desses estudos, algumas hipóteses foram levantadas para tentar responder o porquê desse distanciamento dos jovens com relação as tradições em suas comunidades.

Uma das hipóteses está presente no estudo de Santos e Aguiar (2019), *Histórias que educam: dos velhos do quilombo à formação para a juventude – memória, saberes, tradição*. O estudo aponta a globalização como principal fator de interferência na transmissão da tradição. A globalização é essa nova materialização que danosamente invade a identidade e ataca grupos étnicos que buscam fundamentar essa identidade nas formas ancestrais de sua existência. Essa globalização se concretiza no “mundialismo capital” que é a personificação moderna dessa forma politicamente danosa e socialmente disfarçada. Ela se aproveita das chamadas “ferramentas da modernidade” para conseguir seu propósito, permutando entre suas duas faces, aquela para o sujeito político e a outra para o sujeito ainda em formação.

O risco pode ser a confusão no diálogo entre a identidade desses sujeitos, ainda em formação, com esses atrativos mundialistas. Isso pode afetar esses jovens de tal forma que eles podem se caracterizar de acordo com o propósito da globalização, como observa Fleuri (2003, p.9): “[...] globalizar [...] pode significar homogeneizar, diluindo identidades e apagando as marcas das culturas ditas inferiores, das raças, etnias, gêneros, linguagens, religiões e grupos, conforme a lógica das narrativas hegemônicas’.”

É aí onde reside o problema. O conflito das identidades, diante dos apelos do “mundialismo capital”, pode influenciar na formação dos jovens da Comunidade a ponto de

descaracterizá-los como quilombolas e provocar a negação dos saberes tradicionais, podendo levar à extinção das relações humanas que, ancestralmente, foram instituídas e que sempre foram as bases sociais da Comunidade (SANTOS; AGUIAR, 2019).

Outra hipótese apresentada nos estudos está relacionada à necessidade de que os jovens têm de sair das comunidades para completarem os estudos, para trabalhar. Haja vista que a infraestrutura das comunidades não atende às necessidades dos jovens.

Estudos como de Aguiar (2012) e Bastos (2009) demonstram que há uma preocupação dos pais e dos representantes das comunidades com esses deslocamentos dos jovens para os centros urbanos para estudar e trabalhar. O que acontece é que muitos desses jovens saem em definitivo das comunidades, seja após casamentos, trabalhos distantes de suas residências. Esse processo acaba por comprometer a transmissão da tradição. Segundo Halbwachs (2006), para se recordar, é necessário que o nosso pensamento não deixe de concordar, em certo ponto, com os pensamentos dos outros membros do grupo. Desse modo, esquecer determinado período/fato/evento de nossa vida é perder também o contato com aqueles que compunham nosso grupo social.

De acordo com Carrano (2007), uma das dificuldades para se caracterizar a juventude rural ocorre no desafio de se estabelecer o que é o rural frente às novas possibilidades de interação cidade-campo que se apresentam em sociedades complexas. A intensa mobilidade espacial tem transformado o meio rural, principalmente, naquilo que se refere à juventude (CARNEIRO, 2005).

Ainda segundo Carneiro (2005), há um paradoxo que move a questão social no meio rural hoje e está na dificuldade dos pais de manterem seus filhos como agricultores e, ao mesmo tempo, no desejo deles de verem seus filhos saírem do campo para buscarem aquilo que chamam de “vida melhor”. Em sua tese, Castro (2005) define esta posição como dualidade entre ficar e sair.

Um marco importante para tentar fortalecer a identidade quilombola e preservar a cultura e a tradição entre a nova geração foi a implementação da Lei 10.639/03. Essa lei, que prevê a obrigatoriedade do ensino da História e cultura africana e afro-brasileira no currículo da Educação Básica, é extremamente valiosa para a educação dos jovens e para a valorização da história da cultura negra no Brasil. Daí a preocupação com a necessidade de as comunidades quilombolas terem um estudo direcionado para a conscientização sobre a sua própria história. Acreditamos que, se conscientes da sua origem, eles serão cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial, sendo capazes de atuar na construção de uma sociedade democrática, na qual todos terão seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

## Classe 6. Tradição religiosa em território quilombola

Esta classe representa 13,27% (f = 13 ST) do *corpus* total analisado. Ela é composta por palavras como “Reza” ( $\chi^2 = 41,79$ ); “Rezar” ( $\chi^2 = 27,32$ ); “Sair” ( $\chi^2 = 20,39$ ); “Cabeça” ( $\chi^2 = 15,84$ ); “Santo” ( $\chi^2 = 13,81$ ); “Novena da chuva” ( $\chi^2 = 13,81$ ), “Criança” ( $\chi^2 = 12,61$ ); “Rezados” ( $\chi^2 = 7,67$ ); “Pé” ( $\chi^2 = 7,67$ ); “Parteiro” ( $\chi^2 = 7,67$ ); “Tradição” ( $\chi^2 = 7,5$ ); “Colocar” ( $\chi^2 = 4,89$ ); “Levar” ( $\chi^2 = 4,89$ ); e “Chegar” ( $\chi^2 = 4,89$ ).

Observa-se que a tradição religiosa no quilombo está associada às rezas, às novenas, às procissões e festas de Santos. Estes momentos festivos são marcantes na “memória coletiva” das mulheres idosas.

Ser quilombola é também acreditar que remédio do mato cura, nascer de parteiras, que aqui muitas antigamente aqui na comunidade tinha uma tradição de rezar os remédios de primeira era as rezas se sentisse alguma coisa ia na casa do rezador. (Moradora do Quilombo do Boqueirão).

Aqui na comunidade, antigamente tinha a novena da chuva, nós pegávamos os santos e saíamos de casa em casa fazendo as novenas, a meninada toda ia com os mais velhos e aprendia as rezas tudo. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

Tudo que eu sei de rezas eu aprendi com minha mãe, a gente ia nas ladainhas tudo que tinha por aqui, e meu sogro também ele era profissional, sabia de todas as rezas e era chamado pra tudo que era lugar para rezar. (Moradora do Quilombo de São Joaquim de Paulo).

Descia um monte de gente, homem mulher e criança para casa do pai de Anísia, aí subia o São Joaquim, todo mundo cantando, rezando, quando chegava lá no alto tinha um pau colocava a bandeira e os homens iam subindo a bandeira e todo mundo cantando e rezando. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

A novena da chuva saía todo mundo com a pedra na cabeça, descalço com os pés queimando do sol, ia todo mundo, pequeno, grande. Saía daqui e ia para a igreja da toca era longe”. (Moradora do Quilombo de São Joaquim de Paulo).

Para entender o fenômeno religioso, a partir do ponto de vista de um determinado grupo social, é imprescindível observar as suas formas de manifestação nos seus contextos geográficos e culturais específicos, considerando seus aspectos simbólicos e sua exteriorização nas esferas coletivas e pessoais (MESLIN, 2014; HALBWACS, 2006).

As tradições religiosas estão intrinsecamente ligadas à “memória coletiva”. Em outras palavras, a memória religiosa das entrevistadas está inserida na consciência do grupo. A memória religiosa é fortalecida e alimentada pela tradição que é praticada pelo grupo social em

um local ou espaço bem definido. “A religião se expressa sob formas simbólicas que se desdobram e se aproximam no espaço. É somente assim que temos a certeza que ela subsiste” (HALBWACHS, 2006 p. 185).

Porém, algo que nos chamou bastante atenção foi o fato de que apesar dessas memórias religiosas estarem vivas na memória das mulheres idosas entrevistadas, muitas tradições religiosas, como o reisado, festa aos santos, o benzimento, citadas pelas entrevistadas, não acontecem mais em nenhuma comunidade quilombola estudada.

A transformação das representações pode ocorrer por mudanças ocasionadas na relação do grupo com o objeto, nas relações intergrupais, ou em outras mudanças do contexto social. Ainda que os elementos centrais busquem dar estabilidade à representação, as representações sociais são construtos dinâmicos, e portanto, sofrem alterações (MOLINER, 2001a).

Evidencia-se nas falas das mulheres idosas que havia uma preocupação dos antepassados em transmitir aos mais novos a tradição religiosa do quilombo. Existia, por parte dos mais novos, um interesse e dedicação em aprender e memorizar tudo que lhe era ensinado.

As crianças tudo ia para as rezas com a mãe, com os mais velhos, tinha também a festa de reis a festa da bandeira, tudo quem fazia era um parente meu, saia da casa dele. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

Aí minha mãe foi me ensinando as rezas também, ela falava para mim: coloca tudo que eu vou te ensinar na cabeça e eu fui colocando tudo na cabeça, foi assim que aprendi fui lutando. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

Lutando até que eu aprendi, quebrei bastante a cabeça mas aprendi as rezas, tudo. Graças a Deus hoje eu não pego mais menino porque minhas vistas estão curtas. (Moradora do Quilombo de São Joaquim de Paulo).

Segundo a fala de uma das mulheres idosas, atualmente os mais jovens já não tem o interesse em aprender sobre as tradições religiosas:

Mas ela não tem interesse, ela nem mora aqui na comunidade, mora em Vitória da Conquista e não tem interesse em aprender nada, até hoje eu rezo as pessoas, rezo crianças, adultos, para tudo que precisar para quebranto mau olhado. (Moradora do Quilombo das Barrocas).

A fala dessa idosa corrobora com o que discutimos na classe quatro que versa sobre os jovens e a continuidade das tradições em território quilombola e sobre a necessidade que os jovens têm de sair suas comunidades para estudar e trabalhar. Por muitas vezes, eles ficam em definitivo nos grandes centros. Esse ciclo acaba por comprometer a continuidade das tradições.

É relatado também, na fala de uma das mulheres idosas, que o papel da mulher, na tradição religiosa, era de conduzir as rezas e rezar as pessoas sempre que necessário: “a função das mulheres era ser parteira, ser rezadeira, era a tradição do povo, minha bisavó mesmo era parteira, outros era rezador era assim eu já rezei, também eu era rezadeira”. (Moradora do Quilombo do Boqueirão).

Assim, práticas relacionadas ao cuidado e manutenção da vida assumem particularidades em contextos históricos, étnicos e sociais diferentes, mas ainda assim a figura da mulher como principal cuidadora aparece quase como um consenso.

De acordo com Paes e Leuchtenberger (2018), por milênios, a arte de partejar e os cuidados com a gestante e o recém-nascido foram atividades eminentemente femininas. As mulheres em trabalho de parto eram ajudadas por outras mulheres que podiam ser do seu ambiente mais próximo (parentes, vizinhas ou amigas), ou parteiras, mulheres reconhecidas pela sua experiência ou competência para tal acompanhamento (BRENES, 2005).

A assistência ao parto, historicamente, era reservada às mulheres, realizada por parteiras experientes e cujo saber havia sido construído pelas gerações anteriores e transmitido através da oralidade. As parteiras tradicionais, que ainda atuam nas comunidades rurais, indígenas e quilombolas, são a manifestação viva desta história, mantendo e renovando, através da prática, o conhecimento gerado por centenas de anos (PAES; LEUCHTENBERGER, 2018).

Nas últimas décadas, vem acontecendo o desaparecimento dos saberes e experiências das parteiras tradicionais, em consequência da disseminação da abordagem do modelo biomédico, inserido no parto e nascimento. Segundo Santos (2010), é um processo que indica e revela a intenção de excluir as mulheres do papel central do partejar e do parir, à medida que houve abertura para a entrada, em grandes proporções, da tecnologia e medicalização do parto e nascimento, representando a relação do poder médico instituído contra um saber oral transmitido entre gerações (PAES; LEUCHTENBERGER, 2018).

A ciência hegemônica contemporânea postula-se como um saber universal e o único caminho para chegar-se à verdade, relegando os demais saberes a um lugar secundário. Os conhecimentos tradicionais mantêm um status marginal dentro da ciência moderna, numa situação de subalternidade epistemológica. A ciência moderna classifica as formas de se chegar à verdade dos sistemas de conhecimento tradicional como falhas, ineficientes ou obscurantistas. (LITTLE 2010, p.35).

## 6 CONCLUSÃO

A memória e as representações sociais das mulheres idosas quilombolas, sobre a transmissão da cultura e tradição em seu território, evocam o convívio com sua ancestralidade. Aprendemos sobre o trabalho doméstico, o trabalho na roça, as tradições e a cultura quilombola, principalmente as que estão relacionadas às festas religiosas. A representação das mulheres idosas quilombolas, sobre identidade e pertencimento, está atrelada à cor negra da pele e ao fato de terem sido nascidas e criadas nessas comunidades.

Em relação às memórias sobre suas tradições, as idosas quilombolas relataram que a transmissão de sua cultura era feita de forma oral pelos membros mais velhos da comunidade para as gerações mais novas. Porém, de acordo com as falas dessas mulheres idosas, com a morte dos mais velhos da comunidade, a tradição quilombola tem sido extinguida, pois os mais jovens não estão assumindo este papel.

O presente estudo permitiu-nos vislumbrar o universo multifacetado das mulheres negras e idosas quilombolas das comunidades estudadas e toda complexidade que envolve o envelhecer em situações de privações e negligências nas quais essas mulheres vivem ou sobrevivem.

Muitas políticas sociais foram criadas até o momento, como exemplo, o Programa Brasil Quilombola. Porém, a realidade é que há pouca ou nenhuma efetividade nas comunidades estudadas e não chegam, de fato, a provocar uma mudança na vida dos moradores, principalmente das mulheres idosas que são invisibilizadas. Se pensarmos nas idosas, veremos que a falta de acesso, durante toda a vida, ao mínimo necessário para a digna sobrevivência, acarreta uma velhice com pouca qualidade de vida, insegurança alimentar e muitas comorbidades.

Desde a promulgação do Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, que trata do reconhecimento da posse e da titulação das terras ocupadas pelos descendentes de quilombos, muitas leis e decretos foram criados na tentativa de garantir o direito conquistado. Entretanto, na atualidade, há pouca efetividade. Muitas comunidades vivem com a insegurança da posse de suas terras. Esta realidade foi verificada nas comunidades estudadas. Nenhuma delas conseguiu, até o momento da pesquisa, a titulação de suas terras.

A falta de valorização da cultura e tradições, por parte da sociedade e do Estado, acaba por enfraquecer a transmissão para as gerações futuras. Como as políticas públicas não chegam até as comunidades, muitos jovens precisam sair para os centros urbanos para estudar, trabalhar, fazendo com que a transmissão das tradições seja comprometida.

Diante de tudo que foi apresentado percebemos que as comunidades de remanescentes quilombolas continuam sofrendo com o descaso, a invisibilidade e negligências em todas as instâncias. O preconceito de outrora, se mostra cada vez mais forte sob novas roupagens.

Durante a pesquisa, muitas questões foram levantadas. Muitos sentimentos se apresentaram a nós pesquisadores ao compartilharmos das histórias dessas mulheres tão marcadas pela dor, lutas e sofrimentos que denotam sua realidade de vida, questões que esta pesquisa não pode responder devido à sua magnitude e complexidade. Contudo, a amplitude e relevância da questão quilombola no país este estudo servirá de embasamento e referencial para futuros estudos no que tangem à temática.

A elaboração desse estudo foi um grande desafio, haja vista que iniciamos em meio à pandemia do Corona Vírus e os mais vulneráveis eram exatamente o público que tínhamos escolhido para a pesquisa. Enfrentamos muitas dificuldades na escolha e na aceitação das comunidades para participarem. O momento era de medo e insegurança por parte de todos. Não alcançamos o número de idosas que gostaríamos. Mas a vivência, com as mulheres que tivemos a oportunidade de entrevistar, nos deu tanto conhecimento que os livros não são capazes de dar.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M; MATTOS, H. Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. In: **Anais...** do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2019-01/1548856710\\_4fe5c82ceb40863ae8e83254e669ae4e.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2019-01/1548856710_4fe5c82ceb40863ae8e83254e669ae4e.pdf)  
Acesso: 05 jul. 2022
- ABRIC, J.C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. de. (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998.
- AGUIAR, G. O. **Mulheres negras da Montanha**: a religiosidade das benzedeiros de Rio de Contas. Orientadora: Teresinha Bernardo. 2012. 247f. Tese (Doutorado em ciências sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP, São Paulo, 2012).
- ALBA, M. Representações sociais e memória coletiva: uma releitura. In: ALMEIDA, A. M.de O.; SANTOS, M. de F. de S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das representações sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011.
- ALCÂNTARA, A.O. **Da velhice da praça a velhice da roça: revisitando mitos e certezas sobre velhos e famílias na cidade e no rural**. Orientadora: Guita Grin Debert. 2010. 319 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010).
- ALMEIDA, A. W. B. “Terras de preto, terras de santo e terras de índio: posse comunal e conflito”. **Revista Humanidades**, Brasília, UnB, Nº 15, p. 42-48, 1988.
- ALMEIDA, G. S. PEROVANO FILHO, N. Identidade ética e etnociência nas práticas de rezadeiras. **Revista ODEERE**, v. 6, n. 2, p. 79-95, 2021.
- ALVES, V. C. **Para além dos muros do manicômio**: a atenção aos idosos nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Porto Alegre: [s.n.], 2015.
- ALMEIDA, E.S.; MIRANDA, C.A.S. História oral, comunidade quilombola e preservação da saúde: narrativas e rememoração. In: **Anais...X Encontro Regional de História Oral**. AGOSTO 2015. Disponível em: [https://www.nordeste2015.historiaoral.org.br/resources/anais/11/1439163055\\_ARQUIVO\\_ARTIGOENCONTRODEHISTORIAORAL2015.pdf](https://www.nordeste2015.historiaoral.org.br/resources/anais/11/1439163055_ARQUIVO_ARTIGOENCONTRODEHISTORIAORAL2015.pdf)  
Acesso: 26 mar.2022
- ALVES, J.E.D. **Envelhecimento populacional no Brasil e no mundo segundo as novas projeções da ONU**. ENCE/IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/envelhecimento-populacional-no-brasil-e-no-mundo-segundo-as-novas-projecoes-da-onu/> Acesso: 26 mar.2022
- ANDRADE, L. Terra de Preto. **Revista Caros Amigos**, São Paulo, n. 14, p. 18-23, maio 1998.

ARRUTI, J M. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BÁ HAMPATÉ, A. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. (ed.). **História Geral da África, I: Metodologia e pré- -história da África**. 2. ed. Brasília, DF: UNESCO, 2010.

BALDIN, C. B; FORTES, V. L. F. **Viuvez feminina**: a fala de um grupo de idosas. RBCEH, Passo Fundo, v. 5, n. 1, p. 43-54, jan./jun. 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 70, 2002.

BARRETO, J. N. **Implantação de infra-estrutura habitacional em comunidades tradicionais: o caso da comunidade quilombola Kalunga**. Orientador: Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. 2006. 107f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006).

BASTOS, P. C. **Entre o quilombo e a cidade: trajetórias de individuação de jovens mulheres negras**. Orientador: Paulo César Rodrigues Carrano. 2009. 102f. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

BEN, F. No quintal da casa de madeira: saberes, fazeres e dizeres dos benzedores e benzedoras do oeste de Santa Catarina. **Anais... XXVIII Simpósio de Nacional de História**. Florianópolis, 2015. Disponível em : <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/34-snh28> Acesso em: 22 abr. 2022

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil; 1989.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal. Brasília: 1988.

BRASIL, Presidência da República. Decreto nº 4.887/03. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: 2003

BRENES, A. C. **Bruzas, comadres ou parteiras**: a obscura história das mulheres e a ciência. Belo Horizonte, MG: COOPMED, 2005

BRITO, F. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2008.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, jan./abr. 2004.

CABRAL, S. O. L.; et al. Condições de ambiente e saúde em idosos residentes nas zonas rural e urbana em um município da região Nordeste. **Geriatrics & Gerontologia**. 4 (2): 76-84. 2010.

CALHEIROS, F. P; STADTLER, H. H. C. Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. **Revista Katálysis**, 13(1), 133-139, 2010.

CAMARANO, A.A. (Org.) **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, A. A. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CAMARANO, A. A. Introdução. In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (Org.). **Políticas Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

CARNEIRO, S. Mulheres em Movimento. **Estudos avançados**, n.17(49), p. 118, 2003.

CARVALHO, J.A.M. **O novo padrão demográfico brasileiro e as mudanças no perfil das demandas sociais por parte da população jovem e idosa 1990/2000**. CEDEPLAR, 1993.

CARRANO; P.C. R. **A juventude do Quilombo São José da Serra – entre tradições e culturas juvenis VII RAM**. UFRGS, p. 1-17. 2007.

CARRIL, L. F. B. **Terras de negros no vale do Ribeira: territorialidade e resistência**. Orientadora: Zilda Márcia Grícoli Lokoi. 1995. 212f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

CASTRO, E. G. **Juventude rural: “apenas uma palavra” ou “mais que uma palavra”**. Caxambu: **XXIX Encontro Anual da Anpocs**, 25 a 29 de outubro de 2005.

CHAIMOWICZ, F. A saúde dos idosos brasileiros às vésperas do século XXI: problemas, projeções e alternativas. **Rev Saúde Pública**, v. 31, n. 2, p. 184-200, 1997.

CHAIMOWICZ, F. Epidemiologia e o Envelhecimento no Brasil. In: FREITAS, E. V. et al. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2006.

COELHO, C. Idades apartadas: pensar o idadismo e a intergeracionalidade, in: Pereira, J. e outros (Coord.) **Animação Sociocultural, Gerontologia e Geriatria, A Intervenção Social, Cultural e Educativa na Terceira Idade**. Intervenção - Associação para a promoção e divulgação cultural, Chaves, 2013.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL(CAR). **Projeto de Inclusão das Comunidades de Quilombo - Planejamento Participativo Rural Sustentável 106 da Comunidade Quilombola de São Joaquim de Paulo**. Vitória da Conquista – BA, dez, 2011.

- COSTA, J. F. Prefácio - Da Cor ao Corpo: a Violência do racismo. In: SOUSA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social** –Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983 (Coleções Tendências; v. 4)
- COSTA, D.P.A. **Quilombo: luta e resistência dos negros/as na formação social do Brasil**. Universidade Federal do Pará – GEAM (Grupo de Estudos Afro-amazônicos). XVIII Encontro nacional de Geógrafos, 2016.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, n. 1. 2002.
- CROCHÍK, J. L. **Preconceito, Indivíduo e Cultura**. São Paulo: Robe, 1997.
- D'ADESKY, J. **Pluralismo étnico e Multiculturalismo: Racismos e Anti-Racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- DEBERT, G. G. A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 34-56, 1997.
- DEBERT, G.G. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 1999.
- DEBERT, G. G. Gênero e envelhecimento. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 33-51, 1994.
- DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.
- DELGADO, G. C. Previdência social e desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2015.
- DIAS, V. F. et al. Saberes e Fazeres Quilombolas da Comunidade Kalunga do Prata Goiás: As benzedeadas, seus benzimentos e suas contribuições para a educação do campo. **Facit Business and Technology**, v. 2, n. 1, p. 55–83, 2017.
- DOISE, W. **Direitos do homem e força das ideias**. Lisboa: Horizonte, 1998.
- FALEIROS, V. P. **Violência contra a pessoa idosa: ocorrências, vítimas e agressores**. Brasília: Universa, 2007.
- FARIA V. Políticas de governo e regulação da fecundidade: Consequências não antecipadas e efeitos perversos. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: ANPOCS, 1989.
- FERNANDES, S.L.; SANTOS, A.O. Itinerários terapêuticos de mulheres quilombolas do agreste alagoano, Brasil. **Interfaces Brasil/Canadá**, p 137-153, 2016.
- FERREIRA, A.C. Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e póscolonial. **Soc. estado, Brasília**, v. 29, n. 1, p. 255-288, abr. 2014.

FERREIRA, F; CARLET, F. Colonialidade, subalternidade e narrativas de resistência numa comunidade afro-equatoriana. **Rev. Direito Práx.**[online]. ISSN 2179-8966. vol.8, n.3, pp.1909-1974, 2017.

FERREIRA, M.R.D.S; EITERER, C.L.; MIRANDA, S. A. “Raça e gênero na construção de trajetórias de mulheres quilombolas”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, e63121, 2020.

FOLSTEIN, M.F.; FOLSTEIN, S.E.; MCHUGH, P.R. Mine Mental State - A practical method for grading the cognitive state of patients for the clinician. Department of Psychiatry, The New York Hospital-Cornell Medical Center, Westchester Division, White Plains, New York 10605, U.S.A. 1975.

FLEURI, R. M. (org.). **Educação Intercultural: mediações necessárias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FURTADO, M.B; SUCUPIRA, R.L; ALVES, C.B. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicologia & Sociedade**, 26(1), 106-115, 2014.

GARCIA JR, A.R. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos agricultores. Orientador: Moacir Gracindo Soares Palmeira. 1975. 300f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social PPGAS. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1975).

GOMES, G.C.; CORDEIRO, L.M.C. As mulheres idosas sertanejas no contexto rural: como se configura o debate na psicologia? **18º REDOR**, 2014.

GOMES, F.S. Em Torno dos Bumerangues outras Histórias de Mocambos na Amazônia Colonial. **Revista USP**, São Paulo, 1996. Artigo. p. 41, 1996.

GOMES, F. S. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.

GONZÁLEZ, M A. Teorías en diálogo: representaciones sociales y memoria colectiva. **Iztapalapa. Revista de ciencias sociales y humanidades**. Ciudad de México, v. 37, n. 80, p. 131-151, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. 2. ed. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEREDIA, B. A; GARCIA JR, A. R. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, N. (Org.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

HOBSBAWN, E. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [IBGE]. **Tendências demográficas: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. (Estudos e pesquisas informação demográfica).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [IBGE]. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [IBGE]. **Tendências demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos censos demográficos de 1940 a 2000**. Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica n° 20. Rio de Janeiro, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [IBGE]. **Resultados do Universo do censo Demográfico**. Recenseamento Geral do Brasil IBGE, SIS 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [IBGE]. **Características étnico-raciais da população classificações e identidades**. IBGE, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [IBGE]. Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio (PNAD). Brasil, Governo Federal, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. [IPEA]. **Universalização de Direitos Sociais no Brasil: previdência rural nos anos 90**. Brasília: IPEA, 2000

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. [IPEA]. **O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho – Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras**. 2000.

KALACHE, A; VERAS, R; RAMOS, L. R. O Envelhecimento da população mundial: um desafio novo. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, n. 21, p. 200-10, 1987.

KAZTMAN, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de la CEPAL**, Santiago do Chile, n.75, p.171-189. dec. 2001.

LAHLOU, S. L'analyse lexicale. **Variations**, (3), 13-24, 1994.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Lisboa, v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000.

LIMA, M.A; COSTA, A. F. Dos griots aos Griôs: a importância da oralidade para as tradições de matrizes africanas e indígenas no Brasil. Dossiês Pedagogia Griô. **Revista Diversitas**. São Paulo, ano 2, n. 3. set. 2014/mar. 2015.

LIMA, G. D.; TUBALDINI, M. A. S. Economia solidária e as comunidades rurais quilombolas de Macucos e Pinheiros – Alto Jequitinhonha. In: **Anais...XIX ENGA-** Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo: 2009.

LINS, C.F.M. **Apostila Iramuteq**. Universidade de Fortaleza, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. [s.d].

LITTLE, P. E. Os conhecimentos tradicionais no marco da intercientificidade. In: LITTLE, P. (Org.). **Conhecimentos tradicionais para o século XXI**: Etnografias da intercientificidade. São Paulo. Annablume, p. 9-31. 2010.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

LOPES, M. R.; MEDEIROS, M.; TECCHIO, A. A aposentadoria rural e a construção da autonomia feminina no território Quilombola de Porto Alegre, Pará. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, [S. l.], v. 40, n. 2, p. 347–365, 2020.

MACHADO, N.S. **O griô como ferramenta pedagógica teatral**. Orientador: Marina de Oliveira. 2013. 32 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

MARIN, R.C.; SCORSOLINI-COMIN, F. Desfazendo o “Mau-olhado”: Magia, Saúde e Desenvolvimento no Ofício das Benzedeiras. Undoing the “Evil eye”: Magic, Health and Development in the Craft of Folk Healers. **Rev. Psicol.** 2017.

MARCONDES, M.M. et al (Org.) **Dossiê Mulheres Negras**. Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013.

MEIRELES, R.T. **O que dizem os invisíveis: memórias e representações sociais dos adolescentes sobre violência e uso de drogas**. Orientador: Luci Mara Bertoni. 2016. 120f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016.

MELO, J.S.; SOUZA, S.T. **Quilombo de Barrocas em Vitória da Conquista/Ba: histórias de um povo**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. [s.d].

NERI, A L; GUARIENTO M E (Org.). **Fragilidade, saúde e bem-estar em idosos**: Dados do Estudo FIBRA Campinas. Campinas-SP: Alínea; 2011.

MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento; Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MIRANDA, K. et al. Mulheres e o planejamento do manejo florestal comunitário e familiar na Reserva Extrativista Verde para Sempre. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018.

MIRANDA, S. A. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. **Revista Brasileira de Educação**, 17(50), 369-383, 2012.

MOLINER, P. Formation et stabilisation des représentations sociales. In: MOLINER, P. (Ed.) **La dynamique des représentations sociales**. Grenoble: PUG, 2001.

MONTEIRO, K.S. **As mulheres quilombolas na Paraíba: terra, trabalho e território. Orientadora: María Franco García**. 2013. 233f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2003.

MOTTA, A. B. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Revista Cadernos Pagu**, Campinas, n. 13, p. 191-22, 1999.

MOTTA, R. Palmares e o comunitarismo negro no Brasil. **Ciência & Trópico**, 8(2),215-229,1980.

MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 3. ed. São Paulo: Ática. 1987.

MUNANGA, K. “As ambiguidades do racismo à brasileira”. In: KON, N. M.; SILVA, M. L. da; ABUD, C. C. (Org.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

MUNANGA, K. **Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo**, USP, 2020.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

NASCIMENTO, D. G. **Tradição Discursivas Orais: mudanças e permanências nas rezas de cura e benzeduras populares da região de Itabaiana**. Orientadora: Maria Cristina de Assis. 2010. 157f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Ensino). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

NASCIMENTO, A. R. A; MENANDRO, P.R.M. Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. v. 6, n. 2, p. 72-88, 2006.

NERI, A. L. O fruto dá sementes: processos de amadurecimento e envelhecimento. In NERI, A. L. (Org.), **Maturidade e velhice: trajetórias individuais e socioculturais**. Campinas: Papirus, 2001.

NERI, A. L. **Envelhecimento e qualidade de vida na mulher**. Congresso Paulista de Geriatria e Gerontologia. p. 2-18, 2001.

NERI, A. L.; VIEIRA, L. A. M. Envolvimento e suporte social idosos. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, v.16, n.3, p.419-432, 2013.

NICODEMO, D; GODOI, M. J. Juventude dos anos 60-70 e envelhecimento: estudo de casos sobre feminização e direitos de mulheres idosas. **Revista Ciência em Extensão**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 40-53, 2010.

NASCIMENTO, L. A. S. Etnografia reflexiva e cartografia da alteridade: saberes, trajetórias e espaço social. **Revista Resgate Intercultural**, Unicamp, v. 28, p. 02-26, nov. 2020.

NASCIMENTO, L. A. S.; NERES, E. S. **Benedeiras e rezadeiras**: imaginário e cotidiano no Alto Sertão Maranhense. Relatório parcial São João dos Patos, PIBIC-IFMA-PRPGI, 2018.

O'DWYER, E. C. (Org). **Quilombos – identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: EdFGV, 2002.

OLIVEIRA, I. C. **Mulheres negras idosas: a invisibilidade da violência doméstica**. Orientador: Ademir Alves da Silva. 2016. 146f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, J.C.; BERTONI, L. M. Memória coletiva e teoria das representações sociais: confluências teórico-conceituais. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**. Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 244-262, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. [ONU]. **Plano de ação internacional contra o envelhecimento**. 2002. Trad. Arlene Santos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. (Série Institucional em Direitos Humanos; v. 1).

ORTIZ FLORES, L. P. O Envelhecimento da População Brasileira. **REDECA**. Revista Eletrônica Do Departamento De Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos, p.86–100, 2016.

PAES, S. R.; LEUCHTENBERGER, R. Saberes silenciados: o ofício de parteira em comunidades quilombolas do Alto Vale do Jequitinhonha. **31ª Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada entre os dias 09 e 12, Brasília/DF, dezembro de 2018.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria de análise esquecida. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, jan.-abr. 2004.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, n. 28, 1987.

PAULILO, M. I. S. A mulher e a terra no Brejo Paraibano. In: BRUSCHINI, M. C. A.; ROSEMBERG, F. (Org.). **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PAULINO, I. R. **A Amazônia entre culturas, identidades e memórias**. Culturas e Imaginários: Deslocamentos, Interações e Superposições. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.

PAPALÉO NETTO, M. História da velhice no século XX: Histórico, definição do campo e temas básicos. In: FREITAS, E.V.; PY, L. (Ed.) **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

PIRES, M. F. N. **O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia –1830- 1888**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215,1992.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 2, Num. 3, EdFGV, 1989.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, E; SENA, M.; ORESTE, L. Diálogo com o sagrado: narrativas das benzedeadas e rezadeiras de Santo Amaro. **Rev. ODEERE**, v.3, n. 6, 2018.

RODRIGUES, B. B. Poetas da Benzenção – ramos, santos, velas e benzimentos na criação cênica. Contemporâneos – **Revista de Artes e Humanidades**, 2012.

ROCHA, L. M. **O estado e os índios: Goiás, 1850-1889**.Goiânia: EdUFG,1998.

ROCHA, T.M.R. **Memória, Trabalho e Envelhecimento de Mulheres Negras Idosas em uma Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo em Vitória da Conquista – Bahia**. Orientadora: Luciana Araújo dos Reis. 2015. 116f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, Vitória da Conquista, BA, 2015.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SALGADO, C.D.S. Mulher idosa: a feminização da velhice. **Estudos interdisciplinares do envelhecimento**, Porto Alegre, v.4, p. 7-19, 2002.

SANTIAGO, C. D. J.; COSTA, C. S.; LACERDA, M. A. O envelhecimento da população brasileira: uma análise de conteúdo das páginas da REBEP. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol**, v. 9, n.2, p.07-24, 2006.

SANTOS, P. F.; AGUIAR, A. L. O. Histórias que educam: dos velhos do quilombo à formação para a juventude – memória, saberes, tradição. **Roteiro**, v. 44, n. 2, p. 1–16, 2019.

SANTOS, N. M. C. **Negras velhas: um estudo sobre seus saberes nas perspectivas de envelhecimento, trabalho, sexualidade e religiosidade**. Orientador: Johannes Doll. 2016. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SANTOS, M.F.S. A teoria das representações sociais. In: SANTOS, M. de F. de S.; ALMEIDA, L. M. de. **Diálogos com a teoria das representações sociais**. Pernambuco: UFPE, 2005.

SANTOS, S. M. **Parteiras Tradicionais da Região de Entorno do Distrito Federal**. Orientadora: Lourdes Maria Bandeira. 2010. 235f.Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SANTOS, F. V. **O ofício das rezadeiras: um estudo antropológico sobre as práticas terapêuticas e a comunhão de crenças em Cruzeta/RN**. Orientador: Carlos Guilherme Octaviano do Vale. 2007. 196f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SCHMIDT, C; OLIVEIRA, K. P. **A religiosidade no Quilombo do Peropava no Vale do Ribeira: distanciamento das raízes africanas e do reconhecimento cultural**. RIF, Ponta Grossa/ PR Volume 14, Número 32, p.39-52, maio/agosto 2016.

SCHMIDT, J. P.; ARAUJO, N. C. Comunidade e comunitarismo na Constituição Federal e na legislação brasileira. **Novos Estudos Jurídicos**, 17(3), 327-344. 2012.

SILVA, S. R. A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola. **Revista Nera**, São Paulo, v.14, n.19, p. 1-17, 2011.

SILVA, S. R. Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. In: **Anais... XII Colóquio Internacional De Geocrítica**, Bogotá, 2012 Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-S-Rezende.pdf> Acesso: 26 abr. 2022.

SILVA, D.N. "**Quilombo dos Palmares**". Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/quilombo-dos-palmares.htm>. Acesso em 27 de julho de 2022.

SILVA, M. A. M. De colona à bóia-fria. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997

SIQUEIRA, R. L; BOTELHO, M.I.V; COELHO, F.M.G. A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. **Ciência & Saúde Coletiva**, 7 (4):899-906, 2002.

SOUZA, B. O. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro**. Orientador: José Jorge de Carvalho. 2008.204f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

SOUZA, M.A.R; WALL, M.L; THULER, A.C.M.C; LOWEN, I.M.V; PERES, A.M. O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Rev Esc Enferm USP**. 52, 2018.

SOUZA, R.A. Territorialidade e Dinâmica Cultural no Quilombo do Boqueirão – Vitória da Conquista/Ba. **Enciclopédia Biofera** Vol.06, n.06, pag 1-5, 2010.

HALL, S. **Identidades Culturais na Pós- Modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

TANAJURA, M. **História de Conquista: crônica de uma cidade**. Vitória da Conquista: PMVC (ed. comemorativa). Brasil Artes Gráficas, 1992

TECCHIO, A. **Políticas públicas de desenvolvimento territorial e superação da pobreza no meio rural brasileiro: estudo de caso no Território Meio Oeste Contestado (SC)**.

Orientador: Ademir Antonio Cazella. 2012. 183 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012.

TECCHIO, A. **Pobreza e territorialização da ação pública no Território Meio Oeste Contestado (SC)**. Orientador: Nelson Giordano Delgado. 2017. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNITED NATIONS POPULATION FUND. [UNFPA]. **Relatório produzido pela Divisão de Informações e Relações Externas do Fundo de População das Nações Unidas**. UNFPA, 2012.

VALADARES, A. A.; GALIZA, M. (Org.). **Previdência rural: contextualizando o debate em torno do financiamento e das regras de acesso**. Brasília: Ipea, 2016.

VALE, A. F. C. **O vôo da beleza: travestilidade e devir minoritário**. Orientador: Júlia Maria Pereira de Miranda Henriques. 2005. 308f. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

VALENÇA, T.D.C., REIS, L.A. Memória e história de vida: dando voz às pessoas idosas. **Revista Kairós Gerontologia**, 18(2), pp. 265-281. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE /PEPGG/PUC-SP. Abril-Junho 2015.

VAZ, B. A. Quilombo (Verbetes). In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro/Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

XIMENES, D.A. Vulnerabilidade social. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

## ANEXO A: Protocolo de aprovação do CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** DETERMINANTES DE SAÚDE, DOENÇA E AGRAVOS DAS PESSOAS IDOSAS NEGRAS VIVENDO EM REMANESCENTES DOS ANTIGOS QUILOMBOS

**Pesquisador:** LUCIANA ARAUJO DOS REIS

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 56624822.3.0000.5578

**Instituição Proponente:** FAINOR - FACULDADE INDEPENDENTE DO NORDESTE LTDA.

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.340.843

#### Apresentação do Projeto:

A compreensão do processo saúde-doença em grupos socialmente vulnerabilizados é um desafio, já que se trata de um processo histórico e cultural alicerçado em desigualdades étnico-raciais, as quais estão associadas, em sua maioria, a fatores socioeconômicos, situação de pobreza e exclusão social. Nesse panorama, destacam-se as comunidades quilombolas, as quais se encontram em condições precárias de vida e saúde, decorrentes do

processo histórico de expropriação de sua cultura e de seus direitos sociais. Nesta perspectiva, o presente estudo tem por objetivo geral analisar a situação de saúde, as doenças e agravos mais prevalentes e verificar sua relação com fatores socioeconômicos e ambientais nas pessoas idosas negras vivendo em remanescentes dos antigos quilombos (quilombolas). Trata-se de estudo de corte transversal do tipo exploratório, com abordagem quanti-qualitativa, e tem como aporte teórico metodológico a Memória Coletiva e a Teoria das Representações Sociais. O estudo será realizado em 2 (duas) comunidades remanescente quilombola, situadas na região do município de Vitória da Conquista no interior da Bahia e terá 120 participantes. Para levantamento dos dados quantitativos será aplicado um questionário com questões fechadas. Para levantamento dos dados qualitativos será aplicado uma entrevista semiestruturada com roteiro composto de núcleos temáticos e/ou questões abertas que será aplicado pelos próprios pesquisadores do estudo. O roteiro será composto de perguntas que ajudarão a entender o objeto de estudo em questão. Após

**Endereço:** Av. São Luiz, nº 31 Núcleo de Pós-Graduação, Pesquisa Extensão 2º andar  
**Bairro:** Bairro Candeias **CEP:** 45.055-080  
**UF:** BA **Município:** VITORIA DA CONQUISTA  
**Telefone:** (77)3161-1071 **E-mail:** cep@fainor.com.br



Continuação do Parecer: 5.340.843

a coleta de dados serão realizadas oficinas de educação em Saúde. A análise e interpretação dos dados serão submetidas ao Software Nvivo e após seleção das categorias essas serão analisadas a luz da análise de conteúdo de Bardin. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Independente do Nordeste em atendimento à Resolução nº 466/12 e aguarda aprovação.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

- Analisar a situação de saúde, as doenças e agravos mais prevalentes e verificar sua relação com fatores socioeconômicos e ambientais nas pessoas idosas negras vivendo em remanescentes dos antigos quilombos (quilombolas).

Objetivo Secundário:

- Traçar o perfil epidemiológico das pessoas idosas negras quilombolas, segundo análise de alguns indicadores: sociais, econômicos, demográficos e sanitários;
- Averiguar as doenças, agravos e condições das pessoas idosas negras quilombolas vivendo em remanescentes dos antigos quilombos (quilombolas);
- Averiguar os fatores que interferem no acesso das pessoas idosas negras quilombolas vivendo em remanescentes dos antigos quilombos (quilombolas) aos serviços da atenção básica;
- Averiguar o impacto da COVID-19 na saúde das pessoas idosas negras quilombolas vivendo em remanescentes dos antigos quilombos (quilombolas);
- Conhecer as memórias das pessoas idosas negras quilombolas sobre as repercussões sociais da COVID-19 nas suas atividades básicas e instrumentais de vida diária;
- Analisar as representações sociais das pessoas idosas negras quilombolas sobre as repercussões sociais da pandemia da COVID-19;
- Desvelar a memória das pessoas idosas negras quilombolas sobre as experiências vivenciadas em relação à sua condição de saúde durante a pandemia da COVID-19;
- Compreender como os participantes do estudo enfrentaram e redimensionaram suas condições de vida no contexto da pandemia da COVID-19;
- Analisar os conteúdos e estrutura representacional sobre a pandemia da COVID-19 para pessoas negras quilombolas;
- Identificar as contribuições das manifestações afro-brasileiras na promoção da saúde das pessoas idosas negras quilombolas vivendo em remanescentes dos antigos quilombos (quilombolas);
- Analisar a memória e as representações sociais pessoas idosas negras quilombolas sobre as

**Endereço:** Av. São Luiz, nº 31 Núcleo de Pós-Graduação, Pesquisa Extensão 2º andar  
**Bairro:** Bairro Candeias **CEP:** 45.055-080  
**UF:** BA **Município:** VITORIA DA CONQUISTA  
**Telefone:** (77)3161-1071 **E-mail:** cep@fainor.com.br



FACULDADE INDEPENDENTE  
DO NORDESTE - FAINOR



Continuação do Parecer: 5.340.843

Práticas Integrativas e Complementares como estratégia da Promoção da Saúde;

- Conhecer as memórias das pessoas idosas negras quilombolas sobre as Práticas Integrativas e Complementares como estratégia da Promoção da Saúde;
- Conhecer as memórias e apreender as representações sociais de pessoas idosas negras quilombolas sobre a transmissão da cultura e tradição do cuidado a saúde em território quilombola;
- Desvelar a memória das pessoas idosas negras quilombolas sobre transmissão da cultura e tradição do cuidado a saúde em território quilombola;
- Analisar as representações sociais das pessoas idosas negras quilombolas sobre as dificuldades para a transmissão da cultura e tradição do cuidado a saúde em território quilombola;
- Implantar tecnologias sociais em comunidades quilombola, objetivando promover potencialidades individuais e comunitárias das pessoas idosas negras quilombolas por meio da promoção da educação em saúde.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos: Por se tratar de um estudo com aplicação de questionários e entrevista, os possíveis riscos consistem em desconforto e/ou constrangimento ao responder às questões propostas, bem como a quebra da confidencialidade. Para minimizar tal risco, será assegurado ao participante autonomia plena, respeitando sua vontade de contribuir e permanecer ou não na pesquisa. Além disso, para amenizar o constrangimento da aplicação dos questionários, será utilizada uma sala reservada e realizado de forma individual. Os nomes ou iniciais dos participantes não serão divulgados em nenhuma etapa da realização do projeto, nem posteriormente. O sigilo e anonimato de todos os participantes do estudo serão garantidos. Ressalta-se ainda, que para garantir que não ocorra vazamento das informações confidenciais dos participantes do estudo, os questionários serão transportados em envelopes lacrados e armazenados pela própria autora da pesquisa em sua sala de pesquisa na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Benefícios: Os resultados serão divulgados, seguindo os preceitos éticos da pesquisa, a fim de propor medidas que contribuam para o levantamento da situação de saúde, as doenças e agravos mais prevalentes e verificar sua relação com fatores socioeconômicos e ambientais nas pessoas idosas negras vivendo em remanescentes dos antigos quilombos (quilombolas). Outrora, os resultados serão publicados em ambientes científicos, visto que se trata de um estudo inédito na região do sudoeste da Bahia, e que possivelmente trará a luz os dados deste fenômeno em toda sua complexidade. Obedecendo a confidencialidade dos dados de indivíduos pesquisados os dados deste fenômeno em toda sua complexidade. A confidencialidade dos dados dos indivíduos

**Endereço:** Av. São Luiz, n° 31 Núcleo de Pós-Graduação, Pesquisa Extensão 2° andar

**Bairro:** Bairro Candeias

**CEP:** 45.055-080

**UF:** BA

**Município:** VITORIA DA CONQUISTA

**Telefone:** (77)3161-1071

**E-mail:** cep@fainor.com.br



FACULDADE INDEPENDENTE  
DO NORDESTE - FAINOR



Continuação do Parecer: 5.340.843

pesquisados será observada em todas as etapas do estudo.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa apresenta relevância clínica e epidemiológica.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

- 1) Informações Básicas do projeto: OK
- 2) TCLE: OK Foram enviados dois arquivos
- 3) Declaração de participantes: OK
- 4) Autorização Institucional e declaração de infraestrutura I e II: OK
- 5) Projeto detalhado: OK
- 6) Folha de rosto: OK
- 7) Carta de encaminhamento: OK

**Recomendações:**

Enviar os relatórios parcial e final para o CEP

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem pendências

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1903781.pdf	01/04/2022 14:43:47		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoatualizadoCEP.pdf	01/04/2022 14:43:25	LUCIANA ARAUJO DOS REIS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEnovo.pdf	01/04/2022 14:42:23	LUCIANA ARAUJO DOS REIS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEatualizado.pdf	10/03/2022 15:48:51	LUCIANA ARAUJO DOS REIS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracaoparticipantes.pdf	09/03/2022 12:56:58	LUCIANA ARAUJO DOS REIS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLE.pdf	09/03/2022 12:55:31	LUCIANA ARAUJO DOS REIS	Aceito

**Endereço:** Av. São Luiz, nº 31 Núcleo de Pós-Graduação, Pesquisa Extensão 2º andar  
**Bairro:** Bairro Candeias **CEP:** 45.055-080  
**UF:** BA **Município:** VITORIA DA CONQUISTA  
**Telefone:** (77)3161-1071 **E-mail:** cep@fainor.com.br

## APÊNDICE A: Instrumento de pesquisa

### Questionário - Sociodemográficos

1.	Nome: _____	
2.	Local da pesquisa: _____	
3. Sexo: ( ) M ( ) F	4. Cor relatada: _____	5. Idade: _____ anos
5.1 Idade subjetiva: _____		
6. Estado Civil: ( ) Solteiro(a) ( ) Casado(a) ( ) Viúvo(a) ( ) Divorciado(a) ( ) Outro: _____		
7. Escolaridade em anos: _____		
8. Nível de Escolaridade: ( ) Não sabe ler e escrever ( ) Sabe ler e escrever ( ) Ensino fundamental ( ) Ensino Profissional ( ) Ensino Médio ( ) Ensino Superior ( ) Ensino fundamental incompleto ( ) Ensino médio (incompleto)		
9. Religião: _____		
10. Profissão: _____		
11. Situação atual de trabalho: ( ) aposentada ( ) trabalha ( ) afastado do trabalho ( ) trabalha em casa ( ) outros: _____		
12. Mora com quem? ( ) com companheiro ( ) sozinha ( ) com filhos/filhas ( ) outros: _____		
13. Renda Familiar (salário mínimo): _____		

### Avaliação cognitiva (Mini Exame-Estado Mental – MEEM) questionário resumido do estado mental (PFEIFFER, 1974)

	Certo	Errado
1. Que dia é hoje? (dia/mês/ano) ( )	( )	( )
2. Qual é o dia da semana? ( )	( )	( )
3. Qual é o nome deste lugar? ( )	( )	( )
4. Qual é o número do seu telefone? (ou endereço) ( )	( )	( )
5. Quantos anos você tem? ( )	( )	( )
6. Qual é a sua data de nascimento? ( )	( )	( )
7. Quem é o atual presidente do seu país? ( )	( )	( )
8. Quem foi o presidente antes dele? ( )	( )	( )
9. Como é o nome de solteira de sua mãe? ( )	( )	( )
10. Subtraia 3 de 20 e continue subtraindo até o nº final. ( )	( )	( )

## **ROTEIRO DA ENTREVISTA**

1. Como é viver na comunidade quilombola?
2. Qual o papel das pessoas idosas na Comunidade Quilombola?
3. Como ocorrem os ensinamentos construídos na comunidade sobre a cultura e tradição em território quilombola?
4. Quais as dificuldades encontradas no processo de ensinamento/transmissão da cultura e tradição em território quilombola?
5. Você acha que houve diferença na transmissão da cultura e tradição em território quilombola quando comparados os dias de hoje com o tempo de seus avós?

## **APÊNDICE B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**



### **FACULDADE INDEPENDENTE DO NORDESTE – FAINOR**

Credenciada pela Portaria MEC n.º 1.393, de 04 de julho de 2001

Publicado no DOU de 09 de julho de 2001

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

Prezado (a) Senhor (a), somos **LUANA ARAÚJO DOS REIS, ALINE GOMES DE JESUS SOUZA, FELIX MEIRA TAVARES, JOANA TRENGROUSE LAIGNIER DE SOUZA E LARISSA SOUZA LIMA DA SILVA** e estamos realizando juntamente com **LUCIANA ARAÚJO DOS REIS**, o estudo sobre **DETERMINANTES DE SAÚDE, DOENÇA E AGRAVOS DAS PESSOAS IDOSAS NEGRAS VIVENDO EM REMANESCENTES DOS ANTIGOS QUILOMBOS (QUILOMBOLAS)**.

O Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), desta pesquisa. Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, também não receberá qualquer vantagem financeira. Suas dúvidas referentes a esta Pesquisa serão esclarecidas e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelos pesquisadores, que tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores.

Este **Termo de Consentimento livre e Esclarecido – TCLE**, encontra-se impresso em duas vias originais de mesmo teor, sendo que uma será arquivada pelos pesquisadores responsáveis, e a outra será fornecida ao senhor (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos,

e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

**A pesquisa tem por objetivo:** Analisar a situação de saúde, as doenças e agravos mais prevalentes e verificar sua relação com fatores socioeconômicos e ambientais nas pessoas idosas negras vivendo em remanescentes dos antigos quilombos (quilombolas).

O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou orientador(a). Os resultados gerais obtidos nesta pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos propostos, incluída sua publicação em eventos científicos.

Considerando que toda pesquisa oferece RISCOS e BENEFÍCIOS, nesta pesquisa, os mesmos podem ser avaliados como:

**RISCOS:** Por se tratar de um estudo com aplicação de questionários e entrevista, os possíveis riscos consistem em desconforto e/ou constrangimento ao responder às questões propostas, bem como a quebra da confidencialidade. Para minimizar tal risco, será assegurado ao participante autonomia plena, respeitando sua vontade de contribuir e permanecer ou não na pesquisa. Além disso, para amenizar o constrangimento da aplicação dos questionários, será utilizado uma sala reservada e realizado de forma individual. Os nomes ou iniciais dos participantes não serão divulgados em nenhuma etapa da realização do projeto, nem posteriormente. O sigilo e anonimato de todos os participantes do estudo serão garantidos. Ressalta-se ainda, que para garantir que não ocorra vazamento das informações confidenciais dos participantes do estudo, os questionários serão transportados em envelopes lacrados e armazenados pela própria autora da pesquisa em sua sala de pesquisa na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

**BENEFÍCIOS:** Os resultados serão divulgados, seguindo os preceitos éticos da pesquisa, a fim de propor medidas que contribuam para perpetuação da cultura e tradição nos Quilombos. Outrora, os resultados serão publicados em ambientes científicos, visto que se trata de um estudo inédito na região do sudoeste da Bahia, e que possivelmente trará a luz os dados deste fenômeno em toda sua complexidade. A confidencialidade dos dados dos indivíduos pesquisados será observada em todas as etapas do estudo.

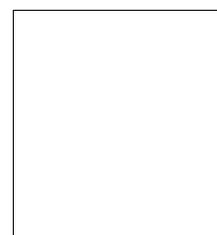
Sua colaboração se fará de forma anônima, por meio de questionários e entrevista, cujo os objetivos são estritamente acadêmicos.

Por este meio, eu, \_\_\_\_\_, AUTORIZO o uso dos meus dados neste Projeto de Pesquisa, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com os (as) pesquisadores (as) envolvidos (as), concordo em participar deste estudo como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação.

Compreendo que não irei receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus em troca, e participarei com a finalidade exclusiva de colaborar para as conclusões acadêmicas e científicas da mesma. Foi garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento até a publicação dos dados, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento) e que se houver necessidade, as despesas para a minha participação serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores.

---

Assinatura do Participante



**Impressão Datiloscópica**

*Luciana Araújo dos Reis*

---

**LUCIANA ARAÚJO DOS REIS**  
PESQUISADORA RESPONSÁVEL  
Telefone: (73) 99142-7894  
E-mail: lucianauesb@yahoo.com.br

*Larissa Souza Lima da Silva*

---

**LARISSA SOUZA LIMA DA SILVA**  
PESQUISADORA ASSISTENTE  
Telefone: (77) 98104-1990  
E-mail: silva.larissa.s.l.da@gmail.com

*Luana Araújo dos Reis*

---

**LUANA ARAÚJO DOS REIS**  
 PESQUISADORA ASSISTENTE  
 Telefone: (71) 99284-3044  
 E-mail: luareis1@hotmail.com

*Felix Meira Tavares*

---

**FELIX MEIRA TAVARES**  
 PESQUISADOR ASSISTENTE  
 Telefone: (77) 99188-1834  
 E-mail: felixmeira@gmail.com

*Joana Trengrouse*

---

**JOANA TRENGROUSE**  
**LAIGNIER DE SOUZA**  
 PESQUISADORA  
 ASSISTENTE/PARTICIPANTE  
 Telefone: (77) 99851-7067  
 E-mail: drajoanat@gmail.com

*Aline Gomes de Jesus Souza*

---

**ALINE GOMES DE JESUS SOUZA**  
 PESQUISADORA ASSISTENTE  
 Telefone: (73) 99137-1432  
 E-mail: agjsouza77@gmail.com

*O que é o CEP/FAINOR? O CEP/FAINOR é um colegiado interdisciplinar e independente, com “munus público”, isso é, uma obrigação de acordo com lei, de caráter consultivo, deliberativo e educativo. Foi criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade. Além disso, tem, também, o propósito de contribuir no desenvolvimento da pesquisa, dentro de padrões éticos.*

**ENDEREÇO INSTITUCIONAL  
 DOS PESQUISADORES:**

Universidade Estadual do Sudoeste da  
 Bahia – UESB

**ENDEREÇO DO COMITÊ DE  
 ÉTICA:**

Av. São Luiz, nº 31 – Núcleo de Pós-  
 Graduação, Pesquisa Extensão, 2º Andar,  
 Candeias, Vitória da Conquista - BA, CEP:  
 45055-080.

Estr. Bem Querer, Km-04 - 3293, 3391  
- Campus de Vitória da Conquista, Candeias -  
BA, CEP: 45083-900.

**Telefone:** (77) 3424-8600

**Telefone:** (77) 3161-1071

**E-mail:** cep@fainor.com.br

**Horário de Funcionamento:** Segunda  
à sexta, em horário comercial.